

Adriana Gabriel Cerello

O LIVRO NOS TEXTOS JESUÍTICOS DO SÉCULO XVI
EDIÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS NAS CARTAS DOS JESUÍTAS
NA AMÉRICA PORTUGUESA
(1549-1563)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. João Adolfo Hansen

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira

São Paulo
2007

Adriana Gabriel Cerello

O LIVRO NOS TEXTOS JESUÍTICOS DO SÉCULO XVI

EDIÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS NAS CARTAS DOS JESUÍTAS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1549-1563)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antonio Alcir Bernárdez Pécora
Universidade Estadual de Campinas — Instituto de Estudos da Linguagem

Prof. Dr. Nelson Schapochnik
Universidade de São Paulo — Faculdade de Educação

Prof. Dr. João Adolfo Hansen
Universidade de São Paulo — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

SUMÁRIO

Resumo	v
Agradecimentos	vi
Introdução	8
Capítulo I — Serafim Leite e a edição das cartas jesuíticas.....	15
1. As fontes, as normas de transcrição e as notas	15
2. A década de 1930	22
3. A “invenção de uma escrita”	29
Capítulo II — O processo editorial da Companhia de Jesus no século XVI.....	31
1. Preceitos retóricos da escrita das cartas.....	31
2. A produção de documentos na Companhia de Jesus.....	37
3. O secretário Polanco e a edição dos documentos jesuíticos.....	43
4. A edição em Portugal a partir de 1561	49
5. Indícios do processo de edição nas cartas da América.....	52
a) Critérios de escrita	52
b) Autoria coletiva	54
c) Correções ortográficas e de linguagem	56
d) Cortes.....	60
e) Edição na América.....	63

Capítulo III — A edição de livros no século XVI.....	66
1. A introdução da imprensa na Europa	67
2. A difusão de livros na Europa: manuscrito e impresso	72
3. O negócio do livro europeu	78
4. Os primeiros impressores portugueses	87
5. A impressão das cartas jesuíticas no século XVI	90
6. A imprensa na América	100
Capítulo IV — Os livros nas cartas dos jesuítas	107
1. Os pedidos de livros e a formação de bibliotecas.....	108
2. Os livros e o ensino dos meninos índios	113
3. As citações dos livros europeus.....	117
4. As cartas e os navios.....	120
5. Os portadores das cartas	126
6. A circulação das cartas	128
Considerações finais	131
Bibliografia.....	135

RESUMO

A partir da obra *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, organizada por Serafim Leite, este trabalho busca estudar alguns aspectos do processo de produção livresca do século XVI, em particular as condições de redação e de edição dos livros manuscritos e impressos, dentro e fora do ambiente da Igreja Católica, e a sua circulação na Metrópole e na Colônia. A partir da observação de um momento histórico em que a maneira de ler, escrever e difundir os textos sofreu mudanças profundas, pretende reconstruir parte da história da cultura material do livro no século XVI.

Palavras-chave Literatura brasileira, Jesuítas, História do livro

ABSTRACT

Using as reference the work “*Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*” organized by Serafim Leite, this study aims to analyse some of the aspects related to the book production process during the XVI century, particularly the ones that refer to the writing and editing of manuscripts and prints inside and outside the perimeter of the Catholic Church, and the circulation in both the Metropolis and the Colony. By analysing a particular historical moment in which the way texts were read, written and divulged went through deep changes, the study seeks to retrieve part of the history of the materiality of books in the XVI century.

Key words Brazilian Literature, Jesuits, History of the Book

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Adolfo Hansen, pelo apoio no processo de definição desta pesquisa, pela confiança em me tomar como aluna e, especialmente, pela liberdade e generosidade de sua orientação.

À Profa. Dra. Maria Otília Bocchini, pela leitura cuidadosa e carinhosa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Aos pais, amigos e familiares, pela paciência com que ouviram minhas angústias durante os últimos anos.

*A Lilian Villas-Bôas Pereira,
minha primeira professora,
que um dia disse que eu escreveria um livro.*

*Mas como cantaria versos de São em
terra alheia,
onde não tinha livros, nem papel, nem tinta,
nem pena?*

Simão de Vasconcelos,
*Vida do Venerável Padre José de
Anchieta*

INTRODUÇÃO

A história do livro é um dos campos de pesquisa histórica que mais se desenvolveu nas últimas décadas, sobretudo nas universidades européias e norte-americanas e, mais recentemente, também no restante da América. Criaram-se centros de pesquisa, multiplicaram-se os estudos, organizaram-se colóquios, nasceram páginas na Internet. O historiador Robert Darnton afirma que se trata de um campo de conhecimento surgido da convergência de diversas disciplinas para um mesmo conjunto de problemas e que, hoje, ramificou-se em várias áreas¹, tais como os estudos de recepção, a bibliografia em suas várias subdivisões, as histórias da leitura, da imprensa, das bibliotecas, além de embrenhar-se em partes da literatura, da sociologia e da história.

O aumento de interesse pela investigação na área de história do livro nos últimos anos é contemporâneo de outro fenômeno de grande importância: a revolução que o computador e a Internet estão produzindo nas atividades relacionadas ao livro. Essas transformações afetam todo o processo livreiro tradicional, da escrita à edição, da venda à conservação em bibliotecas, da propriedade intelectual às formas de leitura. No debate sobre o futuro do livro, o estudo do passado pode ser uma maneira de refletir sobre as mudanças que a tecnologia digital está imprimindo na comunicação entre os indivíduos. Como propõe o historiador Roger Chartier, “a compreensão e o domínio da revolução eletrônica de amanhã (ou de hoje) dependem largamente de sua correta inscrição em uma história de longa duração”². Assim, ao observarmos outros momentos

¹ Darnton, *O beijo de Lamourette*, p. 109.

² Chartier, *A ordem dos livros*, p. 103.

históricos em que a maneira de escrever, ler e difundir os textos sofreu mudanças, poderemos compreender com maior propriedade o que se está passando agora.

Ainda segundo Robert Darnton, “a história da história dos livros começou a sério no século XIX, quando o estudo dos livros como objetos materiais levou ao crescimento da bibliografia analítica na Inglaterra”³, disciplina cujo tema principal passou a ser o estudo do funcionamento das oficinas tipográficas. Dentro dessa nova gama de disciplinas que estudam o livro, a bibliografia deixou de ser apenas material e de ter seu foco na descrição dos objetos impressos — ou de se ocupar somente da edição dos conteúdos textuais dos livros — para incorporar estudos históricos da fabricação e uso dos documentos em qualquer tipo de registro físico. Atualmente, sob as classificações “produção” e “edição” de livros, estudam-se a composição e diagramação; a transmissão de textos por escritores, impressores e editores; a distribuição para diferentes públicos feita por atacadistas e livreiros; a conservação e catalogação em bibliotecas e os processos de significação entre os leitores⁴.

Um dos mais recentes renovadores da chamada bibliografia material foi o pesquisador D. F. McKenzie, que postulou em suas palestras, em meados dos anos 1980, que era fundamental que esse estudo do livro como objeto físico incluísse uma abordagem histórica e sociológica. McKenzie propõe o estudo dos aspectos materiais das publicações aliados aos processos sociais que dão sentido a sua produção, transmissão e recepção. Faz assim refletir sobre como as formas dos suportes de escrita — sejam livros, jornais, cartas etc. — têm efeitos sobre o seu sentido, uma vez que todos os elementos não-verbais de uma publicação atuam sobre a leitura e a compreensão. Tais elementos são interpretados pelo leitor e condicionam o ato da leitura como orientação do mesmo. É a idéia de que “a forma afeta o sentido”⁵. Simultâneos ao texto, encontramos vários elementos materiais aos quais o leitor também dá sentido, de modo que o discurso nunca é independente do suporte da sua escrita. Daí o objeto de uma história do livro não ser o livro em si, mas sim o que a sua produção, disseminação e recepção revelam sobre o passado da vida e do pensamento humanos⁶.

Entre os temas mais discutidos da história do livro nos últimos anos está a questão do impacto da “invenção” da tipografia. A técnica implantada na Europa em meados do

³ Darnton, *op. cit.*, p. 110.

⁴ McKenzie, *Bibliography and The Sociology of Texts*, pp. 11-2.

⁵ *Idem*, p. 13.

⁶ *Idem*, p. 55.

século XV modificou o modo de produção do livro e teve sua importância registrada, dentre outros, nos conceitos de “aparecimento do livro”, de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, e de “revolução impressa”, de Elisabeth Eisenstein⁷. Estas perspectivas consideram o livro impresso definidor de uma cultura original, qualitativamente diferente da cultura manuscrita que existia anteriormente. No entanto, a idéia de que houve uma ruptura entre a era do manuscrito e a era do impresso tem sido combatida por alguns autores, dentre eles o já citado Roger Chartier, que defende que a cultura impressa deve ser considerada antes herdeira que posta em oposição a uma cultura da manuscritura. Segundo Chartier, a imprensa não criou um objeto novo e não modificou modos de leitura como fez, por exemplo, o códice entre os séculos II e IV da era cristã⁸.

O inconveniente desta perspectiva é o de diminuir o impacto social que a imprensa teve na época, já que a técnica de reprodução dos textos multiplicou consideravelmente as possibilidades de difusão geográfica e de conservação das obras em relação à cópia manuscrita. O poder da imprensa também é confirmado pela enorme preocupação dedicada ao controle da difusão dos textos pelos poderes civis e eclesiásticos, levando à criação de instituições de censura e à elaboração de listas de livros proibidos. Ao mesmo tempo, valorizou-se o manuscrito considerado “raro” em relação aos impressos.

Enfim, o culto das origens da tipografia ajuda a explicar a fraca tradição bibliográfica num país como o Brasil, desprovido de produção própria de livros impressos durante todo o período colonial, até o início do século XIX. Demonstra também o caráter eurocêntrico das pesquisas que poucas vezes fazem referência à evolução da imprensa em outros continentes. Foi somente na segunda metade do século passado que bibliófilos como Rubens Borba de Moraes começaram a publicar os primeiros trabalhos sobre o passado do livro na América Portuguesa.

No entanto, a ausência de imprensa nos primeiros séculos da colonização não significou a ausência de produção, circulação e leitura de obras impressas e manuscritas durante esse período. Autores nascidos na Colônia ou nela estabelecidos tinham suas obras impressas em Portugal ou em outras partes da Europa e estas circulam em ambas as margens do Atlântico e, mais além, nos estabelecimentos portugueses no Índico. Esse é o pressuposto adotado pelo historiador Fernando Novais, ao evitar o anacronismo e alargar para além das fronteiras terrestres atuais do Brasil o espaço

⁷ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, e Eisenstein, *A revolução da cultura impressa*.

⁸ Chartier, *A ordem dos livros*, p. 101.

geográfico e administrativo da época colonial ⁹. Pode-se dizer que o intercâmbio de autores e textos também seguia esse padrão.

Além disso, as necessidades de colonização e de evangelização cedo exigiram a produção de catecismos e gramáticas escritos em línguas indígenas, como as obras creditadas ao padre José de Anchieta. Muitos desses objetos impressos foram reproduzidos em forma manuscrita. Caso emblemático desse modo de publicação por meio do manuscrito são as cartas dos padres jesuítas enviadas aos centros de poder da Companhia de Jesus. Essa correspondência, depois de lida e censurada, servia de original para cópias e traduções. Editadas assim, as cartas eram distribuídas para as diversas Províncias da Companhia, onde circulavam em forma de lições aos noviços, como prestação de contas dos diversos colégios espalhados pelo Novo Mundo e, ainda, para dar notícias das ações e dos descobrimentos nas novas terras portuguesas. As primeiras cartas do padre Manuel da Nóbrega, datadas do ano de 1549, no fim desse mesmo ano, depois de lidas em Portugal, já estavam em Roma; em seguida, começava a sua distribuição pelos colégios jesuítas europeus para logo ganharem o mar até alcançarem os mais diversos portos do mundo oriental, que os navios portugueses punham em contato com o Ocidente¹⁰.

Assim, um dos desafios da história do livro entre os séculos XV e XVIII é estudar o poder da cultura impressa sem desconsiderar a permanência dos textos manuscritos não só na esfera letrada, mas também no meio erudito. Nesse sentido, cabe o veredicto do já citado Rubens Borba de Moraes ao se referir ao período em que atuaram os “jesuítas redatores das Cartas”, homens estes “capazes de escrever obras literárias, históricas e informativas que já revelam o hábito de consultar livros existentes em bibliotecas e arquivos”. Segundo nos diz, “a História do Livro e das Bibliotecas no Brasil é tão pouco sabida que me parece necessário começar por estabelecer fatos”¹¹.

A opinião do bibliófilo é coadunada, em versão bem mais recente, pelo pesquisador Marcello Moreira. Em sua tese de doutorado, *Critica textualis in caelum revocata?* — em que propõe uma edição crítica para a obra atribuída a Gregório de Matos —, reafirma a inexistência de estudos sobre a produção livresca na América Portuguesa e enfatiza a necessidade de acurada investigação sobre os aspectos técnicos da produção do livro manuscrito. Sugere que “a pesquisa sobre o livro manuscrito

⁹ Novais, “Prefácio”, *História da Vida Privada no Brasil*, pp. 7-11.

¹⁰ Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, Introdução Geral, p. 53.

¹¹ Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, pp. vii e 1.

colonial deve basear-se no estudo analítico de cada objeto bibliográfico”¹². Daí a necessidade do estabelecimento de fatos através da análise de *corpus* textual e material restrito.

Assim, selecionou-se para a realização dessa pesquisa a obra *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*, editada por Serafim Leite junto à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, entre os anos 1954 e 1958, para o levantamento de indícios materiais da produção, edição e circulação de livros manuscritos e impressos na América Portuguesa.

As cartas estudadas somam mais de duzentos documentos, que abarcam o período de 1538 a 1563. Elas foram escritas na América e na Europa por padres da Companhia de Jesus e por personalidades de fora dela e encontram-se hoje fundamentalmente em arquivos e bibliotecas de Roma, Lisboa, Évora, Rio de Janeiro e Madri. O levantamento e a organização desse *corpus* de cartas com múltiplas fontes e espalhado por continentes distintos são fruto do trabalho intelectual do padre jesuíta Serafim Leite, organizador do livro. Este declara ter procurado alcançar os originais manuscritos, que no século XVI passavam pelo processo de cópia e tradução para diversas línguas, conforme rezava a diplomática da época, e, ainda, por emendas, revisões e censuras antes de serem eventualmente impressos para servirem à Igreja Católica em forma de lições para os jovens e de fontes de informação para as demais casas e colégios. Segundo Serafim Leite, houve ainda a preocupação com a fidedignidade dos documentos: alega ter procurado alcançar os originais, afirmando que, na falta destes, o critério da edição foi o de buscar as traduções conforme a ordem cronológica de sua composição, a saber: original português, tradução espanhola, tradução italiana, tradução latina¹³.

Ao expor o resultado de trabalho tão vultoso, no entanto, deve-se ter em mente os seus pressupostos e procedimentos teóricos e documentais, levando-se em conta o momento histórico e os condicionamentos materiais e institucionais que determinam a apropriação que o organizador faz dos documentos jesuítas do século XVI¹⁴. Apesar de tratar-se de fonte secundária e de os documentos terem sofrido apropriações não explicitadas nos critérios editoriais adotados pelo organizador, as cartas editadas por Serafim Leite não perdem de todo sua fidedignidade, já que mantêm o caráter de cada

¹² Moreira, *Critica textualis in caelum revocata?*, p. 242.

¹³ Serafim Leite, *op. cit.*, Introdução Geral, p. 59.

¹⁴ Hansen, “Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*”, pp. 47-8.

um dos padres que as escreveram. Ademais, este trabalho ateu-se a este *corpus* já definido, sem fazer novos cotejos ou comparações, buscando colher informações na sua leitura e assim proceder ao levantamento dos indicativos das técnicas de produção e edição de livros no século XVI.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho, “Serafim Leite e a edição das cartas jesuíticas”, buscou esclarecer as ligações do padre jesuíta Serafim Leite com a produção documental da Companhia de Jesus e sua responsabilidade enquanto historiador encarregado da confecção da *História da Companhia de Jesus no Brasil* e da organização dos documentos da Ordem produzidos ao longo do primeiro século da Colônia americana. Além disso, a publicação dessas cartas no Brasil ficou atrelada às comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo e à comissão organizadora desse evento — composta por intelectuais e membros ligados ao poder político e econômico da cidade —, tornando-se assim parte da produção de uma memória que forjou um passado heróico para ela e seus habitantes.

O segundo capítulo, “O processo editorial da Companhia de Jesus no século XVI”, procurou estabelecer brevemente os preceitos da escrita jesuítica, com base nos estudos de João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, e evidenciar as formas de produção de documentos dentro da Companhia de Jesus. Na obra de Charlot de Castelnau-L’Estoile encontrou indícios da confecção dos livros tratando de matéria histórica e no artigo de Antonio Aldama — discutindo a autoria das *Constituições*, o documento que regulamenta o funcionamento da Ordem —, os traços do processo de edição textual efetuado em Roma. Assim, mostraram-se alguns dos métodos de trabalho editorial da Companhia de Jesus na Roma do século XVI e, em especial, o trabalho do padre Juan Alfonso de Polanco, secretário de Inácio de Loyola. Os sinais desta edição textual realizados sobre os documentos jesuíticos da América vêm elencados em seguida.

No capítulo seguinte, “A edição de livros no século XVI”, pesquisaram-se alguns aspectos gerais do processo de produção, edição e circulação de livros manuscritos e impressos no século XVI europeu. Para a realização desta parte da pesquisa que trata da história do livro, foi fundamental a leitura de extensa bibliografia sobre o assunto, desde *O aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, até títulos de autores contemporâneos, destacando-se os de Artur Anselmo e Fernando Bouza-Álvarez. Aprofundou-se, além disso, na leitura de documentos portugueses tratando do primeiro século da instalação da imprensa em Portugal, com relevo especial para a coletânea de documentos reunida por Venâncio Deslandes ainda no século XIX:

Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII. Além disso, para um panorama da continuidade histórica no tratamento do livro, foi essencial o levantamento de dados nas pesquisas brasileiras contemporâneas tratando dos séculos XVII e XVIII. Por meio desse levantamento, buscaram-se os indícios da organização da imprensa nas instituições jesuíticas em Portugal no século XVI e a eventual continuidade dessa produção livresca na América.

Finalmente, o capítulo “Os livros nas cartas dos jesuítas” traz os indícios relacionados à cultura livresca levantados na leitura das cartas. Trata, em especial, da presença material do livro (manuscrito ou impresso) na Colônia americana e da circulação desses escritos.

Ao buscar o lugar do livro na produção documental dos jesuítas, procurou-se reconstituir uma pequena fração da história do livro na América Portuguesa no século XVI.

I. SERAFIM LEITE E A EDIÇÃO DAS CARTAS JESUÍTICAS

1. As fontes, as normas de transcrição e as notas

A correspondência jesuítica organizada nos três volumes das *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil* soma mais de duzentos documentos que abarcam o período de 1538 a 1563. As cartas foram escritas no Brasil e na Europa por padres da Companhia de Jesus e por personalidades de fora dela. São cartas do padre Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta — figuras de destaque na história da Companhia na América —, passando por correspondentes dos mais diversos níveis hierárquicos, dentro e fora da Ordem: de bispos, principais, secretários, missionários, mestres-escolas e irmãos até mestres-de-obras, torneiros e pintores. De fora da Companhia de Jesus, além de cartas do rei D. João III, Serafim Leite selecionou documentos dos governadores-gerais Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá, e de vice-reis e embaixadores. Conforme acrescenta o organizador em sua Introdução Geral ao primeiro volume, há ainda “algumas cartas dalgum menino, ou pessoa não bem identificada ou simples excerto; o mais são documentos de sesmarias ou de subsídios da fazenda pública”¹⁵.

Essa correspondência encontra-se fundamentalmente em arquivos e bibliotecas de Roma, Lisboa, Évora, Rio de Janeiro e Madri. A saber: em Roma, no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI) e na Biblioteca Apostólica Vaticana; em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca da Ajuda e na Biblioteca Nacional; na Biblioteca Pública e no Arquivo Distrital de Évora; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Códice do Antigo Colégio de Alcalá (Chamartin), em Madri.

¹⁵ Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, Introdução Geral, p. 20.

Efetivamente, no entanto, a maioria das fontes citadas por Serafim Leite encontra-se no ARSI, em Roma. Este arquivo compõe-se de três partes: o Arquivo da Antiga Companhia (1540-1773), o Arquivo da Nova Companhia (a partir de 1814) e o *Fondo Gesuitico*. Este último está constituído pelo arquivo do procurador geral da Companhia, que ficava no Colégio Romano, e que foi seqüestrado em 1870 pelo governo italiano e levado para o Arquivo do Estado. Sua devolução para a Companhia de Jesus ocorreu ao longo da década de 1920. Nele incluem-se muitos dos papéis sobre os colégios pertencentes à Assistência portuguesa, que incluía então as missões da Índia, do Japão, da China e do Brasil. Na década de 1930, o ARSI recebeu ainda os arquivos originais pertencentes à secretaria dos gerais desde a fundação da Ordem, arquivos esses que haviam sido mantidos na Holanda desde 1893 por receio de que o governo italiano também os confiscasse. Esse acervo incluía os papéis sobreviventes da antiga Assistência portuguesa — entre eles os referentes à missão do Brasil.

Os documentos encontrados nos arquivos dos jesuítas em Roma estão organizados segundo um critério territorial de localização de assistências, províncias e missões. As cartas estão ordenadas conforme sua procedência, divididas em (a) cartas enviadas a Roma e (b) cartas enviadas de Roma para as províncias (entre estas, também as cartas destinadas às pessoas de fora da Ordem). A correspondência de cada província divide-se ainda em (a) cartas ao Geral; (b) catálogos breves e trienais; (c) história; (d) ânuas; (e) fundações; (f) necrológios; (g) outros (obras manuscritas de história dos colégios, missões, províncias; tratados; cópias de documentos de outros arquivos, dentre outros). Essa organização foi adotada já no século XVI, no momento do estabelecimento do arquivo, e foi normatizada pelo secretário de Inácio de Loyola, o padre Juan Alfonso de Polanco.

Grande parte da correspondência dos padres das missões americanas tem também cópia manuscrita no Códice de São Roque, o registro da correspondência da Casa Professa de São Roque, em Portugal. Este manuscrito, depois de passar de mão em mão entre 1759 e 1820, foi integrado ao acervo da então Biblioteca Régia, atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Conforme a descrição do *Catálogo de Incunábulo*s da Biblioteca, reforçada por Serafim Leite nas suas indicações bibliográficas, o códice contém cópias de cartas em sua maioria escritas pelo padre Manuel da Nóbrega. Elas foram transcritas a partir das edições impressas em italiano e espanhol ainda no século XVI, além de cópias de outras cartas que não haviam sido publicadas quando da organização do códice, entre 1560 e 1565. Muitas vezes, ao proceder à edição da

correspondência americana, Serafim Leite alega ter consultado as cópias manuscritas, e as impressões feitas a partir delas, contidas nesse códice, para cotejar com os originais constantes dos arquivos romanos.

Os documentos consultados por Serafim Leite — autógrafos, originais, apógrafos ou versões —, foram redigidos em diversos idiomas, além de terem sido copiados e traduzidos inúmeras vezes, conforme rezava a diplomática da época. Eles serviam à Companhia de Jesus em forma de lições aos noviços, como prestação de contas das diversas escolas espalhadas pelo Novo Mundo e, ainda, para dar notícias das ações e dos descobrimentos nas novas terras. Os documentos foram transcritos pelo organizador, dizendo respeitar métodos paleográficos e filológicos preestabelecidos. Dentre esses métodos, encontra-se explicitado o que determina a menção das fontes pesquisadas, ou seja, todos os códices que serviram de base para a pesquisa dos documentos, tanto os localizados no Brasil quanto no exterior, fossem de coleções pertencentes a bibliotecas ou a acervos particulares, além de documentos publicados em revistas (mas não os fragmentos publicados em jornais ou outro tipo de publicação que citassem fontes secundárias). No entanto, o que se constata é que, apesar de listadas as fontes primárias e secundárias antes da transcrição de cada documento, o uso delas não fica de todo explícito na edição de Serafim Leite.

Nesse sentido, a interposição de documentos leigos (ou trechos deles) à coletânea de cartas jesuíticas denuncia um primeiro nível da manipulação que Serafim Leite faz dos documentos que organiza. Já no primeiro volume das *Cartas*, por exemplo, logo nos primeiros anos de correspondência, entre 1538 e 1540, o organizador apresenta uma troca de cartas entre D. João III e um seu embaixador, D. Pedro Mascarenhas, em que o primeiro encarrega o último de ir a Roma fazer o exame da nascente Companhia de Jesus e de sua eventual idoneidade para a missão catequética portuguesa na América¹⁶. Esses documentos da diplomacia portuguesa constam como transcritos dos originais que se encontram na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa; no entanto, como mostra o próprio Serafim Leite, ambos foram publicados em histórias jesuíticas, escritas por jesuítas, ao longo dos últimos quatro séculos, e constavam já do *Chronicon Societatis Jesu*, a crônica das atividades dos membros da Companhia entre 1537 e 1556, escrita pelo secretário Juan Alfonso de Polanco. Portanto, vê-se que o que Serafim Leite apresenta é

¹⁶ *Cartas*, vol. I, cartas 3 e 4, pp. 101-8.

apenas uma nova transcrição de trechos selecionados de documentos que já faziam parte da tradição historiográfica da Companhia de Jesus.

Segundo o organizador, houve ainda preocupação com a fidedignidade dos documentos consultados. Ele alega ter procurado alcançar os originais, pois que estes passavam posteriormente pelo processo de cópia e tradução e, depois ainda, por emendas e revisões antes de poderem circular ou serem impressos. Na falta dos originais, o critério da edição foi buscar as traduções conforme a ordem cronológica de sua composição. Assim,

o único recurso que resta hoje ao historiador [...], é utilizar as traduções, tais como se apresentavam, antes das emendas; e, quando não há originais, persuadir-se de que é sempre melhor a tradução do que a tradução da tradução. [...] O caminho — não sempre mas o mais comum — foi este: original português — tradução espanhola — tradução italiana — tradução latina¹⁷.

A edição dos documentos também diz ter seguido normas preestabelecidas de transcrição e estabelecimento textual. Estas balizam, dentre outros itens, o uso da pontuação dos textos publicados; a divisão dos textos longos em parágrafos numerados; o desdobramento dos erros evidentes, mas indicando em aparato crítico ou em nota o erro tal como se encontrava no texto; o uso de letras maiúsculas e minúsculas; a colocação das notas ao pé da página e não no fim do documento; a criação de índices alfabéticos, onomásticos e remissivos ao fim de cada volume; e, finalmente, o fornecimento de todos os elementos necessários ao conhecimento e identificação do documento. No que se refere a este último, o seguinte método de disposição foi adotado para cada uma das cartas: número de ordem, segundo a cronologia; nome do autor da carta; nome da pessoa de quem se remete a carta e lugar onde vive; lugar de onde é datada a carta, dia, mês e ano; introdução da carta (constando dos elementos concernentes à sua edição: bibliografia, autores, texto, impressão, história da impressão, edição); e sumário do texto.

Tais normas, usuais na transcrição de documentos, foram empregadas nestes volumes “de modo que se conservasse a fidelidade do texto e a acessibilidade ao leitor”, segundo nos faz crer Serafim Leite em sua *Introdução Geral*¹⁸. Sabendo que os fatos externos à obra como, nesse caso, os costumes diplomáticos do século XVI, as apropriações sofridas pelos textos das cópias, a conservação dos códices de manuscritos, além de toda a conjuntura histórica e institucional em que se inserem esses

¹⁷ *Cartas*, vol. I, *Introdução Geral*, p. 59.

¹⁸ *Idem*, p. 81.

escritos, podem modificar a ordem de prioridade de um dado documento, o organizador parece buscar fornecer em aparato crítico as discordâncias entre os documentos comparados e, assim, adotar um padrão editorial. No entanto, Serafim Leite não chega a discutir os critérios que adota. Em nenhum momento, por exemplo, faz referência ao eventual duplo sentido que a pontuação moderna pode ter trazido para os textos. É a esse respeito um dos comentários do estudioso Valle Cabral no prefácio a sua edição das cartas de Manuel da Nóbrega, lidas no códice de cópias da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Alguns períodos das cartas de Nóbrega não são bem claros: ás vezes a questão de pontuação faz também mudar muito o sentido da phrase. Em algumas além disto notam-se evidentes córtes de periodos, que ou desfiguram o sentido ou tornam obscuros os que se lhes seguem¹⁹.

Caberiam nessa anotação crítica, portanto, os critérios adotados quanto à atualização ortográfica e a adoção de pontuação moderna. Serafim Leite lista alguns casos correntes na transcrição de documentos manuscritos, baseando-se nas normas estabelecidas pelo Congresso dos historiadores alemães, em 1896²⁰: a transcrição da letra ã por *an*, *am*; o ã por *on*, *om*; os usos de *c*, *ç* e de *h*, *i*, *j* e *y*; os poucos acentos, o uso do til e das letras maiúsculas — exemplificando essas regras, inclusive, com dois excertos de cartas de Nóbrega. No entanto, no caso das abreviaturas, remete às normas editoriais adotadas na *Monumenta Historica Societatis Jesu* — na qual a *Monumenta Brasiliae* se insere e teve parte de sua tiragem publicada nestes três volumes das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Destas normas, transcreve apenas as que utiliza em discordância com as adotadas, a saber, a disposição dos elementos de identificação do documento constantes da introdução que faz das cartas (enumeradas anteriormente).

No entanto, em uma anotação à primeira carta de Manuel da Nóbrega (escrita na Bahia em abril de 1549), já corridas mais cem páginas do primeiro volume, Serafim Leite corrige o uso de um “se” alegando que: “Nem Nóbrega nem nenhum dos outros Padres seus companheiros ou discípulos, escrevendo em português, usariam *si*, como se lê em transcrições modernas de suas cartas”²¹. Essa carta foi transcrita de sua única cópia, que está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vê-se aqui, portanto, um critério adotado por Serafim Leite — o de preferir transcrever sempre “se” e não “si”, quando o original está em português —, critério que adota baseado em sua erudição e

¹⁹ Valle Cabral, *Cartas do Brasil (1549-1560)* — *Manoel da Nóbrega*, Prefácio, p. 13.

²⁰ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, pp. 78-9.

²¹ *Cartas*, vol. I, carta 5 (Bahia, 10/4/1549, de Nóbrega, para Simão Rodrigues, em Lisboa), p. 111, n. 10.

em seu conhecimento dos documentos, mas que não está elencado entre as normas editoriais que estabelece na Introdução Geral.

Em outro caso, corrige o texto da carta escrita no Espírito Santo, provavelmente por Brás Lourenço, em 10 de junho de 1562, em que este explica a organização das funções civis no estabelecimento da aldeia de N. S. da Conceição. Nesta, como nas aldeias da Bahia, a um índio “principal” era dado o cargo de ouvidor para que ele julgasse e aplicasse penas aos delitos cometidos na aldeia. No entanto, ao narrar um caso de adultério, Brás Lourenço mostra que esses casos eram levados aos padres. Assim, conta que o castigo imposto para a índia adúltera assutou os índios e que, dali em diante, “se algum pecca, logo hé acusado ao Principal”²². No original da carta, segundo o próprio Serafim Leite salienta, este “Principal” estava abreviado “P^e”, ou seja, “Padre”. Assim, se o desdobramento da abreviatura fosse outro, o texto estaria afirmando que o castigo era escolhido — ou até aplicado — pelo padre responsável pela aldeia e não pelo índio que deveria exercer essa função. A escolha de Serafim Leite para o desdobramento da abreviatura é, portanto, interferência no texto, justificada apenas pela incongruência com as funções do padre.

Assim, poderia exigir-se de Serafim Leite maior clareza dos critérios de modernização da escrita quinhentista dos jesuítas, procurando eliminar, por meio da discussão de suas premissas editoriais, as ambigüidades quanto à disposição por ele determinada. Vê-se, portanto, que é na manipulação da disposição do texto das cartas que o organizador deixa entrever sua intervenção editorial. Agindo dotado da autoridade a ele conferida pela Ordem, dispõe as matérias em português conforme a tradição da criação da memória da Companhia de Jesus e também de seus próprios interesses no tempo da edição.

Esse processo de anotação crítica dos documentos do século XVI traz, ainda, a evidência de outro nível de interferência praticada por Serafim Leite. Uma forma de anotação característica do seu trabalho de edição é a glosa que faz por meio do levantamento das citações bíblicas usadas pelos padres quinhentistas em seus textos. Exercendo papel de intermediárias entre o texto editado e o leitor moderno ao explicar os métodos e procedimentos usados para produzir a edição, as anotações do organizador, em verdade, apenas procuram suprir os limites intelectuais que supõe neste leitor e, assim, ensinar-lhe como consumir os textos editados²³.

²² *Cartas*, vol. III, carta 65, p. 467.

²³ Sobre anotação cf. Grafton, *As origens trágicas da erudição*, p. 39.

É no espaço de anotação editorial também que Serafim Leite reforça o elogio que faz do padre Manuel da Nóbrega. Assim, por exemplo, quando Nóbrega exagera a proporção da América portuguesa ao escrever que “*Es tan grande esta tierra, que dicen que, de tres partes del mundo, tiene ella las dos*”, o organizador acorre em sua defesa na nota: “Trata-se não só do Brasil, mas de toda a América e não discorda do conhecimento geográfico do Mundo em 1549”²⁴. O mesmo tipo de intervenção esclarecedora sobre os conhecimentos de Nóbrega acontece a toda menção do termo “ídolo” relacionado à religião (ou falta dela) dos índios americanos. Nestes casos, a anotação instrui que o padre “não considerou nunca verdadeiros ídolos os maracás e outros objectos indígenas”²⁵. A mesma explicação se repete em pelo menos mais três notas só no primeiro volume de cartas. No entanto, em uma carta de Pero Correia, irmão (não era padre, portanto) que vivia em São Vicente, o organizador deixa claro que a dúvida surge pela precariedade da escrita do próprio redator:

‘Ídolos’: expressa-se o vocábulo, mas na seqüência do período observa-se que os Índios não os consideram deus e unem a idéia de ‘poder’ não a Deus, mas aos Pagés, que é uma das manifestações da magia.²⁶

Em outro exemplo, vê-se que Serafim Leite esclarece a acepção tomada pelo padre Nóbrega do termo “resgate” — “trato de compra e venda, negócio”²⁷ — na carta que o padre escreve a D. João III em que diz que os índios são gente “que não tem Deus por quem morrão e tem tanta necessidade do resgate” sem querer que se leia que seriam negociadas as pessoas para o cativo. Mesmo caso ocorre em carta anterior, só que de António Pires aos irmãos de Coimbra, em que explica em nota mais uma vez o significado do termo: “Resgates na linguagem do tempo, quer dizer, objectos com que se negoceia; o qualificá-los de ‘abomináveis’ é para condenar aqueles resgates em que o objecto era o homem não para ficar livre, mas cativo”²⁸. Já em outra carta de Nóbrega, de junho de 1553, volta a anotar a explicação: “‘Resgate’, objectos com que se compram mantimentos, e de que se dá logo a seguir a explicação concreta, no caso:

²⁴ *Cartas*, vol. I, carta 8 (da Bahia, em 10/8/1549, para Azpilcueta Navarro, em Coimbra), p. 138, n. 19.

²⁵ *Cartas*, vol. I, carta 5 (da Bahia, em 10/4/1549, para Simão Rodrigues, em Lisboa), p. 111, n. 12.

²⁶ *Cartas*, vol. I, carta 24 (de Pero Correia, em 20/6/1551, para João Nunes Barreto, na África), p. 225, n. 3.

²⁷ *Cartas*, vol. I, carta 47 (de Manuel da Nóbrega, em julho de 1552, a D. João III), p. 347, n. 9.

²⁸ *Cartas*, vol. I, carta 31 (de Pernambuco, em 2/8/1551), p. 253, n. 8.

‘anzóis e facas’²⁹, explicando assim o trecho em que o padre conta das formas de manutenção das casas jesuítas.

Desse modo, fazendo supor que as notas seriam o local de fornecimento de provas de sua pesquisa e serviriam como suporte para a edição das cartas jesuíticas do século XVI, o organizador, no entanto, só faz esconder sua pesquisa historiográfica em prol da reafirmação da tradição de leitura estabelecida pela Companhia de Jesus sobre a transmissão de seus próprios documentos. Fica, assim, a cargo do leitor a lembrança das circunstâncias pessoais e institucionais que deram forma ao trabalho dessa edição.

2. A década de 1930

Lembre-se que o levantamento e a organização da correspondência jesuítica, esse *corpus* de múltiplas fontes espalhado por continentes distintos, reunido nos três volumes das *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* aqui estudadas, são trabalho de responsabilidade do padre jesuíta Serafim Leite³⁰. Ele iniciou, na década de 1950, a

²⁹ *Cartas*, vol. I, carta 69 (de São Vicente, em 15/6/1553, para Luís Gonçalves da Câmara, em Lisboa), p. 503, n. 37.

³⁰ Serafim Leite nasceu em 6 de abril de 1890 na vila de São João da Madeira, próxima ao Porto, ainda hoje uma das menores cidades portuguesas, com apenas 8,11 km² de área. Cedo foi tomado sob a proteção de um tio jesuíta, também chamado Serafim Leite, que o encaminhou ao seminário do Porto onde completou os estudos primários. Aos 15 anos emigrou com o pai para a Amazônia do ciclo da borracha e perambulou pelas vilas à margem do rio Negro, onde aprendeu tupi. Entre 1912 e 1913 trabalhou como guarda-livros em Monte Alegre, no Pará, e fez sua estréia literária na *Gazeta* desta cidade assinando contos com o pseudônimo de João Madeira.

Depois da morte de seu pai, Serafim Leite volta à Europa, dessa vez para a Bélgica, onde estava seu tio e onde ingressou na Companhia de Jesus. Em 1915, fugindo aos combates da Primeira Guerra Mundial, a Província portuguesa da Companhia de Jesus — instalada na Bélgica depois da expulsão de Portugal, em 1910 — transfere-se para Múrcia, na Espanha. Serafim Leite terminou aí sua formação em Humanidades e Filosofia e ordenou-se em 27 de julho de 1926, aos 36 anos. Completou seus estudos na Bélgica e na França. A essa altura já escrevera algumas biografias de padres do século XIX, era colaborador de jornais portugueses e, sob pseudônimo, assina seu primeiro estudo histórico sobre o século XVII. Em 1929 é designado como redator da revista *Brotéria*, da Companhia de Jesus, passando a viver em Lisboa. Publica livros de contos, poemas e ensaios sobre atualidades entre 1930 e 1933.

O padre Serafim Leite fez sua profissão religiosa em 1932, ano em que foi encarregado pelo Provincial Cândido Mendes para escrever a parte referente aos jesuítas da América da *História da Companhia de Jesus da antiga Assistência de Portugal*. A partir de então, e por toda sua vida, dedica-se a publicar artigos vários, tratando sempre dos pormenores desse assunto. Já em 1934 publicou uma reedição do manuscrito da primeira biografia de José de Anchieta, escrita pelo padre Quirício Caixa no ano de 1598, pela qual foi saudado por Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras. No entanto, seu ânimo em relação a Anchieta arrefece conforme prosseguem as investigações para a *História da Companhia de Jesus no Brasil* em arquivos europeus. Passou então a divulgar os resultados de sua pesquisa com a constante elevação de Manuel da Nóbrega, proferindo, para constrangimento geral, um discurso em defesa de sua primazia como educador em solo americano na inauguração do busto de Anchieta no Instituto de Educação no Rio de Janeiro. Escreveu o *Breve itinerário para uma biografia de Nóbrega, fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1549-1570)*, publicado em 1954, e,

preparação da *Monumenta Brasiliae* (a coletânea da correspondência jesuítica da América portuguesa encomendada pela Companhia de Jesus), da qual as cartas dos jesuítas do Brasil seriam a consequência editorial. O primeiro dos cinco volumes da *Monumenta* foi publicado em 1956, sendo também o volume 79 da *Monumenta Historica Societatis Jesu* (a reunião dos documentos da Ordem), e tendo parte de sua tiragem encomendada pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, a qual se publicou com o título *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Assim também ocorreu com os volumes seguintes: em 1957 publica-se o segundo e, em 1958, o terceiro. Essa publicação das cartas é decorrência ainda da sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra em dez volumes, editados ao longo das décadas de 1930-40,

com uma tese que reconcilia João Ramalho e os jesuítas, defende a primazia também de Nóbrega na fundação da cidade de São Paulo.

Entre 1938 e 1950 publicou os dez volumes da *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Já em seu primeiro tomo deixou clara a premissa que adotaria em relação a Anchieta: tratando-o por mero “símbolo” de sua época, tomaria os feitos a ele creditados e distribuiria os mesmos a quem acreditasse ser de direito — quase sempre padres portugueses, e não espanhóis como o era Anchieta, e, na maior parte das vezes, Nóbrega. Uma das mais debatidas contestações que fez à obra anchietana foi o desacreditar de sua autoria do poema épico de 1563 *De Gestis Mendi de Saa*. Também tratou de desautorizar um documento encontrado no espólio de Brás Cubas que dizia existir já a vila de São Paulo em 1550, portanto, tirando das mãos dos jesuítas a prioridade da fundação da cidade. E com o mesmo fervor encontrou e publicou uma carta inédita de Anchieta e uma tradução de um documento histórico, usando-os como prova da presença de Nóbrega em Piratininga em 25 de janeiro de 1554. Ambas as publicações foram contestadas pelo padre Hélio Viotti, que era, no entanto, seu discípulo entusiasta e foi um dos principais estudiosos de sua obra dentro da Companhia de Jesus, autor inclusive de um ensaio biográfico de Serafim Leite. Outras críticas da época acusam-no também de ter favorecido em sua *História* a vice-província do Maranhão e de ter tratado muito indiretamente das missões guaraníticas.

Em 1939 visita o Brasil, percorre arquivos, e, com o advento da Segunda Guerra Mundial, instala-se definitivamente no Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro. Foi membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1940 e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na Europa, foi sócio honorário da Academia Portuguesa de História, diretor do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e fez parte da Comissão Orientadora da Exposição Histórica do Mundo Português; recebeu ainda o Prêmio Alexandre Herculano pela publicação do primeiro volume da *História*. Transfere-se para Roma em 1950, onde desempenhava as funções de confessor da comunidade da Casa dos Escritores e de colaborador do *Archivum Historicum Societatis Jesu*.

Iniciou a década de 1950 com a preparação da *Monumenta Brasiliae*, publicada no Brasil com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, entre 1956 e 1958. O quarto volume sai apenas na Europa e Serafim Leite anuncia o término de sua pesquisa. No entanto, lança, em 1968, um quinto volume dedicado ao visitador Inácio de Azevedo, de quem a canonização é pleiteada em Portugal (e de quem Serafim Leite teria deixado ainda outro volume inconcluso). Viotti, depois de elogiar o trabalho metódico de aparato crítico realizado por Serafim Leite na *Monumenta*, acrescenta que “Para o estudo da figura de Nóbrega é volume indispensável” e assinala ainda que, em sua cruzada antianchietana, o padre Serafim Leite tentou inclusive impedir a inauguração da estátua de Anchieta na Praça da Sé, durante as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954.

Serafim Leite seguiu publicando obras historiográficas, tratando do primeiro século da presença jesuítica no Brasil, além de enorme volume de artigos de crítica. Em 1963 fez ainda uma última visita ao Brasil e passou por São Paulo para a inauguração do monumento em homenagem a Nóbrega, na Praça Clóvis Bevilacqua, ao lado da Sé. Morreu em 27 de dezembro de 1969, em Roma, poucos meses antes de completar 80 anos, em consequência de um infarto. Foi enterrado em São João da Madeira, em Portugal, cuja Câmara guarda suas condecorações e objetos pessoais.

[Cf. Viotti, *Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)*, e Auden, “Serafim Leite, S. J., Premier Historian of Colonial Brazil: An Overdue Appreciation”.]

encomendada pela hierarquia jesuítica ao português Serafim Leite dentro da tradição historiográfica da Ordem, tão antiga quanto sua fundação.

Assim, ao estudar os documentos por ele editados, deve-se levar em conta a sua voz institucional, em situação de total simpatia por seu objeto, de onde se depreende que a disposição e o recorte que faz do material documental jesuítico não são objetivos ou independentes de teorias e interpretações de seu próprio tempo e lugar, e assim também não o são os fatos por ele inventariados. Como afirma João Adolfo Hansen na análise que faz do trabalho de Serafim Leite na *História da Companhia de Jesus no Brasil*:

antes de ir expondo o que o autor narra, é preciso especificar *como* ele o faz, para desnaturalizar seus pressupostos, categorias e procedimentos teórico-doutrinários e lembrar ao leitor que, assim como a matéria a que se aplicam, também eles são históricos, pois produzidos em uma situação particular, com condicionamentos materiais e institucionais específicos, que implicam as refrações do uso dos materiais manuscritos dos jesuítas [...]. Não se pode positivar o que Serafim Leite propõe, enfim, devendo-se fazer a crítica documental e teórica do seu procedimento³¹.

Nesse sentido, tem-se a observação de Dauril Auden, autor de um ensaio biográfico do padre Serafim Leite, sobre o favorecimento institucional do padre: “Inevitavelmente o texto é parcial com os heróis do autor: todos muito arraigados a seus votos, exemplares em suas condutas e sempre desafiando causas justas sem rancor algum”³². Na *História*, e em diversas outras publicações, Serafim Leite defendeu muito claramente as atitudes dos jesuítas, dentre elas em especial aquela que aceitava uma forma de escravidão, a dos negros africanos, enquanto se opunha a outra, a dos indígenas do Novo Mundo. Justificava-se com afirmações européias, principalmente portuguesas, e jesuíticas, como não podia deixar de ser, a saber, que a escravidão existia na África muito antes da chegada dos primeiros europeus, que o instituto da escravidão era sancionado pelas leis da Igreja e dos principais Estados europeus havia muito tempo e que os negros enviados para o Novo Mundo se beneficiaram do contato com uma cultura mais avançada e com a fé cristã. Nas palavras de Hansen:

Lembrando que a linguagem é sempre consciência prática que independe da intenção dos agentes, pode-se dizer que a interpretação feita por Serafim Leite dos eventos que reconstitui tende a alinhar-se *objetivamente* com setores conservadores, nacionalistas e colonialistas, de Portugal e do Brasil, nos anos 1938-1950³³.

³¹ Hansen, “Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*”, pp. 47-8.

³² Auden, “Serafim Leite, S. J., Premier Historian of Colonial Brazil: An Overdue Appreciation”, p. 29.

³³ Hansen, “Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*”, p. 53.

Pode-se dizer que um desses setores a que Serafim Leite se circunscrevia era o da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Formada em 1948, portanto seis anos antes do Quartocentenário, comemorado em 1954, ela foi responsável pelo planejamento das comemorações do aniversário da cidade. Era uma autarquia, portanto com autonomia administrativa e econômica, mas diretamente controlada pela Prefeitura, e tinha como presidente o “mecenas” Francisco Matarazzo Sobrinho e era composta por membros representativos da sociedade paulistana, além de nomes ligados à classe intelectual, como jornalistas, escritores e professores universitários. Dentre os membros da Comissão Técnica do Serviço de Comemorações Culturais, responsável pela seleção e encaminhamento das publicações do Quartocentenário, estavam Oswald de Andrade, Antonio Candido de Mello e Souza e Sérgio Buarque de Holanda, além de dois representantes da Companhia de Jesus, os padres Martinho e José Costa.

Pode-se assumir que os interesses internos desses representantes do poder funcionavam, de maneira só aparentemente velada, como crivo no julgamento das atividades das comemorações; os membros da Comissão agiam como os arquitetos da criação de um passado de glória para a cidade de São Paulo, com base na construção do mito bandeirante e de uma identidade do paulista, forjada a partir do cruzamento entre brancos e índios. Assim, “formando uma mescla de bravura e coragem, veladas pela fé pacificadora dos jesuítas, em que se encontraria a explicação para o, então, predestinado progresso de São Paulo”³⁴.

No campo político, a construção dessa imagem fez parte de um processo que buscava representar um modelo de nacionalidade — questão que agitava os projetos políticos nas primeiras décadas que sucederam a Proclamação da República. O ano de 1954 foi a grande oportunidade histórica para São Paulo concretizar sua posição hegemônica em relação ao restante do país e a produção da comemoração funcionou como uma vitrine dessa conquista. No aspecto religioso, a relação de conflito, provocada pelas bandeiras, que visavam capturar o índio para vendê-lo como escravo, foi ocultada. Houve valorização e enobrecimento do cruzamento do português com o índio, resultando no mameluco, positivando-se assim a imagem do bandeirante e constituindo-se um passado de harmonia entre índios, religiosos e portugueses. Esta felicidade seria traduzida, conforme induzia a propaganda paulista, no progresso de São Paulo. Houve, inclusive, tentativas de resgatar os túmulos dos padres Manuel da

³⁴ Lofego, *IV Centenário da Cidade de São Paulo*, pp. 32-3.

Nóbrega, Manuel da Paiva e José de Anchieta, procurando eternizar a presença jesuítica na cidade e afirmar sua condição de fundadores e, assim, alicerçar a idéia de progresso por meio da memória.

Nesse movimento de demarcar a identidade paulista, a produção livresca foi amplamente apoiada pela Comissão do IV Centenário e revelou-se oportuna no fomento do mercado editorial paulista. A lei que criou a versão definitiva da Comissão, em julho de 1951, definia dentre suas atribuições “o incentivo aos estudos históricos sobre a fundação de São Paulo, com ênfase na edição de monografias, memoriais e trabalhos especializados, tomando por base o século XVI”³⁵. Dentre os pontos principais para as festividades, inclusos no orçamento pela Consultoria Técnica, estava o item “Publicações: Obras literárias de Anchieta, Cartas jesuíticas, bibliografia americanista, geografia urbana de São Paulo, atlas de São Paulo antiga, catálogo de verbetes, monografia Histórico-Sociológica, dicionário das bandeiras, dicionário de autores paulistas, obras premiadas em concursos”.

Impressionam assim não só as marcas dessa comemoração, mas sua produção, enquanto história e memória, através da intensa programação cultural e das diversas publicações patrocinadas pelos organizadores do evento. Elas dão início a um passado inventado e organizado em lugares próprios — tais como museus, arquivos, monumentos, livros, fotografias, pinturas e outros símbolos — os quais buscam re-significar o passado, sendo instrumentos eficazes na construção e hierarquização do poder.

Nesse sentido, as introduções e notas assinadas pelo padre Serafim Leite nos volumes das *Cartas* são bastante significativos da interferência na criação da memória paulista, em especial na idealização do índio e dos posicionamentos dos padres jesuítas do século XVI. Não devemos, pois, deixar de levar em conta essas suas opiniões e as instâncias da produção do seu discurso no trabalho de organização da edição das cartas do século XVI.

Segundo afirma Serafim Leite na “Razão deste livro”, nota introdutória que abre o primeiro volume das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, a encomenda dessa edição foi feita pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, integrante da Comissão, por meio de carta de 20/3/1952, que reproduz:

³⁵ *Idem*, p. 44 (Lei 1.379, de 20 de julho de 1951).

O Governo do Estado de S. Paulo organizou com caráter de autarquia administrativa as diferentes comissões e sub-comissões encarregadas das celebrações daquele centenário. Como participante de uma das comissões extintas apresentei e tive a satisfação de ver aprovada em princípio, dependendo apenas da anuência do P^o Serafim Leite, a publicação entre outras obras comemorativas, das cartas jesuíticas dispostas em ordem cronológica, organizadas e, quando preciso, traduzidas e anotadas pelo P^o Serafim Leite (lembro-me de que a republicação das cartas, inclusive as inéditas em ordem cronológica era a sua velha ideia [sic])³⁶.

Serafim Leite, no entanto, deixa claro que já se dedicava à organização da *Monumenta Brasiliae* havia dois anos quando desta correspondência da Comissão do IV Centenário. Por isso, vê-se que o padre se refere a esta edição sempre como *Monumenta* primeiro e *Cartas* depois, em tiragem separada, ressaltando inclusive as diferenças nos padrões editoriais exigidos por uma e outra obra. Elas dizem respeito principalmente à tradução dos textos das cartas em latim, das introduções e dos índices, além de capa própria para a tiragem paulista³⁷. O critério que se aplica às cartas teve inclusive de ser modificado no projeto gráfico do terceiro volume, quando a Companhia de Jesus não mais aceitou que a tradução latina das cartas viesse logo em seguida ao texto original, fazendo-a assim figurar em apêndice no final do volume.

Pode-se considerar ainda outra contribuição de Serafim Leite a essa criação de memória paulista. No que toca aos jesuítas em especial, o padre insiste em diminuir a imagem do espanhol José de Anchieta ante a do português Manuel da Nóbrega.

Bastante explícitas nas Introduções que apresentam cada um dos volumes, estão as comparações das qualidades intelectuais e morais de Manuel da Nóbrega, propostas como superiores, com os questionamentos das mesmas qualidades em José de Anchieta. Nóbrega nunca é menos que um “homem formado em Direito, que já se tinha revelado caridoso, intrépido, e de consciência rectíssima, como Procurador dos Pobres”³⁸, enquanto Anchieta, ao contrário, além de ter o físico debilitado, carecia de estudos, inclusive os que permitiam fazer seus últimos votos. Serafim Leite propõe, implicitamente, que o espanhol só teria feito sua profissão, já aos 43 anos de idade e 26 de Companhia, para estar apto a assumir o cargo de Provincial nos poucos anos antes de este já estar sob a tutela do visitador Cristóvão Gouveia. Este contava ainda com a ajuda de um secretário, o “sábio e ameníssimo escritor” Fernão Cardim, qualificativos de muito mais pompa que aqueles dedicados à escrita anchietana, um seco “obra valiosa”,

³⁶ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, p. 5.

³⁷ *Idem*, p. 6*.

³⁸ *Idem*, vol. I, Introdução Geral, p. 8.

que parece ser a única qualidade louvável de José de Anchieta aos olhos de Serafim Leite.

Há ainda outra particularidade: a da confecção das imagens que abrem cada um dos volumes da edição das *Cartas*, que, no caso da escultura do busto de Nóbrega que estampa a primeira página do primeiro volume, foi encomendada por Serafim Leite especificamente com esse fim. Em nenhum dos três volumes consta o retrato de Anchieta, o que, justifica o padre, segue o critério adotado para a escolha dos retratos, que é o de figurar os Provinciais atuantes no período correspondente ao abrangido em cada volume. No entanto, o terceiro volume — que começa com uma carta de setembro de 1558 — é aberto com a imagem de um beato D. João III, rei de Portugal e grande favorecedor da Companhia de Jesus, morto havia mais de um ano, em junho de 1557. Vê-se, assim, muito claramente o nacionalismo do padre português, que não deixa de repetir a missão de seus antecessores do século XVI e de seguir “as diretrizes principais do Governo Geral, [que Tomé de Sousa] abre com admirável preâmbulo, colocado num plano de grande altura política, hierarquizando sabiamente a obra da civilização que começava”³⁹: o serviço de Deus e exaltação da fé Católica, o serviço do rei e do Império português e, por último, o “enobrecimento” e aproveitamento dos povos e das terras coloniais de além-mar.

Vê-se, ainda, outra mostra do posicionamento de Serafim Leite, principalmente quando repete e justifica a intolerância dos padres da Companhia de Jesus do século XVI diante das culturas indígenas, contrapondo, por exemplo, o “civilizador” trabalho sistemático imposto aos índios pelos portugueses aos instintos belicosos e às práticas canibalescas dos selvagens, “estágio humano de inferioridade e horror”⁴⁰. Ou, ainda, ao retomar as descrições do século XVI sobre a cultura indígena e atribuir a ela uma religiosidade não-idolátrica e, por isso, de grande aptidão ao Cristianismo, ignorando sumariamente os cultos indígenas por eles mesmos descritos (e reafirmados por Serafim Leite), como os prantos funerários, os cantos e danças cerimoniais e, até mesmo, as guerras⁴¹.

³⁹ *Idem*, p. 5.

⁴⁰ *Idem*, p. 12.

⁴¹ *Idem*, p. 17.

3. A “invenção de uma escrita”

Sabe-se, portanto, que os documentos usados por Serafim Leite são todos eles quase que exclusivos dos arquivos da Companhia de Jesus em Roma e que a maioria continua de acesso bastante restrito para leigos. Esse fato leva a questionamentos quanto a seus critérios historiográficos, pois supõe que o leitor aceite sua tradução e interpretação como verídicas, já que únicas⁴². Devido ao uso exclusivo que faz desses documentos, pode-se dizer que é responsável pela perpetuação de uma imagem jesuítica construída para justificar a Ordem ao longo de outros momentos da história. O organizador confere um caráter de “verdade histórica” aos textos dos jesuítas dos primeiros séculos, o qual passou a ser legitimado pela valorização dos mesmos como “documentos”, como testemunhos “autênticos” e “verídicos” dos fatos históricos⁴³.

Deve-se levar em conta, portanto, que assim como fez Serafim Leite, outros também tomaram as cartas dos jesuítas como objeto de apropriações diversas desde o momento de sua escrita e que cada uma dessas manipulações deformou o significado dos textos do século XVI conforme a interpretação dada no tempo presente em que se deu a leitura. A esse tipo de apropriação Socorro Vilar chama “invenção de uma escrita”:

existe na repetição da escrita dos jesuítas, ao longo de três séculos, a repetição de uma escrita dominante e poderosa. Dominante porque foi eleita enquanto fonte legítima por quase todos aqueles que se debruçaram sobre o século XVI; poderosa porque penetrou na historiografia brasileira como um discurso “quase” neutro. Podemos acrescentar que [...] esse discurso esteve sempre disfarçado de outras vozes, quando, na verdade, sua origem é um único e mesmo texto, que foi copiado, ampliado, adaptado⁴⁴.

Nesta sua edição das cartas, Serafim Leite também toma os escritos dos jesuítas quinhentistas como historicamente verdadeiros e isenta-os de qualquer “idealização” por não serem mirados enquanto “fontes para a posteridade” e, assim, naquele momento — a década de 1930, momento do início da pesquisa para a *História* —,

⁴² Hansen, “Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*”, p. 49.

⁴³ Vilar, *A invenção de uma escrita*, pp. 92-3, cf. Pécora, *Teatro do Sacramento*, São Paulo/Campinas, Edusp/Editora da Unicamp, 1994.

⁴⁴ Vilar, *A invenção de uma escrita*, p. 112.

ressaltavam-se os aspectos positivos nos escritos do século XVI — entre eles a falta de idealização e a contemporaneidade com que se narravam os fatos primitivos da história do Brasil — com vista a adequá-los à nova imagem dos jesuítas, dos fundadores da nacionalidade brasileira⁴⁵.

Percebe-se, em especial medida nas anotações que o organizador faz aos textos editados e aos critérios não-evidentes de sua manipulação da disposição deles, a repetição dessa escrita dominante. Assim, a escrita da Ordem impera e pode-se dizer que as prescrições que valiam para o discurso que tratava dos índios, no século XVI, de certa maneira ainda prevalecem no momento da publicação das *Cartas*, no início do século XX, já que, como afirma Hansen,

ao capturar as sociedades indígenas nas fórmulas teológico-políticas que regulam a expansão colonial, os textos quinhentistas as inscrevem numa memória europeia, com duração, espaço e características específicas da “política católica” ibérica⁴⁶.

⁴⁵ *Idem*, p. 125.

⁴⁶ Hansen, “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”, p. 348.

II. O PROCESSO EDITORIAL DA COMPANHIA DE JESUS NO SÉCULO XVI

1. Preceitos retóricos da escrita das cartas

Pode-se dizer que as cartas dos jesuítas escritas no primeiro século da colonização tratam basicamente da catequização e escravização do índio e do negro, da moralização do colono, da organização e distribuição de funções entre os padres, mas também da ocupação e do governo do território e da exploração econômica das terras americanas. Não são textos naturais, pois que produzidos numa época determinada, o século XVI, com base em usos específicos, fazendo-se necessário principiar por reconstruir alguns dos condicionamentos institucionais, lingüísticos e materiais da produção deles⁴⁷.

As *Constituições*, documento que regula o funcionamento da Companhia de Jesus, prevêem funções bem definidas para a epistolografia. Apesar de a sua primeira edição datar apenas de 1558, já em 1547 Inácio de Loyola e Juan Alfonso de Polanco, seu secretário em Roma, determinaram que as missões passassem a enviar relatórios minuciosos para Roma. Além de obedecer às várias exigências da Ordem — difusão dos resultados da catequese, incentivo de vocações, controle do governo central sobre os membros dispersos e reconfirmação da sua identidade comunitária —, as cartas eram reguladas por prescrições rígidas, que distinguiam gêneros epistolares conforme as matérias tratadas e os destinatários.

Alguns desses condicionamentos foram explicitados por Polanco em carta de 13 de agosto de 1553 a Manuel da Nóbrega⁴⁸, na qual lista critérios concernentes principalmente à matéria das cartas americanas, exigindo informações sobre a

⁴⁷ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, p. 91.

⁴⁸ *Cartas*, vol. I, carta 74, pp. 519-20.

localização, o número e a construção das residências; sobre cada um dos padres, o que fazem, vestem, comem; descrições geográficas e climáticas das diversas regiões; detalhes sobre os habitantes e seus modos de viver:

Y quanto a las cosas de que han de scrivir diré aquí los puntos.

Em las letras mostrables se dirá en cuántas partes ay residentia de los de la Compañia, cuántos ay en cada una, y en qué entieden, tocando lo que haze a edificaci3n; asimesmo cómo andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas en que duermen, y qué costa haze cada uno dellos. También, quanto a la regi3n dónde está, en qué clima, a cuántos grados, qué venzindad tiene la tierra, cómo andan vestidosm qué cómen, etc.; qué casas tienen, y cuántas, según se dize, y qué costumbres; cuántos christianos puede aver, cuántos gentiles o moros; [...]. Y si ubiesse alguna cosa que no diesse aquella edificaci3n, siendo scrita en modo que se entendiese bien, no se dexede scrivir, pero en letras de aparte⁴⁹.

Assim, distingue muito bem os dois gêneros de carta a serem escritas: as “*letras mostrables*”, que “*como a otros por curiosidad se scriven muy particulares informaciones, así se scrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se ha de proveer*”⁵⁰, e as “*letras de aparte*”, em que se trocariam as demais informações de interesse apenas dos particulares, destinatário e missivista. Portanto, a correspondência dos jesuítas do século XVI cumpre a determinação do envio de relatórios, aplicando os dois gêneros de carta definidos na instituiç3o da preceptiva epistolar: *negocial* (oficial, com matéria argumentativa séria) e *familiar* (“particular”, breve e clara)⁵¹.

Além disso, elas organizam-se segundo a divis3o retórica referida no modelo histórico da *ars dictaminis* medieval, a arte de redigir documentos e cartas, compondo-se de exórdio, narraç3o, argumentaç3o e conclus3o, subdividindo-se nas partes da disposiç3o: saudaç3o, captaç3o da benevolência, narraç3o, petiç3o e conclus3o e, seguindo, portanto, critérios bastante estritos de redaç3o⁵². Conforme os estudos das cartas de Manuel da Nóbrega realizados por João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, têm-se as descriç3es dessas partes da retórica que compõem as cartas do século XVI⁵³.

A primeira parte é a *salutatio*, uma saudaç3o piedosa breve, com adequaç3es ao decoro determinado pela autoridade do destinatário, seja leigo ou eclesiástico, de fora da Companhia, para os irmãos da Ordem ou para os habitantes em geral. Aqui, o uso dos nomes próprios, dos pronomes pessoais e de tratamento e a inclus3o ou não do remetente nas invocaç3es de paz, graça e consolaç3o com que saúda os destinatários

⁴⁹ *Idem*, p. 520.

⁵⁰ *Idem*, pp. 519-20.

⁵¹ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, p. 90.

⁵² Pécora, “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”, pp. 18-23.

⁵³ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, e Pécora, “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”.

atualiza as autoridades institucionais portuguesas e da Igreja. Reafirma desse modo a união do corpo místico jesuítico em geral — e provincial, em particular —, ou seja, as hierarquias da Companhia de Jesus.

A captação da benevolência, ou *captatio benevolentiae*, é o procedimento retórico que busca a disposição favorável do destinatário para o que será narrado. Aqui, aplicam-se recursos de constituição do caráter do remetente e de sua disposição, tais como o da humildade perante os irmãos, a subordinação à Companhia de Jesus, a auto-humilhação, a menção às dificuldades da missão, a aceitação da morte e o desejo do martírio. Também é o momento em que se faz referência à escrita das cartas, tratando o ato da escrita como participação das consolações, das alegrias e dos revezes vividos nas missões como forma de acúmulo de recursos para a salvação. Como nos demais casos, há que se lembrar que esses dispositivos eram conhecidos tanto por remetentes quanto pelos destinatários das cartas e que, hoje, não se devem naturalizar os recursos retóricos utilizados pelos padres.

A narração ou *narratio* é o relato de acontecimentos feito como justaposição de matérias selecionadas pelo remetente. Nela, narram-se os eventos estabelecendo-se um “estado das coisas” e as formas de intervenção dos padres nas situações dadas. Na coordenação dos eventos narrados os remetentes utilizam-se de técnicas retóricas tais como — usando-se o padre Nóbrega como exemplo — o *ut pictura poesis*, “que figura a simultaneidade do contínuo espacial como imitação de casos pintados”, ou, ainda, o uso de convenções narrativas de outros gêneros como, por exemplo, o “das crônicas e cronicões, que costumam montar o discurso como uma grande somatória de enunciados justapostos e coordenados”⁵⁴. Daí que: “A mesma carta costuma apresentar, por isso, vários eixos narrativos, figurando temporalidades específicas de vários eventos simultâneos no XVI [...]. Montando-se como um arquivo deles, unifica-os a todos pelo ponto de vista institucional da Companhia e seu projeto catequético [...]”⁵⁵.

Assim, aplicam-se exemplos que são propostos como representativos de práticas evidenciadas como gerais. Desse modo, são estabelecidos como realidade certos aspectos da nova terra que têm, em potência, a capacidade de virem a ser modificados pela ação dos jesuítas, efetivando o poder da civilização cristã. O exemplo primeiro é o do uso da tópica da terra fértil⁵⁶, iniciado por Pero Vaz de Caminha e aplicada

⁵⁴ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, p. 101.

⁵⁵ *Idem*, p. 102.

⁵⁶ Pécora, “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”, pp. 40-4.

especialmente às características positivas do clima, da fauna e da flora. Contrariamente, aos costumes indígenas ficam reservadas as qualidades negativas e, aos maus exemplos dos cristãos, o silenciamento dos seus casos. A potência para o Bem da terra estende-se ao indígena, pois com isso o padre jesuíta justifica a relevância da conversão para reconduzir o selvagem à boa natureza humana que só lhe estaria oculta ou encoberta pelas práticas abomináveis da reprodução cultural.

É nesse sentido que o discurso aplica tópicos, sendo uma das mais representativas a que caracteriza a língua do indígena como “escura”, incompleta ou língua a que faltam as “letras” representativas da ordem política e religiosa. Há ainda as tópicos que mostram a não-resistência do indígena à adoção da fé católica, resumida na metáfora do “papel branco” sobre o qual se podem imprimir com caracteres cristãos a fé e a monarquia⁵⁷. Lembre-se que esses procedimentos não são imparciais: eles pressupõem do leitor a lembrança de que nenhuma parte do discurso é descuidada ou desprovida de finalidades religiosas e políticas. Assim é que não se pode tomar, por exemplo, a utilização que faz Nóbrega do termo “negro”, para nomear indistintamente índios e africanos, como acidental ou pouco específica. Como explica Hansen, esse uso é consequência de seu pensamento teológico-político, que toma ambos como “carentes do Bem” e de um critério jurídico que os supõe “naturalmente escravos”⁵⁸.

Ainda tendo Nóbrega como exemplo, e segundo o estudo de suas cartas realizado por Pécora, vê-se que também é nessa construção narrativa que o padre insere as discussões doutrinárias sobre questões relacionadas aos métodos de conversão do indígena. Em uma primeira forma, encontram-se os questionamentos sobre a maneira de pregar aos índios, os conflitos com os padres seculares, o ensino da língua portuguesa e da doutrina religiosa aos meninos índios, as traduções da doutrina e das orações cristãs para o tupi, a aceitação de práticas musicais nos ofícios e festas, os sacramentos da confissão e do batismo — a chamada “via amorosa” de conversão⁵⁹. A partir das chamadas “guerras dos índios” e com o início do governo de Mem de Sá e sua ação militarista, em 1558, a narração na escrita de Nóbrega passa a impor a sujeição do indígena como condição do sucesso da missão em terras americanas, contrariamente aos argumentos da fé até então utilizados. Entram em pauta os castigos e as punições exemplares aplicados aos indígenas, a separação dos meninos do ambiente nocivo de

⁵⁷ *Idem*, pp. 45-6.

⁵⁸ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, p. 102.

⁵⁹ Pécora, “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”, p. 47.

seus familiares, as freqüentes comparações com os métodos empregados nas missões castelhanas, a intenção de para lá seguir e a guerra justa contra os selvagens⁶⁰.

Portanto, por esses exemplos — meramente ilustrativos e recolhidos entre outros aprofundados nos estudos aqui tomados como base —, vê-se que Nóbrega constrói um discurso narrativo de eventos selecionados e de técnica perfeitamente aplicada para servir à memória da Companhia de Jesus.

A petição ou *petitio* é onde se realizam os pedidos, entre eles as providências para as necessidades expostas na narração. Aqui é que aparece o insistente pedido de envio de mais padres. Ademais, há pedidos para a nomeação de um bispo, o envio de mulheres para se casarem com os cristãos, a permissão para as ações relacionadas à liberalidade para confissões e casamentos dos índios, o consentimento para construção de casas, colégios e povoações jesuítas, além de petições variadas: de livros e pareceres doutrinários até objetos de adorno para as igrejas⁶¹.

A conclusão ou *conclusio*, em geral, é uma nova aplicação da petição. No caso de Nóbrega, solicita com freqüência o envio de mais padres para a missão, pedindo preces que dêem sustentação à devoção coletiva da Ordem. Aqui, novamente acentua a hierarquia da Companhia de Jesus pelo uso de fórmulas de obediência e reafirma as bênçãos da saudação inicial, terminando com fórmulas eclesiásticas de despedida⁶².

Assim, demonstra-se que os assuntos tratados nas cartas dos jesuítas estão dispostos conforme o uso previsto de tópicos retóricos e de normas de escritura predeterminadas, reiterando-se no discurso da carta as discussões teológicas e políticas em curso no mundo católico e a reafirmação dos intuitos da Companhia de Jesus⁶³. Levando-se esses critérios em consideração, pode-se dizer que as cartas escritas pelos jesuítas no primeiro século da colonização não são efeito espontâneo nem da realidade dos índios nem da reação subjetiva dos padres. O discurso jesuítico é fruto do ajuste entre o costume retórico e a situação histórica. Assim, conforme Pécora,

as cartas devem ser vistas [...] como um mapa retórico *em progresso* da própria conversão. Isto significa afirmar que são produzidas como um instrumento decisivo para o êxito da ação missionária jesuítica, de tal modo que as determinações convencionais da tradição epistolográfica, revistas pela Companhia e aplicadas aos diversos casos vividos, mesmo os mais inesperados, sedimentam sentidos adequados aos roteiros plausíveis desse mapa⁶⁴.

⁶⁰ *Idem*, pp. 39-60.

⁶¹ *Idem*, p. 61.

⁶² *Idem*, pp. 62-3.

⁶³ *Idem*, p. 68.

⁶⁴ *Idem*, p. 18.

Cabe, portanto, olhar para as letras do século XVI por meio dos processos de invenção de seu tempo e pensá-las conforme uma perspectiva ampla, em que se detectam padrões duradouros de manutenção das estruturas de produção. Desse modo, talvez seja o caso de pensar as letras em seqüências que vão além da cronológica e que descrevam uma continuidade dos temas e estilos ao longo dos tempos e através das obras. Tome-se, portanto, como pressuposto para a realização desta pesquisa uma outra concepção das letras coloniais que, conforme nos diz João Adolfo Hansen, são consideradas parte de uma sociedade de Antigo Regime em que as interpretações do homem são ibéricas e católicas, teológico-políticas e metafísicas, e na qual não se encontram

as categorias iluministas e pós-iluministas quase sempre generalizadas transistoricamente como evidentes, caso da expressão psicológica da individualidade, da originalidade e dos direitos autorais que garantem a propriedade das obras e noções correlatas, como “plágio”, “crítica”, “negatividade”, “ruptura estética”, “autonomia política”, “estética”, “literatura”, “autonomia estética”, “psicologia” etc.⁶⁵.

As letras aqui são, primeiramente, inspiradas por Deus; quem as escreve é tão-somente o instrumento para a transmissão de uma Palavra cuja origem está em outro lugar que não nele mesmo. São também consideradas parte de um “estilo” no qual os textos são construídos pelo uso de “lugares-comuns de tipos e situações” e que confiam à memória essas tópicas conhecidas da audiência, fazendo da sua repetição, comentário, glosa ou desenvolvimento um critério positivo de avaliação dos discursos⁶⁶.

Contrariamente ao experimentado na nossa sociedade de classes, o autor não é definido pelo ponto de vista da sua identidade nacional, nem como uma categoria psicológica; a obra não é um bem material passível de troca econômica num mercado de bens culturais regulamentado juridicamente por direitos autorais, nem o leitor é alguém com direito de manifestar-se criticamente sobre a obra, fazendo valer sua autonomia democrática. Nesse recorte, pode-se dizer que o “autor” e o “leitor” são “representações” de posições sociais rigidamente hierarquizadas, nas quais não existe o “autor” com direitos sobre sua produção escrita, mas somente aquele ligado à “memória das autoridades do costume e das formas já realizadas” em que as coisas já foram ditas de modo “adequado”, seja pelas autoridades da religião, seja pelos poetas, oradores,

⁶⁵ Hansen, “A civilização pela palavra”, p. 34.

⁶⁶ *Idem, ibidem.*

filósofos e historiadores antigos. Assim, a “inovação” só seria possível pela “rearticulação imitativa dessas autoridades” por meio de “técnicas retóricas de produção de efeitos verossímeis e decorosos”. “A ‘originalidade’ — tanto no sentido de ‘origem’, ‘autoria’, quanto no de ‘novidade estética’ —, [...] é trabalho e função da recepção e seus critérios avaliativos particulares”⁶⁷.

Falando das cartas de Vieira, já no século XVII, Hansen conclui:

Como *tipo* qualificado pela caridade do caráter decorosamente grave de membro de uma ordem religiosa subordinada a Roma e à Coroa, Vieira tem a *posse* dos textos que inventa, como *autoridade* do desempenho dos seus gêneros, mas não a *propriedade* deles, que correm publicados em cópias manuscritas, principalmente os sermões, às vezes editados em letra impressa e atribuídos à *auctoritas* do seu nome. Sendo excelentes realizações de gêneros epistolares, suas cartas não têm *originalidade*, no sentido romântico e moderno da mercadoria que concorre com outras no mercado de bens culturais. [...] Além disso, como seu tempo não conhece a divisão do trabalho intelectual e o trabalho intelectual da divisão iluministas e pós-iluministas, que tornam os regimes discursivos especializados, sua correspondência também não tem *autonomia estética*, porque sua concepção metafísica de linguagem não autonomiza a carta da doutrina neo-escolástica da história própria da “política católica” portuguesa, que define o tempo como um ente criado, efeito e signo da Causa Primeira que o orienta providencialmente⁶⁸.

Pode-se dizer a partir daí que tanto os missivistas jesuítas em terras coloniais quanto os europeus letrados que liam as cartas americanas dominavam os mesmos padrões retóricos de produção de textos; não havia, portanto, um desnível entre a produção letrada europeia e as letras concebidas na Colônia americana. Havia, sim, uma continuidade ou circularidade de código de um e outro lado do Atlântico, mesmo porque devemos partir do pressuposto de que então não havia Brasil, mas somente o Império Português em que a Colônia se incluía como região subordinada.

2. A produção de documentos na Companhia de Jesus

Nesse contexto, lembre-se, novamente, o estabelecimento de padrões de redação e de periodicidade das cartas por Inácio de Loyola e seu secretário Juan Alfonso de Polanco. Esses padrões constam já das *Constituições* e, por meio deles, Loyola e seu secretário estabelecem a periodicidade semanal, mensal, trimestral, quadrimestral e anual para os relatórios epistolares, além das informações que deviam constar em cada um deles. Assim,

⁶⁷ Hansen, *A Sátira e o Engenho*, p. 31.

⁶⁸ Hansen, “Introdução: Cartas de Antônio Vieira”, p. 33.

Os Superiores locais e os Reitores que residem na província, assim como os enviados a produzir fruto no campo do Senhor, devem escrever cada semana ao seu Superior Provincial, se tiverem possibilidade. O Provincial e os outros Superiores devem igualmente escrever todas as semanas ao Geral, se ele estiver perto. Se, residindo no estrangeiro, não houver facilidade de comunicação, tanto os enviados a ministérios apostólicos como os Superiores locais e Reitores, assim como os Provinciais, escreverão ao Geral uma vez por mês. Por seu lado, o Geral terá cuidado de que se escreva habitualmente uma vez ao mês, pelo menos, aos Provinciais, e estes aos Superiores locais, aos Reitores, e em caso de necessidade, aos particulares⁶⁹.

Para unir o corpo místico da Ordem, as cartas pretendiam o fortalecimento dos ânimos, a consolação e a edificação como troca de mensagens entre os jesuítas dispersos pelas missões e seus Superiores. Com o intuito específico de contar as “coisas de edificação”, havia a carta Quadrimestre, que devia ser sempre acompanhada de sua versão latina, além da versão em língua vulgar, e cujas cópias já se previam para seguirem para o Geral e para todos os demais padres Provinciais. Essas cartas faziam circular, portanto, as informações entre as diversas casas, colégios e províncias. Assim,

Para que as notícias da Companhia possam comunicar-se a todos, proceder-se-á da seguinte maneira: os que em diversas casas ou colégios dependem do Provincial escreverão todos os quatro meses uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação, e outra em latim do mesmo teor. Enviarão uma e outra em duplicado ao Provincial. Este mandará ao Geral um dos exemplares em latim e outro em vernáculo, ajuntando uma carta sua a contar os fatos importantes ou edificantes omitidos nas primeiras. Do mesmo exemplar tirará tantas cópias quantas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província⁷⁰.

A leitura dessas “cartas de edificação” durante as refeições também estava prevista nas *Constituições*, sob a forma de práticas com o propósito de “aumentar as virtudes” dos jesuítas em período de “provação”: “E, enquanto se dá a refeição ao corpo, dê-se também ao espírito a sua, com a leitura de algum livro, antes piedoso do que difícil, que seja inteligível e proveitoso a todos”⁷¹.

Sobre esse tipo de leitura pode-se encontrar indício na carta de Luís Gonçalves da Câmara, mestre de D. Sebastião, a Jerônimo Nadal, comissário de Portugal em Roma, que Serafim Leite publica por lhe interessarem trechos tratando do Brasil. Nesta, o

⁶⁹ *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, 8ª parte, parágrafo 674, sobre a correspondência epistolar, pp. 191-3. Apoiei-me para este levantamento na pesquisa maior que fez Pécora, em “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”, pp. 26-9, na qual consultou as *Constituições* na edição espanhola das *Obras Completas* de Inácio de Loyola.

⁷⁰ *Constituições*, 8ª parte, parágrafos 675-6 (9 M).

⁷¹ *Constituições*, 3ª parte, parágrafo 251.

signatário pede a leitura extraordinária: “y aunque V. R^a no suele ver carta denuevas, le pido mucho que oya estas. Poderse há hazer a la mesa sin perder tiempo”⁷².

Visando o controle dos seus membros, a Companhia de Jesus também estabelecia a atualização das informações administrativas:

Para melhor informação de todos, cada casa e cada colégio enviarão todos os quatro meses ao Provincial uma breve lista, em duplicado, de todos os que vivem na casa, e dos que morreram, ou dos que por qualquer motivo estão ausentes, desde a última lista enviada até o presente, com breve menção das qualidades de cada um⁷³.

Tratando do governo da Companhia, as *Constituições* determinavam a observância da periodicidade da correspondência trocada entre os Provinciais e o Geral em Roma. Esta devia conter os julgamentos sobre os relatos das demais cartas, facilitando assim as decisões dos procedimentos a serem tomados.

Terá igualmente uma lista de todas as casas e colégios da Companhia, com as suas rendas, e uma outra com todos os homens que vivem em cada província, não somente dos professos, coadjutores formados e escolásticos aprovados, mas também dos que estão em provação, catalogando os nomes e qualidades de cada um. Esta lista atualizará cada ano, se lhe parecer conveniente.⁷⁴

No caso das cartas enviadas pelos padres dos diversos locais do globo a que a Companhia enviou seus missionários, têm-se, portanto, as regras para escritura ditadas por Inácio de Loyola, separando matérias a serem tratadas em cartas diferentes e endereçadas a uns e não a outros. Quando do recebimento da correspondência na Europa, sabe-se que as cartas eram imediatamente traduzidas e corrigidas pelo tradutor, geralmente o secretário do destinatário da missiva, e pelo responsável por encaminhá-las a Roma. Lá, novamente traduzidas e corrigidas por Juan Alfonso de Polanco, secretário de Inácio de Loyola, elas eram efetivamente editadas e censuradas em um processo que envolvia desde correções ortográficas até grandes cortes, passando por alterações em que um termo substituído por vezes significava a aplicação de intuito moralizante ou de lição ortodoxa. Mostras disso são dadas pelo próprio Serafim Leite

⁷² *Cartas*, vol. III, carta 47, 4/5/1561, p. 340.

⁷³ *Constituições*, 8ª parte, parágrafos 675-6 (9 N).

⁷⁴ *Constituições*, 9ª parte, parágrafo 792.

ao repetir a advertência, corrente entre os diversos padres organizadores da correspondência jesuítica, de que se deveriam ler com desconfiança as cartas emendadas por Polanco, pois que ele agia muito livremente ao rever, emendar e cortar os textos⁷⁵.

A correspondência exercia papel fundamental no governo e na administração da Ordem, evidenciando que não se tratava de textos “de autor”, com liberdade de escrita, mas textos “de comando”, compostos por dever de escritura da instituição jesuítica. Ao lado dessa documentação administrativa — constituída por cartas entre Roma e as províncias, atas das Congregações provinciais, Catálogos e Ânuas —, existia outra produção de textos que se caracterizava por uma dimensão de certa forma “pública” como “belas-letas”. Eram documentos destinados à circulação mais ampla, de escritura meticulosa, e que incluíam tratados descritivos dos povos, fauna e flora, narrativas de viagem, discursos históricos, as vidas, além das próprias cartas, especialmente as Ânuas.

Sabe-se que a carta (já citada) que Juan Alfonso de Polanco, sob comissão de Loyola, envia a Nóbrega em 13 de agosto de 1553, propondo a sistematização das informações a serem tratadas na correspondência sobre as terras americanas, foi enviada também a Gaspar Barzée, missionário na Índia⁷⁶. Assim, a cobrança quanto às questões que tratavam descritivamente do território pode sugerir, além da “determinação da Ordem em adaptar-se ao ambiente local para uma maior eficácia”⁷⁷, uma relação com os interesses jesuítas no mundo. Segundo o levantamento que Charlotte de Castelnau-L’Estoile fez no *Chronicon Societatis Jesu*, uma crônica detalhada das atividades dos membros da Companhia, desde 1537 até a morte de Loyola em 1556, escrita pelo secretário Polanco, ficamos sabendo que, em comentário a essa carta, ele “sublinha a ambivalência das informações pedidas que podem, segundo ele, não somente satisfazer ao Geral em sua tarefa administrativa, mas também aos curiosos”⁷⁸. Os “curiosos” sob a pluma de Polanco podem ser entendidos como sinal da concessão que a Companhia fazia às demandas externas que, apesar de secundárias, não eram negligenciadas.

⁷⁵ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, p. 58.

⁷⁶ *Idem*, p. 363.

⁷⁷ *Idem, ibidem*.

⁷⁸ *Idem*, p. 364 (tradução minha).

Já no ano seguinte, em 1554, em outra carta de Loyola para Barzée, ele menciona que os curiosos poderiam fazer bom uso das informações recebidas e reforça o pedido de que o missionário envie as informações que satisfarão a demanda dos mesmos. Assim, a curiosidade era um tipo de captação de benevolência que a Companhia concedia aos leitores externos, “pessoas de importância” e eventuais benfeitores e protetores da Ordem. Nesse sentido, “as províncias de além-mar representam para os jesuítas a possibilidade de acumular informações novas nos domínios do saber e de difundi-las, contribuindo para o prestígio intelectual da Companhia, que estava em jogo principalmente nos centros europeus”⁷⁹.

Observem-se alguns exemplos desse tipo de documento que podem mostrar como funcionava o sistema de edição entre os jesuítas. Baseando-se em quatro censuras escritas pelos jesuítas romanos sobre uma *Relação* do Brasil escrita pelo jesuíta italiano Conrado Arizzi⁸⁰ e hoje desaparecida, sabe-se que a obra não foi indicada para publicação tal qual se apresentava, pois, apesar da elegância do estilo, satisfazia mais à curiosidade geral que à edificação prescrita na Ordem. Os censores aventaram duas possibilidades: suprimir uma parte do texto ou imprimi-la anonimamente, sem referência à Companhia. “Ao tratado de Arizzi é negada a etiqueta jesuítica”⁸¹.

Na Biblioteca de Évora, encontra-se um manuscrito intitulado *Cousas do Brasil*, composto de diversos documentos encadernados juntos, todos datados dos anos 1550, em que se trata dos mais diversos assuntos: costumes e celebrações dos indígenas, clima da terra, informações sobre as capitânicas e os aldeamentos, relato da missão do visitador Cristóvão Gouveia, discussões de questões doutrinárias, cartas de Nóbrega e o “Diálogo sobre a conversão do gentio”. A maior parte desses textos viria a aparecer mais tarde, ligados à visita de Gouveia ao Brasil, entre 1583 e 1589. O relato da visita foi assinado por Fernão Cardim, mas os tratados descritivos da fauna, da flora, do gentio e as demais informações sobre a Colônia permaneceram anônimos, tendo Serafim Leite e Capistrano de Abreu atribuído a José de Anchieta a autoria de grande parte deles⁸². Pode-se sugerir que esses tratados faziam parte daquelas cartas à parte que Loyola pediu a Gaspar Barzée e que, reunidas às informações, passavam a constituir um “saber missionário coletivo”, o qual “reunido pelos homens da terra ao

⁷⁹ *Idem*, p. 366 (tradução minha).

⁸⁰ Fez o relato da festa de canonização de Loyola e chegou ao Brasil em 1622.

⁸¹ Castelnau-L’Estoile, *Les ouvriers d’une vigne stérile*, p. 362 (tradução minha).

⁸² *Idem*, p. 370.

cabo de suas experiências além-mar, em um dado momento, o da passagem de um visitante por exemplo, ocorre a cristalização desse saber informal sob a autoridade de um autor, habilitado pela instituição”⁸³.

Assim, o saber acumulado é posto sob forma determinada e, sendo enviado às autoridades centrais a título de informação sobre a Província, é feito circular sob uma determinada assinatura de autor. Dentro da elaboração desse saber missionário, o pertencimento à instituição era, portanto, mais importante que o *status* de autor, donde se tem que “a *auctoritas* é da instituição, não da pessoa”⁸⁴. Eram essas mesmas informações que serviam para fornecer matéria aos autores da própria Companhia que as utilizavam em suas obras de síntese, escritas em latim, destinadas a exaltar as conquistas portuguesas e, sobretudo, a fixar a imagem que a Companhia queria divulgar de si mesma. Veja-se exemplo presente em um dos textos anônimos da recolha de Évora em que o autor escreve:

Depois que o Pe. Gabriel Ao. [o procurador das missões] ler este papel e se ajudar delle no que for necessario pera bem da conversão, se levara a Roma pera nosso P. geral, o ver, e depois se podera dar ao Pe. Mafeu [*sic*] pera ajuda da sua obra⁸⁵.

Em 1584, no momento em que esses tratados e informações foram redigidos, o padre Maffei está preparando sua *História das Índias Orientais e Ocidentais*, a narrativa das conquistas portuguesas que seria impressa em 1588: “Seu trabalho era o de sintetizar as diferentes descrições jesuítas sobre as Colônias e, a partir dessas informações ‘brutas’ que recolhe, compor uma obra histórica em perspectiva edificante. [...] O projeto de Maffei tem uma dimensão institucional clara: trata-se de uma obra de comando”⁸⁶. Ela podia ser impressa.

Chamar este processo “edição” a princípio parece bastante ingênuo, no entanto era esta mesma a origem não só das cartas exemplares que seguiriam para os diversos pontos de instalação da Companhia, como também das versões que se destinariam à impressão em coletâneas. Estas serviam, muitas vezes, para facilitar a distribuição

⁸³ *Idem*, p. 376.

⁸⁴ *Idem*, *ibidem* (tradução minha).

⁸⁵ *Idem*, p. 377.

⁸⁶ *Idem*, p. 378 (tradução minha).

dentro da própria Ordem, mas também para circular entre certo público leigo que passa a se interessar pelos assuntos ligados aos descobrimentos do início do século XVI.

Ao considerar fundamentais à Companhia de Jesus alguns de seus documentos, como as *Constituições*, os tratados descritivos, as histórias, além das próprias cartas, pode-se afirmar que o funcionamento da instituição foi estabelecido sobre a produção de documentos e que a troca de informações e de instruções revela uma prática de poder fundada sobre a escrita. Esse método pode ser tomado como consequência da metáfora do “corpo humano” através da qual a Companhia se pensava a si mesma: depois de longo processo de formação, um jesuíta torna-se “membro” do “corpo” que é regido por uma “cabeça”; unidos a ela, podem então ser dispersos pelos quatro continentes (o que se dá ao fim da década de 1540, apenas 10 anos após sua fundação)⁸⁷.

3. O secretário Polanco e a edição dos documentos jesuíticos

Examinando outro nível do trabalho de edição, muito mais pormenorizado, veja-se a discussão da autoria do texto das *Constituições* da Companhia de Jesus, feita pelo jesuíta Antonio Aldama⁸⁸. Para tanto, ele busca desvendar o processo de sua redação, observando os diversos tipos de anotações encontrados nos documentos manuscritos. Distinguidas por meio da caligrafia, conforme alega o estudioso, essas notas demonstram o tipo de relação existente entre o secretário Juan Alfonso de Polanco e o próprio Inácio de Loyola em um processo de escritura documental o qual, amplificado, pode fornecer indícios das práticas de edição também usadas nos demais textos jesuíticos.

Assim, os primeiros escritos que serviriam de base para a redação final das *Constituições*, convencionalmente conhecidos como *Determinações*, datam dos anos

⁸⁷ Castelnau-L'Estoile, *Les ouvriers d'une vigne stérile*, pp. 60-1.

⁸⁸ Antonio Aldama, S. J. “La composición de las Constituciones de la Compañía de Jesús”. Aldama (1908-2005), andaluz, também foi secretário da Companhia, entre 1945 e 1950. Por falta de um estudo leigo acerca da redação das *Constituições*, fio-me neste levantamento sem deixar, no entanto, de lembrar a condição institucional de seu autor.

1546-7. Polanco⁸⁹ assumiu a função de secretário de Loyola apenas em março de 1547, o que explica a sua pouca interferência nesses primeiros escritos, saídos da pena do próprio Loyola e com anotações suas sobre eventuais consultas aos companheiros em estada romana. Aldama constata esse fato a partir da observação de que Polanco várias vezes anota à margem ou em papel separado que não entende o significado de alguma palavra ou de alguma expressão, além de declarar sua isenção de haver estado na gênese desses documentos ao escrever: “*Cuanto a estas Determinaciones, sería bien que me mostrasen las razones de donde se concluyen las conclusiones*”⁹⁰. Um dos primeiros trabalhos de Polanco, ao assumir a secretaria da Ordem, foi o de redigir as regras de seu ofício, cujo título era *Del oficio del secretario que estará en Roma*. Nesta Regra, define a sua relação escrita com Loyola:

Para la invención y disposición [de las cosas que se escriben] etc., cuando fuere algo notado y ordenado por el superior, es menester seguirlo; pero, para entonces, y más cuando se comete del superior, y tener entendidas y pensar con gran diligencia las cosas de la Compañía [...], y

⁸⁹ Juan Alfonso de Polanco nasceu em Burgos, em 1516 ou 17, em uma família de mercadores rica e influente, cuja origem era, ao que tudo indica, de judeus conversos. Os Polanco parecem ter saído da pequena vila de Polanco, a aproximadamente 150 km de Burgos (ainda hoje contando com pouco mais de 4 mil habitantes), e adicionado o nome da localidade ao sobrenome López, adotado pelo mais famoso deles, Gonzalo López de Polanco. Este foi o responsável pelo ostensivo retábulo, em que se encontram seus restos mortais, na igreja de San Nicolás em Burgos, construção de 1505.

Polanco foi empregado como *scriptor apostolicus* na cúria papal em Roma em 1541, ano em que entrou para a Companhia, apesar das pressões da família, que o queria cardeal. Estudou humanidades e filosofia na Universidade de Paris, onde seu tio era reitor, e teologia na Universidade de Pádua, logo sendo chamado para o cargo de secretário do Geral (1547), função que ocupou até poucos anos antes de sua morte, em 1576.

Mais que secretário, ele foi conselheiro e orientador não só de Inácio de Loyola, mas também dos outros Gerais — Diego Laínez e Francisco Borja —, aos quais serviu de 1547 até 1572. Além de escrever as *Constituições* e grande parte da correspondência dos Gerais, Polanco compôs outros documentos: em 1553-4, em consulta com outros jesuítas, compilou, a pedido de Loyola, um trabalho sobre confesores e penitências, o *Breve directorium as confessarii et confitentis munus rite obeundum*, e, em 1575, publicou para uso dos jesuítas um tratado sobre a “arte de morrer”, *Methodus ad eos adiuuandos qui moriuntur*. Seu trabalho mais longo foi o *Chronicon Societatis Jesu*, ditado a seus secretários, entre 1573 e 1574. Preenchendo seis volumes do imenso *Monumenta Historica Societatis Jesu*, trata-se de uma crônica detalhada das atividades dos membros da Companhia, “casa por casa, província por província, país por país, ano por ano”, desde 1537 até a morte de Loyola em 1556: “Condimentou sua narração com anedotas, que revelam muito da mentalidade tanto do autor quanto do público-alvo, e isso insuflou vida no formato monótono da crônica” [O’Malley, pp. 29-30]. A encomenda partiu de Everardo Mercurian, o Geral eleito em 1573, para guiá-lo em seu governo. Foi nesta mesma eleição que se cogitou o nome de Polanco como sucessor de Borgia, sendo vetado pelo papa Gregório XIII, que se opunha à eleição de outro espanhol, alegando a crença na sua origem cristã-nova.

Como secretário da Companhia, deu início à prática de escrever uma carta circular a todos os membros várias vezes ao ano, na qual resumia as atividades mais importantes dos jesuítas ao redor do mundo, segundo os relatos da correspondência recebida deles em Roma. Das quase 6800 cartas de Loyola que sobreviveram, editadas em mais de 125 volumes da *Monumenta*, todas, exceto cerca de 175, datam do período posterior à nomeação de Polanco como secretário, e um grande número delas foi escrito por ele a pedido de Loyola.

[Cf. O’Malley, *Os primeiros jesuítas*, pp. 27-30; Auden, “Serafim Leite, S. J., Premier Historian of Colonial Brazil: An Overdue Appreciation”, p. 258; Lacouture, *Os Jesuítas. I. Os Conquistadores*, pp. 126-7.]

⁹⁰ Aldama, “La composición de las Constituciones de la Compañía de Jesús”, pp. 206-7.

*procurar de ver lo que cumple proveer [...]; pero desto, lo que se le representare, en cosas de importancia [...], propóngalo al superior, y siga su parecer*⁹¹.

Com essa mesma diligência, “sempre com a pena em mãos”, Polanco entregou-se à redação e à correção das *Constituições*. Principiou estudando bulas e breves pontifícios e demais escritos legislativos, anteriores ao seu tempo, e neles deixou assinalados os pontos que não entendia, os pontos em que tinha observações a fazer ou sugestões a acrescentar, detalhando tudo em índices e folhas de dúvidas, em especial “*lo que se trata en los papeles escritos del Padre*”⁹². Buscou também as legislações de outras ordens religiosas, como as dos franciscanos, dominicanos e beneditinos, e anotou tudo que poderia vir a ter utilidade para o documento da Companhia.

Desta pesquisa surgiu uma série de folhas de anotações conhecidas por *Dúvidas*, nas quais Polanco elenca observações e sugestões nascidas das leituras com o intuito de as submeter a Loyola. Algumas vezes, anota à margem dessas folhas a resposta dada por Loyola; outras vezes, o próprio Loyola confirma ou corrige essas respostas, algumas das quais pouco taxativas, sugerindo inclusive outras consultas, tais como: “*Véalo Púteo o algún otro práctico*”, “*Sea como mejor pareciere a los curiales*”, “*Si a los oficiales no pareciese el contrario*”⁹³. Daí nascer ainda outra série de *Dúvidas* de Polanco endereçadas então a jurisconsultos romanos.

Deste processo de trabalho nasceu o chamado *texto a*, a mais antiga versão das *Constituições*. Segundo Aldama, das 145 páginas que compõem o código, 109 estão escritas com a letra de Polanco; dez páginas pertencem a um documento antigo, escrito por ele e anotado por Loyola, que foi apenas anexado a este; e as demais foram ditadas a copistas, ajudantes de Polanco na secretaria (os padres Miguel Botelho, Sebastián Romei, César Helmi, Pedro Antonio Vidal, entre outros), ou tiveram trechos copiados de outros documentos (inclusive cartas) anotados por ele. Assim, constata que o documento que serviu de base à redação das *Constituições* da Companhia de Jesus foi efetivamente redigido por Juan Alfonso de Polanco, sob comissão de Inácio de Loyola, um caso típico do trabalho secretarial da época.

Esta colaboração fez brotar discussões quanto à “autoria” das *Constituições*, que para uns (Codina e Roustang, editores franceses do *texto a*) são o verdadeiro pensamento de Loyola deturpado por vezes pela pena de Polanco e, para Aldama, o

⁹¹ *Idem*, p. 207.

⁹² *Idem*, *ibidem*.

⁹³ *Idem*, p. 210.

pensamento de Loyola muito bem transcrito por Polanco. Ao fim, opiniões não de todo divergentes, que acabam por apontar que as idéias seriam de Loyola, originadas dele ou ao menos aprovadas por ele, e a redação e a ordenação do documento seriam em sua maioria decisões de Polanco⁹⁴.

O secretário marcava seus escritos com dois tipos de correções: umas feitas entre as linhas ou à margem; outras na mesma linha, em que, ao escrever uma palavra e desistir dela, riscava-a e, na continuação da mesma linha, escrevia outra em seu lugar. Assim, vejam-se alguns exemplos levantados pelo estudioso:

Na parte II, capítulo 3, havia escrito “*otro engaño*”; corrige “*otro*” por “*otra*”, risca “*engaño*”, e na continuação da linha escreve “*ficción*”.

Na parte III, capítulo 2, começou a nota 18 com as palavras: “*No tomen los de casa otra doctrina de la*” (palavras que vinham da segunda Regra de santo Agostinho, através da segunda série de *Dúvidas*); riscou-as e começa de novo: “*Todos los de casa sean instruidos de una misma...*”.

Na parte VII começou assim o capítulo quarto: “*Así para la ayuda de los prójimos, como para que se reco*”; sem terminar a frase e nem a palavra, muda de idéia e começa de novo: “*Ultra de la ayuda que de los mesmos de la Compañia se hará para*”. Novo riscado e novo começo (agora à margem): “*Porque no solamente procura la Compañia de ayudar...*”⁹⁵.

Segundo afirma Aldama, esta forma de correção, que, apesar das várias emendas, mantinha muito limpas as páginas manuscritas, “mostrando assim a facilidade de composição de Polanco”, demonstra ainda que este não *copiava* os textos, mas os *compunha*, já que procurava as idéias e as expressões para melhor redigi-los. Reforça assim sua tese de que “nem a estrutura mental genética presente no texto das *Constituições* pertencia exclusivamente a Loyola, nem a estrutura mental escolástica pertencia exclusivamente a Polanco”⁹⁶.

Terminado o chamado *texto a*, Polanco inicia a preparação de outro. Segundo Aldama, por volta de setembro de 1550 o chamado *texto A* fica pronto, sendo todo ele redigido, com exceção de três páginas, pelas mãos alternadas de dois assistentes de Polanco na secretaria, César Helmi e Pedro Antonio Vidal. Seguindo a profunda revisão deixada pelo secretário no *texto a*, na qual modificava a ordem de vários capítulos, juntava outros sob um mesmo e acrescentava trechos inteiros de outros documentos, os copistas tiveram como norte diversas notas nos versos das páginas, índices, folhas de dúvidas e rascunhos anexados ao documento. Assim, alguns exemplos da maneira de anotar praticada por Polanco:

⁹⁴ *Idem*, p. 236.

⁹⁵ *Idem*, p. 219.

⁹⁶ *Idem*, p. 220 (tradução minha).

Na parte VII, o proêmio está escrito na página décima e, às páginas sexta e sétima (que estavam em branco), Polanco anotou dois números com a seguinte nota para o copista, posta na página oitava: “*Póngase aquí por principio del 2º capítulo lo que está escrito f. 5, desde esta señal # hasta la mesma #*”.

Na parte IV, deixou Polanco uma página em branco (f. 45v) para que um amanuense escrevesse nela a fórmula dos votos dos escolares. Mas deve ter se esquecido porque na parte V (f. 59v) copiou-a ele mesmo.

Na parte II: “*Póngase esto en las Constituciones, en un artículo: que tengan los particulares prepósitos toda autoridad con los inferiores, y ellos piensen pender dellos. En Avisos se sacarán estos casos particulares...*”.

E na parte VI: “*Pondráse en Avisos que no repugna que, cuando pasa algún profeso, le puedan ayudar...*”⁹⁷.

Há certo caráter provisório que perpassa algumas das emendas da parte em que carecia de fontes de consulta, segundo relata Aldama, principalmente pelo uso demasiado dos “etc.” (contou mais de trinta) e dos “parece”. Nos demais casos, são indicações precisas para os copistas. Assim, para a primeira parte, Polanco anexa suas folhas de anotações e manda copiá-las inteiramente. Nos três primeiros capítulos da parte II, Polanco escreveu o título em seu rascunho, “*Del modo de despedir*”, e depois inseriu a nota: “*Cópiese lo que está en el papel desde esta señal # hasta la mesma*”⁹⁸. Para a parte III, manda fazer a cópia direta do preâmbulo que constava do *texto a* e segue reelaborando o original, modificando principalmente a ordem dos parágrafos e eliminando títulos. Na parte IV, de novo manda copiar trechos do texto primitivo: “*Se ponga tras esto, desde esta señal * hasta esta **”⁹⁹. Na parte V, Polanco apenas reenumerou os capítulos. Na parte VI, riscou os quatro primeiros parágrafos sobre a pobreza e escreveu uma página separada. Já alguns trechos da parte VII não são cópias do *texto a* e, no entanto, não se conservou nenhuma folha com indicações de correções. As demais partes foram copiadas integralmente do original. Também se encontra, junto a este *texto A*, o documento chamado *Declarações*, que está escrito com a caligrafia dos assistentes de Polanco e que conta com um código de siglas marginais a discriminar a matéria. Assim, usa “a” para *Avisos*, “Declar” para *Declarações*, “R” para *Regras* e algumas vezes “C” para *Constituições*¹⁰⁰.

Depois de composto o *texto A*, Polanco o corrigiu e deu-o a Loyola para sua revisão. Assim é que, ao contrário do *texto a*, em que a caligrafia de Loyola aparece raramente, neste contam-se mais de 220 correções suas, além de onze notas marginais.

⁹⁷ *Idem, ibidem.*

⁹⁸ *Idem, p. 223.*

⁹⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁰ *Idem, p. 224.*

Algumas são correções de estilo e muitas outras corrigem e chegam a eliminar parágrafos inteiros. É este o caso do parágrafo do capítulo 3 da parte VI em que Polanco copiara de documento anterior a permissão para se ter coro e missas cantadas quando servissem para a devoção e edificação. Loyola riscou-o e escreveu novo texto em que proibia haver coro, missas ou ofícios cantados, anotando à margem direita: “*Póngase, en lugar de este capítulo, lo que tengo escrito*”. E continuou: “*Lo que se sigue se ponga en Declaraciones*”, e escreveu então, com sua letra, todo o primeiro parágrafo do que se tornou a Declaração B¹⁰¹.

Loyola por vezes também se ocupou da ordenação do documento, chegando a anotar, para uma declaração do capítulo 3 da parte IV, que tratava das roupas dos escolares, que “*Esta declaración sería mejor en la 3ª parte, donde habla del vestir*”¹⁰². Muita vez, Loyola acrescentava apenas palavras à margem e deixava o desenvolvimento da idéia, além da redação final, a cargo de Polanco. Assim, na margem do f. 73v, escreve “*Médico*”, provavelmente acompanhada de uma informação oral, ao que Polanco escreve “*y no diferente de lo que al médico de la tierra donde se vive parecerá*”. Na revisão da parte VIII, Loyola escreveu no f. 143 “*Cómo se guardará silencio el tiempo de las elecciones*”. Executando a nota, Polanco compôs entre as linhas do f. 142 uma declaração para o capítulo sexto: “*Tendrán todos silencio en el encerramiento, en manera que uno no hable con otro en lo que a la elección toca, hasta que sea elegido el General*”¹⁰³.

Em trecho do f. 81, tratando dos votos escolares, Polanco parece ter dificuldade com a nota redigida em castelhano por Loyola, que dizia “*acabados los estudios, a juicio de los superiores, queriéndome recibir*” e, assim, principia por traduzi-la literalmente para o latim “*absolutis studiis, iudicio superiorum, si quidem memittere voluerint*”, e então comenta à margem: “*Si sería bien quitar esta condición, pues en las Constituciones se pone, y abajo dice ‘iuxta Constituciones’*” e “*Dudo si es de futuro solamente prometer castidad, pobreza y obediencia después que será admitido, o que ex vi voti luego sea obligado a todo*”¹⁰⁴.

Segundo Aldama, em outros locais Polanco chega a corrigir a sintaxe inaciana, “os famosos gerúndios”, por exemplo, quando Loyola escrevera “*no puedan demandar viático alguno, mas presentando sus personas, los envíen como les pareciere...*”,

¹⁰¹ *Idem, ibidem.*

¹⁰² *Idem, p. 225.*

¹⁰³ *Idem, p. 235.*

¹⁰⁴ *Idem, p. 235.*

Polanco corrige: “no puedan demandar viático alguno, mas presenten sus personas..., para que los envíen...”. Ainda assim, Aldama insiste na revisão final de Loyola, o que procura comprovar pelas anotações de Polanco, que dizem “*Esto dudo si lo reveyó nuestro Padre*” ou “*Esto se añadió, aunque no sé si lo vio nuestro Padre*”¹⁰⁵.

A partir deste *texto A*, criou-se então a versão definitiva a partir de fins de 1550, chamada *texto B*. Segundo Aldama, seria este texto que Jerônimo Nadal tentava levar em sua viagem para Portugal e Espanha, em abril de 1553, justamente para promulgar as *Constituições*¹⁰⁶. Como o exemplar não estivesse copiado, foi-lhe enviado depois e o recebeu em Portugal em 8 de setembro, quando voltava de Évora, segundo carta de Polanco consultada por Aldama¹⁰⁷. De novo foram utilizados rascunhos e folhas de dúvidas, além de anotações e emendas marginais ao texto, sempre com a pena de Polanco, sendo, no entanto, a maior parte deste derradeiro documento copiado integralmente do anterior. Loyola continuou corrigindo o *texto B* até sua morte. O exemplar de Nadal contém algumas modificações feitas após abril de 1553 e serviu também como base para a tradução latina das *Constituições*, feita por Polanco depois da morte de Loyola.

Assim, por meio da análise dos três textos que serviram de base para a elaboração das *Constituições* da Companhia de Jesus, compostos entre 1549 e 1553, vê-se o método de trabalho da secretaria da Ordem. Aldama insiste no papel de pesquisa e exame de documentos realizado por Polanco, além de seu método de indagação e submissão aos ditames de Loyola, usando mesmo a palavra “edição” para caracterizar a função do secretário na composição de tão importante documento. Assim, na síntese de Luce Giard,

Os eruditos editores da MHSI [*Monumenta Historica Societatis Iesu*] sabiam distinguir a escritura manuscrita de um e de outro, mas eles não podiam distinguir com certeza o estatuto daquilo que escrevia a mão de Polanco: se era ditado por Loyola, se a memória da fala dele, o desenvolvimento de breves indicações recebidas dele, ou se era uma redação pessoal de Polanco, advinda da proximidade com Loyola, de quem imitava sem esforço o estilo, dando continuidade a seu movimento de expressão e análise¹⁰⁸.

4. A edição em Portugal a partir de 1561

¹⁰⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶ *Idem, p. 226.*

¹⁰⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸ Giard, “Relire les ‘Constitutions’”, p. 45 (tradução minha).

Outro indício do processo de edição dentro da Companhia de Jesus aparece no processo de estabelecimento do cargo de Secretário do Provincial de Portugal. Sabe-se que os padres da Província portuguesa da Companhia de Jesus insistiam nos pedidos a Roma para que a correspondência das Províncias de além-mar pudesse ser impressa em Portugal, antes de seguirem cópias para o Geral em Roma. Como se vê nesse trecho de uma carta do Provincial de Portugal, Diego Mirón, escrita em 17 de março de 1554, enviada a Inácio de Loyola, em Roma, reproduzido por Serafim Leite:

Aquí se ayuntan aora las cartas de la India para se imprimir por mandado de V.P., y no sabemos si querrá que se vean primero en Roma antes de imprimirse. Aquí solíamos también emprimir las cartas de la India quando venían, por quitarnos del trabajo de copiarlas para muchas partes, que es muy grande. Querria saber de V.P. si nos da licencia para que se impriman, y asimesmo las del Brasil, Congo, Affrica e otras partes semejantes¹⁰⁹.

Portanto, os padres portugueses queriam imprimir as cartas em Portugal pela praticidade de não ter de copiá-las. Outro motivo aventado pelos padres era o estado em que os papéis ficavam após passarem de mão em mão:

Por aquí juzgará V.P. quanto peligro pasan de nunca verlas sino se embía más de una, maxime aviendo de correr toda la provincia, que aunque no se pierda, quando acaba de dar la vuelta ya viene rota y muy mal tratada. Pues copiarlas aquí es cosa que parece imposible por la muchedumbre de copias que se hazen¹¹⁰.

Aparentemente, o pedido para impressão não foi de todo aceito por Loyola, a tomar as anotações de correções acusadas por Serafim Leite, que mostram que as cartas continuaram seguindo para Roma e lá sendo editadas antes de poderem ser impressas. Dada a quantidade de locais em que a Companhia se fazia presente e o volume condizente de correspondência que os padres produziam, parece mesmo ter havido um trabalho de centralização e extremo cuidado na seleção do que viria a se dar à prensa neste início do trabalho das Missões. Prova disso é o exíguo número de edições conhecidas perto da enorme quantidade de cartas produzidas.

No entanto, em meio às cartas referentes ao ano de 1561, Serafim Leite interpola a “Informação dos ofícios do p. Francisco Henriques”. Neste documento, datado de 8 de agosto, o padre esclarece as funções determinadas pelo cargo que passa a exercer, o

¹⁰⁹ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, p. 55.

¹¹⁰ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral (carta de Leão Henriques, em Lisboa, para Roma, em 30/7/1566), pp. 57-8.

de Procurador Geral da Província de Portugal e da Índia, Etiópia, Brasil e Angola, além de Consultor e Secretário do Provincial português. A partir deste ano, portanto, o Secretário português passa a ser o responsável pela interferência nos assuntos relacionados à edição das cartas dos jesuítas em missão americana.

Assim, como Procurador, ficava encarregado de cuidar dos negócios da Companhia de Jesus: recebia os pleitos, cuidava de seu despacho e expedição, respondia pelas provisões das casas e colégios — negociando em Portugal e em “*Flandres, Francia, Castilha, África, Algarves, etc.*”¹¹¹ quando necessário e cobrando as doações da fazenda do rei para os padres. Fazia também a mediação dos negócios com o Superior “*para mejor guiarlos con personas de fuera de la Compañia, los de letras con letrados, y los más con oficiales y pláticos, etc.*”¹¹². Resolvia, portanto, as questões materiais da Ordem de onde se pode supor ser ele o encarregado de negociar as impressões dos livros da Companhia de Jesus em Portugal a partir desta data. Também era o responsável por fazer as cópias dos documentos dessas negociações e de outros que dissessem respeito à empresa da Companhia em Portugal — inclusive as escritas pelo Rei, pelo Cardeal e pessoas de importância, quando estas as cediam — em livros notariais.

Como Secretário, o padre Henriques escrevia e respondia as cartas do Provincial; anotava o fluxo das cartas e as copiava nos livros; lia as cartas para o Provincial, depois as distribuía aos destinatários; editava as cartas gerais, fazia cópias e as encaminhava para as demais Províncias da Companhia de Jesus. Assim:

*Al officio de Secretario pertenece escribir todas las cartas del P.º Provincial así para personas de la Compañia, como otras de fuera della, respondiendo o de outra manera; sacar extratos de las que vienen, copiar en libros las que se embían. Acordar lo que se ha de consultar, embiar las que se escriven, cobrar las que vienen, leer al Padre las suyas y las más que él quiere, distribuir las de casa, hazer que se embíen las que son para personas de fuera. Ver las quadrimestres y cartas de nuevas y las ordinarias de los collegios y Províncias, quitar y añadir lo que parece, copiar y embiar las que vienen de fuera, scilicet: a Roma a lo menos una vía, cada Provincia de Europa outra, a la India tres o quatro, al Brasil otras tantas, a Angola dos. Hazer instrucciones y patentes a los que se embían fuera, copiar todo esto en libros*¹¹³.

¹¹¹ *Cartas*, vol. III, carta 54, p. 383.

¹¹² *Idem, ibidem*.

¹¹³ *Idem*, pp. 384-5.

Para maior conforto dos portugueses, acredita-se, o padre Polanco também refizera as regras para a correspondência pouco antes do estabelecimento deste trabalho secretarial em Lisboa. Segundo Serafim Leite, ele modificou a quantidade de cópias das cartas Quadrimestres a serem distribuídas entre as Províncias em carta de 12 de março de 1561, sob comissão do Geral, para o comissário Jerônimo Nadal, determinando que a partir de então se enviasse “*una copia a Portugal para la India y outra el Brasil y podrán escusar la latina para Roma, porque acá se lerá la española o una de las latinas que van para otras partes*”¹¹⁴. Desse modo, parece abrandar o controle sobre a circulação de informações, pois passa-se a utilizar, em Roma, de qualquer versão que chegue a suas mãos, não se fazendo mais necessária a preparação da cópia em latim para fins de arquivamento e de circulação. Nesta mesma carta, Polanco também reafirma a necessidade de que as cartas sejam revistas antes de serem copiadas “*quanto a las cosas y las palabras y escriptura, porque se embían como vienen*” para que não cheguem mais a Roma tão cheias de falhas¹¹⁵. Repassa, portanto, parte da função secretarial que exercia em Roma para o novo Secretário de Portugal.

5. Indícios do processo de edição nas cartas da América

a) Critérios de escrita

Procurando exemplos desse processo de edição na correspondência dos padres da América, a primeira questão a surgir é a da aplicação dos critérios de escrita estabelecidos pela Companhia de Jesus. Tomando como base as anotações em aparato crítico feitas por Serafim Leite, a partir de sua manipulação das cartas originais, vê-se que a preocupação com as normas ditadas pela secretaria da Ordem aparece principalmente nas cartas Quadrimestres.

A primeira carta Quadrimestre da América que chegou até nós versa sobre o período de maio a setembro de 1554. Escrita pela pena do então irmão José de Anchieta, foi tomada em sua versão latina nesta edição de Serafim Leite. Mesmo tendo sido escrita muito provavelmente em espanhol e de ter, quase certamente, partido da América com versões para o português e o latim, o original escolhido por Serafim Leite

¹¹⁴ *Idem*, p. 384, n. 1.

¹¹⁵ *Idem*, p. 385, n. 1.

foi o mesmo tomado pelo padre Juan Alfonso de Polanco em seu *Chronicon* da Companhia de Jesus. Esta versão, se aceitas as descrições de Serafim Leite, encontra-se redigida por duas mãos, com sublinhados e sinais marginais de Polanco. Assim, ao empreender a sua leitura, não só temos os critérios de transcrição de Serafim Leite, como também sua tradução para o português.

Nesta carta, vê-se o cuidado na aplicação dos critérios para a escrita de cartas já que mencionados por Anchieta no próprio corpo do texto: “Mas, julgando que é pouco conhecido de V. R. Paternidade como vai cada uma das coisas que se fazem aqui onde estamos, e levados também pela carta de V. R. Paternidade, há pouco recebida, procuramos informá-lo de tudo aquilo que escreve ser-lhe necessário conhecer”¹¹⁶, ou “Na Carta Quadrimestre, que será mandada da Cidade de Salvador, o que lá [Bahia] e ali [Porto Seguro] se faz escreverão mais pormenorizadamente, como foi mandado aos Irmãos”¹¹⁷, e ainda “Estas e as restantes coisas, que se fazem lá, tornar-se-ão conhecidas pormenorizada e particularmente por cartas do mesmo Padre”¹¹⁸.

Em dezembro desse mesmo ano, a obrigação da escrita aparece em carta de Luís da Grã, escrita da Bahia, a Diego Mirón, em Lisboa: “*Mandóme [Nóbrega] que de aquí scriviese conforme a la obligación que tiene el colateral*”¹¹⁹.

Escrita pelo irmão António Blázquez, por comissão do padre Manuel da Nóbrega, da Bahia, a carta Quadrimestre referente ao período de janeiro a abril de 1556 está arquivada em Évora, datada de 1557. Segundo conjunções de Serafim Leite, esta é a Quadrimestre de janeiro a abril de 1556 que se perdeu com a nau do bispo Pero Fernandes Sardinha e teve de ser reescrita, o que explicaria a data posterior de sua chegada à Europa. Também aparecem nesta carta interpolações no texto, principalmente nos trechos que tratam dos métodos da conversão dos índios, que Serafim Leite atribui à presença de Nóbrega na Bahia na época da sua reescritura. Cita inclusive o trecho de outra carta de Blázquez que admite que, antes do acompanhamento de Nóbrega, narrava os acontecimentos “creo que confusamente e não com tanta ordem como convinha, porque não estava ainda destro em esta maneira de escrever”¹²⁰.

¹¹⁶ *Cartas*, vol. II, carta 22 (de Piratininga, em 1/9/1554, para Loyola, em Roma), p. 101.

¹¹⁷ *Idem*, p. 102.

¹¹⁸ *Idem*, p. 103.

¹¹⁹ *Cartas*, vol. II, carta 26 (em 27/12/1554), p. 143.

¹²⁰ *Cartas*, vol. II, carta 52, p. 346.

Se fôssemos conformar-nos à opinião do Catálogo dos padres da Companhia de Jesus de 1552 acerca de Blázquez, reproduzida por Serafim Leite — “*Quasi siempre estudió mal por indisposición de la cabeza*”¹²¹ —, poderíamos citar a carta que Nóbrega escreve para Tomé de Sousa, enviada da Bahia para Lisboa em 5 de julho de 1559, em que a mão do amanuense Blázquez aparece em toda a carta, exceto na assinatura autógrafa de Nóbrega. Nesta carta, cujo original está no códice de São Roque hoje na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, portanto editada em Lisboa, provavelmente pelos secretários do Provincial, o estilo da escrita é todo de Nóbrega, no entanto, sobram emendas ortográficas, anormais nas demais cartas deste padre¹²².

b) Autoria coletiva

Outra questão a surgir nas cartas é a da autoria individualizada como propriedade particular da carta — que, como se viu, era desconsiderada, tendo em vista os condicionamentos institucionais expostos. Tomando como base as anotações em aparato crítico feitas por Serafim Leite, vê-se, por exemplo, na carta que António Pires escreveu de Pernambuco em 2 de agosto de 1551 para os irmãos de Coimbra¹²³, que a interferência do padre Polanco faz-se diretamente sobre o remetente da carta. Informa-nos Serafim Leite que na tradução italiana que fez a partir da versão espanhola (o original português diz-se perdido), Polanco, além de emendas e cortes, omite o “autor”, ao publicar o texto em italiano (em *Avisi Particolari delle Indie di Portugallo*, de 1552), substituindo-o por “*P. Nobrega cum socio*”.

Caso mais freqüente é a substituição do destinatário original pelos “padres e irmãos”, em geral, como na carta que Nóbrega escreveu de Pernambuco, em 11 de agosto de 1551, a Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, a quem, aliás, a maioria das primeiras cartas era dirigida. Conforme anota Serafim Leite, na tradução espanhola feita do original português que diz perdido já se vê os “*Caríssimos Padres y Hermanos*” da saudação; no entanto, o texto da carta traz várias marcas do verdadeiro destinatário, assim: “*Como Va. Ra. mandare quien sustente est’ otras partes*”, “*los Padres que Va. Ra. embiare*” e “*quando Va. Ra. en esso no quisiere hablar*”¹²⁴.

¹²¹ *Cartas*, vol. II, Introdução Geral, p. 72*.

¹²² *Cartas*, vol. III, carta 13, p. 72.

¹²³ *Cartas*, vol. I, carta 31, p. 250.

¹²⁴ *Cartas*, vol. I, carta 33, p. 266.

Neste último caso, não se pode afirmar ser intervenção de Polanco, já que a edição que traz essa e outras cartas do mesmo período saiu no primeiro semestre de 1552, muito provavelmente antes de passar pelo olho censor de Roma. Talvez sejam as intervenções feitas nas cartas para que estas ficassem puramente edificantes e assim servissem à leitura durante as refeições. Uma marca da edição portuguesa nas cartas aparece no processo de tradução porque passou a carta Quadrimestre da Província de Portugal, de 31 de dezembro de 1562, reproduzida por Serafim Leite em meio aos documentos americanos. Esta carta devia ter um original português escrito sob comissão do Provincial, no entanto, a versão consultada pelo organizador foi a traduzida para o espanhol, a qual está assinada por Pero Gonçalvez¹²⁵.

Este caso denota a transformação que sofriam esses textos, que passavam assim de cartas de informação a um superior hierárquico a cartas de informação, de consolação ou de educação para todos, conforme sua finalidade primeira, a utilidade aplicada ao reforço da unidade da Ordem como corpo místico¹²⁶. Assim, vê-se que se fazia a “edição” em todas as esferas de leitura e não só nas instâncias superiores da Companhia de Jesus.

Também é esse o caso das traduções das orações e dos sermões feitas do português para o tupi que tinham por finalidade não a troca entre iguais, mas o controle da “dispersão de línguas” e a imposição de “sua sintaxe e sua semântica”¹²⁷. Conta o padre António Pires na mesma carta de 2 de agosto de 1551 para os irmãos de Coimbra, em parágrafos escritos ainda na Bahia, antes de partir para Pernambuco, que Nóbrega ordenara que o padre Azpilcueta fosse a Porto Seguro

*a trasladar las oraciones y sermones en la lengua desta tierra, con algunos intérpretes que para esso avía muy buenos; las quales trasladó muy bien, y es mucho para dar alabanzas al Señor viéndole predicar mucha parte del viejo testamento y nuevo, y otros sermones del juyzio, infierno, gloria, etc.*¹²⁸.

Em nota, Serafim Leite nos informa que, segundo Capistrano de Abreu, o intérprete que auxiliou o padre Azpilcueta “na tradução das orações para a língua geral” foi Francisco Bruza de Espinosa¹²⁹. A confirmação da ajuda recebida encontra-se na carta do padre Azpilcueta aos padres de Coimbra escrita em Salvador por volta de

¹²⁵ *Cartas*, vol. III, carta 69, p. 516.

¹²⁶ Hansen, “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega — 1549-1558”, pp. 87-119.

¹²⁷ Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, p. 38.

¹²⁸ *Cartas*, vol. I, carta 31, p. 252.

¹²⁹ *Cartas*, vol. I, carta 35, p. 278, n. 1, conforme *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1954.

agosto de 1551, em que ele conta que “*En esta Capitanía [Porto Seguro] hallé un hombre de buenas partes, antigo en la tierra, y tenía don de escrever la lengua de los Indios, que fué para mi grande consolación*”¹³⁰. Assim, vemos que não só o intérprete falava tupi como também, segundo o padre, *escrevia* nessa língua. O padre Azpilcueta ainda acrescenta que “*Todo lo mandaré en la primera embarcación*”. Era, portanto, o envio de material para a confecção de catecismos e dicionários na “língua geral”.

Mais tarde, em setembro de 1553, Juan de Azpilcueta, preparando-se para entrar pelo sertão da capitania de Porto Seguro, escreve aos irmãos de Lisboa:

*Dexo al P^e Ambrozio Perez y al Hermano Brasques todas las oraciones en lengoa de Brasil, con los mandamientos y peccados mortáis etc., con una confesión general, principio do mundo, incarnación y do juizio, y fin do mundo para se mandar allá. Quanto ao modo de arte no alcanço aún para se fazer, ny me parece tienen sino ciertos vocablos que sirven en general, que para otro tiempo dexo que estuviere más devagar que agora*¹³¹.

O padre agrupa assim o material para a confecção de catecismos que seguiria para Portugal em correspondência de outros padres e se escusa por não mandar “arte” por não achar vocabulário na língua tupi, e por carecer de mais tempo. Em agosto de 1556, António Blázquez, em carta da Bahia, já conta do uso da *Arte* atribuída à Anchieta, trazida por Nóbrega de São Vicente, no aprendizado do tupi. Segundo esta mesma carta, também vieram de São Vicente mais orações traduzidas para a língua indígena¹³².

Segundo os critérios de autoria hoje vigentes, todos esses intérpretes, tradutores e padres missivistas teriam de ser considerados “autores”. No entanto, naquela época e naquelas determinações institucionais, não era o que acontecia. Assim também o que hoje chamaríamos de “direitos autorais” não poderiam existir na sua forma atual: ficavam a cargo de Roma e de Portugal a autorização para impressão e a seleção do material, além da censura do mesmo.

c) Correções ortográficas e de linguagem

As emendas feitas às cartas dos padres jesuítas tinham várias correções ortográficas, normalmente relacionadas à mistura de português e castelhano em que se expressavam os ibéricos do século XVI, ou aos equívocos cometidos na escrita do latim. Em “E, asi, fica a cousa tão chã que se pode dizer *erunt prava in directa et*

¹³⁰ *Cartas*, vol. I, carta 35, p. 279.

¹³¹ *Cartas*, vol. II, carta 1 (de 19/9/1553), pp. 9-10.

¹³² *Cartas*, vol. II, carta 47 (de 4/8/1556), p. 301.

aspera in vias planas” a citação latina é corrigida para “*errut parva*”¹³³. Em “Digo, Padre mio, que ‘*iuvenes et virgines, senes cum iunioribus laudant nomen Domini*’”, a citação latina é completada: “jovens e também donzelas, os velhos com as crianças! Louvem o nome de Iahweh”¹³⁴.

A carta de Nóbrega editada por Serafim Leite com data de 12 de junho de 1561 é, na verdade, um dos trechos apanhado à coleção feita por um mesmo copista provavelmente em Roma, já que o original consultado encontra-se no Arquivo Romano da Companhia de Jesus. São capítulos de cartas que o padre escreveu ao padre Francisco Henriques, Procurador da Província de Portugal em Roma, e ao Provincial Miguel de Torres, em que trata dos negócios da Ordem na América portuguesa. Dentre esses trechos interessam-nos os períodos em que o copista insere emendas ortográficas justamente em termos tirados da língua tupi que provavelmente desconhecia. Assim, segundo anotações de Serafim Leite, em “os ananazes pera dor de pedra, os quais posto que não tenham tanta vertude como verdes, todavia fazem proveito”¹³⁵ foram deixadas correções manuscritas substituindo o termo *ananazes* por *anazes* e depois *aranazes*; e em “Vão tãobem marmeladas de ibás, camucis, e arasazes para as camaras”¹³⁶ o termo *arasazes* é substituído por *carasazes* — Serafim Leite acha que no original estaria *earasazes* onde o copista teria então lido “c” pelo “e”, mantendo-o em uma mesma palavra.

Em carta do Provincial Luís da Grã para o Provincial português Miguel de Torres, consultada em cópia no Arquivo Romano, Serafim Leite aponta o corte de um singelo artigo que, no entanto, mostra o extremo cuidado que se tinha com o conteúdo do que circulava nos textos da Companhia de Jesus. Assim, no trecho “Esta terra está em tanta paz que não se pode mais imaginar, e com isso enxerga-sse tanto o fruto, que se nella faz acerca da conversão” é eliminado o artigo que tornaria as conversões ao “fruto proibido” e não à fé católica¹³⁷.

Já na primeira carta de Nóbrega, cuja impressão passa pelo crivo de Juan Alfonso de Polanco, apesar de não ser a versão transcrita por Serafim Leite, este dá pequena mostra da interferência do secretário de Loyola em Roma. Diz Serafim Leite em seu

¹³³ *Cartas*, vol. III, carta 28 (do padre Francisco Pires ao padre Miguel de Torres, da Bahia para Lisboa, em 2/10/1559), p. 161. Lucas 3, 5: “Todo vale será aterrado, toda montanha ou colina será abaxada; as vias sinuosas se transformarão em retas e os caminhos acidentados serão nivelados”.

¹³⁴ *Cartas*, vol. III, carta 20 (do irmão António Rodrigues ao padre Manuel da Nóbrega, da aldeia do Espírito Santo para a Bahia, em 7/9/1559), p. 126.

¹³⁵ *Cartas*, vol. III, carta 50 (de São Vicente, 12/6/1561), p. 350.

¹³⁶ *Idem*, p. 351.

¹³⁷ *Cartas*, vol. III, carta 59 (da Bahia, em 22/9/1561), p. 429.

aparato crítico que a palavra italiana para “meninos” utilizada na primeira versão para essa língua (e que diz ser o original mais remoto desta carta) era “*putti*”, a qual se substituiu por “*fanciulli*”, por “soar melhor a ouvidos ibéricos, como os de Polanco, que presidia a estas impressões”¹³⁸. Em seguida, numa carta de Juan de Azpilcueta, de março de 1550, em que se transcreve o autógrafo em espanhol, o organizador anota um trecho que foi suprimido das traduções italianas feitas a partir deste original. Em dado momento, o padre, que foi o primeiro a aprender o tupi, fala da catequização dos meninos índios e diz que “*el Pater Noster tiré en modo de sus cantares para que más presto aprendiesen y gustasen*”¹³⁹. Informa-nos Serafim Leite que este trecho foi suprimido na tradução italiana e, portanto, também nas demais que se seguiram em outras línguas¹⁴⁰.

Além desta, inúmeras outras emendas foram feitas ao texto, desde correções ortográficas e gramaticais até um trecho contando dos índios comendo-se por ódio aos que se estavam entregando à conversão, que foi reescrito pelo padre Polanco. Uma inocente inversão de ordem numa oração pode nos indicar uma função muito maior e mais importante na estruturação destes textos antes de serem impressos ou mesmo traduzidos para serem distribuídos para o restante da Ordem. Assim, em dado momento, inverte a ordem do ensinar as orações aos mesmos meninos índios: o que era “*en la sua lengua [tupi] como en la nuestra [português]*” fica “*en la nuestra lengua [português] como en la sua [tupi]*”¹⁴¹.

Por estes dois exemplos de cartas transcritas a partir de uma rara ocorrência de cartas impressas antes da edição de Roma, podem-se rastrear indícios do trabalho efetuado sobre os textos produzidos pelos padres da Companhia de Jesus nas terras americanas. Vê-se aqui que as cartas produzidas na América eram enviadas para os mais diferentes destinatários em Portugal (do Superior aos irmãos) e nem por isso deixavam de ser lidas, traduzidas e editadas por outros, que as manipulavam como melhor convinha aos interesses de informar, dar alento e exemplificar aos demais da Ordem.

Seguem-se mais alguns exemplos. Em carta do irmão Vicente Rodrigues aos irmãos de Coimbra (de estilo mais simples, inclusive com as citações em vernáculo), Serafim Leite marca em nota, além de vários cortes, reescrituras de trechos perpetradas

¹³⁸ *Cartas*, vol. I, carta 10 (de 6/1/1550), p. 155.

¹³⁹ *Cartas*, vol. I, carta 14 (de 28/3/1550), p. 177.

¹⁴⁰ *Cartas*, vol. I, p. 180, n. 6, linhas 55-6.

¹⁴¹ *Idem*, linha 54 (grifos meus).

pelo padre Polanco. Por exemplo, na narrativa de um naufrágio em que apenas os cristãos sobreviveram, onde o irmão escreveu “*Mucha consolación nos deve dar, pues já nuestro Señor castiga*”, Polanco risca “*castiga*” e reescreve: “*Mucha consolación nos deve dar, pues já nuestro Señor como a hijos los [emenda por cima] muestra en semejantes juicios que acuerda desta gente [escreve na margem esquerda]”¹⁴². Noutro caso, em carta do mesmo irmão Vicente Rodrigues aos irmãos de Coimbra, escrita provavelmente no mesmo dia da anterior, elimina a escapadela dos índios, mas que no contexto da carta podia bem ser também do governador e da “gente principal”, já que estes estão citados logo antes do trecho que elimina e que começa com “*No juran y, si escapa algun juramento, miran para tras para ver si son de alguien vistos*”¹⁴³.*

Outro deslize do mesmo irmão Vicente Rodrigues (agora escrevendo da Bahia, em maio de 1552, por comissão do governador Tomé de Sousa ao padre Simão Rodrigues) é corrigido pelo padre Polanco. Assim, contando o caso edificante de um pajé que se fingia de amigo dos padres para receber créditos dos índios que tinham aos mesmos padres em alta conta e que, quando desmascarado, foi morto pelos índios, o irmão escorrega no palavreado e onde se lia “*Tomó tanta pasión el gentil que luego fué en busca del buen hombre y matáronle*” foi então o “*buen hombre*” substituído por “*feiticeiro*” porque um *gentio*, ainda mais trapaceiro, não podia ser ao mesmo tempo bom. Também, ao narrar o caso de uma menina morrendo, que pede aos padres que orem por ela, Polanco suprime o trecho que dizia que os meninos índios também rezaram com os padres, provavelmente para evitar atribuir-se poder às orações de gentios, pois a menina curou-se pouco depois. Assim, onde se lia “*y haciendo los ninnos todos por ella oración, luego se alló bien*” vê-se então “*y haciendo por ella oración, luego se alló bien*”¹⁴⁴. Ainda nesta mesma carta, toda vez que se citam os “padres”, anota-se o complemento de Polanco na linha superior “*de la Compañia*”¹⁴⁵.

Um exemplo da não-interferência de Polanco aparece na carta Quadrimestre de janeiro a abril de 1556¹⁴⁶. Como Serafim Leite alega ter feito a transcrição diretamente do original em português depositado na Biblioteca de Évora, admite-se que esta versão não sofreu a pena do secretário e daí aparecerem casos como o que conta das confissões

¹⁴² *Cartas*, vol. I, carta 41 (de 17/5/1552), p. 303 (grifos meus).

¹⁴³ *Cartas*, vol. I, carta 42 (de 17/5/1552), p. 311.

¹⁴⁴ *Cartas*, vol. I, carta 44, p. 321.

¹⁴⁵ *Cartas*, vol. I, carta 44, pp. 318 e 321.

¹⁴⁶ *Cartas*, vol. II, carta 43, p. 272.

dos “gentios” na Bahia na Quaresma de 1556, sem aperceber-se de que, se se confessavam, já não eram gentios e sim “cristãos”.

d) Cortes

A supressão de trechos das cartas fazia-se especialmente com o intuito de eliminar as matérias pessoais equivocadamente tratadas nas cartas negociais e também para garantir a adequação do discurso aos preceitos teológicos-políticos da Companhia de Jesus. Assim, por exemplo, a carta de António Blázquez, escrita por comissão de Nóbrega, em 30 de abril de 1558, é uma Quadrimestre estendida, pois trata de assuntos relativos a onze ou doze meses, dada a falta de navios no período. Blázquez justifica o envio de informações com mais detalhes “*segundo la orden que aora escribe el P. Joan de Polanco que se tenga*”¹⁴⁷. Polanco inicia por essa lembrança de seu nome os cortes que faz na edição da carta. Em suas emendas, deixa na matéria das cartas apenas os trechos que trazem exemplos edificantes e expurga todas as lamúrias dos padres portugueses e as descrições do dia-a-dia da Ordem na Colônia. Mantém, portanto, os exemplos edificantes e exclui referências ao desânimo com a falta de êxito na catequese dos índios, com a perseverança dos cristãos nos pecados e o fechamento de igrejas e esvaziamento de vilas. Mantém as notícias das chegadas das naus trazendo o governador, mas retira os comentários sobre a morte do filho de Mem de Sá no Espírito Santo. Elimina a confissão por intérpretes e mantém a história de uma índia que se manteve virgem.

O que Polanco não corrigiu no século XVI, corrige-o Serafim Leite. Assim, nesta mesma carta, onde António Blázquez, que escreve a carta por encomenda de Nóbrega, diz: “*uvo muchas confissiones de aquellos que nos pudimos confessar*”¹⁴⁸ — depois de ter dito que Ambrósio Pires e Manuel da Nóbrega, os únicos padres que podiam receber as confissões, estavam doentes e acamados nesse dia da Quaresma —, Serafim Leite apressa-se em elucidar o caso em nota. Explica que António Blázquez não podia mesmo ouvir confissões e que o “nós” é o “modo de falar das cartas gerais”. Portanto, usa a linguagem prevista para as cartas de informação para justificar um possível deslize que dá conta de um irmão não ordenado confessando índios.

¹⁴⁷ *Cartas*, vol. II, carta 65, p. 427.

¹⁴⁸ *Cartas*, vol. II, carta 65, p. 440.

Cortes mais sutis, porém mais profundos, são vistos na carta de Nóbrega a Simão Rodrigues, logo após a chegada do bispo Sardinha à Bahia, em 10 de julho de 1552. Nela, Polanco reforça ainda mais o escravagismo africano da Companhia de Jesus ao acrescentar ao pedido de Nóbrega por “escravos de Guiné” um “*será la mejor cosa del Brasyll*”¹⁴⁹. Nesta mesma carta, elimina dois parágrafos que tratavam, um da vontade de Nóbrega de mandar dois meninos índios para dar continuidade aos estudos em Portugal e, outro, do elogio ao governador Tomé de Sousa e do temor quanto ao caráter do governador que se mandaria em substituição a este no ano seguinte¹⁵⁰. E, ainda, os últimos parágrafos da carta em que se lêem repetidos pedidos de envio de mais padres.

Serafim Leite dá duas versões da carta escrita por Nóbrega, em São Vicente, para Luís Gonçalvez da Câmara, em Lisboa, em 15 de junho de 1553. Ambas são traduções espanholas de originais portugueses que diz perdidos, e justifica as versões com o intuito de dá-las como “exemplo do modo como se faziam as traduções”. Assim, entre os quatro parágrafos reutilizados nesta nova carta, o trecho em que ela conta sobre as aulas de gramática em São Vicente aparece em uma versão bastante reduzida, na qual é eliminada a menção ao professor leigo e desterrado trabalhando com os padres. Assim, onde se via:

*En esta casa tienen los niños sus ejercicios bien ordenados, aprenden a leer y escribir y van muy avante, otros a cantar y tañer frautas, y otros mamalucos más diestros aprenden grammática; y enseña un mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado*¹⁵¹.

vê-se agora:

*En casa tienen los niños sus ejercicios ordenados. Aprenden a leer y escribir; van muy adelante, y algunos a cantar, y otros de mejor ingenio aprenden ya la grammática*¹⁵².

As anotações de Serafim Leite, tomadas aqui como válidas, à carta de António Blázquez escrita em 1º de setembro de 1561, na Bahia, e enviada ao Geral Diego Laynes, em Roma, indicam que a cópia consultada por ele tem ordenação irregular e ortografia com muitas palavras em português ou portuguesismos¹⁵³. Por isso, o organizador anota várias emendas de revisão ortográfica e gramatical. No entanto, a

¹⁴⁹ *Cartas*, vol. I, carta 48, p. 352.

¹⁵⁰ *Cartas*, vol. I, carta 48, pp. 353-4.

¹⁵¹ *Cartas*, vol. I, carta 69 (de Nóbrega, em São Vicente, para Luís Gonçalvez da Câmara, em Lisboa, em 15/6/1553), p. 497. Serafim Leite usa a cópia espanhola do original português que diz perdido.

¹⁵² *Cartas*, vol. I, carta 69 bis, p. 505.

¹⁵³ *Cartas*, vol. III, carta 58, pp. 395 e 410.

revisão feita na secretaria romana por Juan Alfonso de Polanco marca também correções de deslizes quanto às práticas dos padres missionários com os índios americanos. Assim, no trecho no qual Blázquez conta das preparações para os batismos e casamentos realizados nas aldeias da Bahia, Polanco elimina a referência à confissão a que os índios eram submetidos antes mesmo do batismo. Este tipo de confissão foi explicada em carta de Leonardo do Vale escrita em continuação a esta de Blázquez, em 23 de setembro de 1561: “A qual confissão, como já saberão, não hé mais que pera lhe fazer detestar a vida passada e conhecer a que querem tomar”¹⁵⁴.

Mesmo assim, Polanco segue eliminando as menções no texto. Onde se lia “*Viéndolo así el Padre [o índio pedindo para ser batizado], le declaró lo que avía de creer i confesólo i moveólo a tener contrición de su vida pasada*”, Serafim Leite acusa em aparato o corte do Secretário: “*confesólo y moveólo*” foram substituídos por “*procuró moverlo*”¹⁵⁵. Logo depois, nova emenda onde se tinha “*El Padre lo enseñó i provocó a tener contrición de sus pecados, confesándolo en la lengoa brazíllica*”, Polanco suprimiu todo o fim da sentença “*confesándolo en la lengoa brazíllica*”¹⁵⁶. E ainda onde estava “*el P.^e Provincial se ocupó, con dos Padres lengoas, en examinar y confessar a aquellos que se avían de casar y baptisar*” em que o “*confessar*” foi eliminado¹⁵⁷.

O exemplo mais profundo do trabalho de edição dentro da Companhia de Jesus aparece na carta de José de Anchieta para os irmãos enfermos de Coimbra, de 20 de março de 1555¹⁵⁸. Na edição de Serafim Leite, a carta emendada tem exatamente cem linhas a menos que a dita original, ou seja, teve um terço de seu conteúdo eliminado. Os cortes, na sua maioria, incidem sobre as citações latinas; as descrições pormenorizadas (especialmente de tratamentos médicos realizados antes de vir para a América ou das sangrias realizadas em índios de São Vicente, “*aquelles cavallos*”); sobre as insinuações de que a fé diminui ao chegar ao Novo Mundo e de que há histórias ainda piores, que cala por decoro; além da lista de recomendações particulares que faz na despedida da carta. Serafim Leite não deixa claro se os cortes são originados dos “*sinais habituais de Polanco*” que menciona constarem do original em português consultado por ele em

¹⁵⁴ *Cartas*, vol. III, carta 61, p. 444.

¹⁵⁵ *Cartas*, vol. III, carta 58, p. 402.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 403.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 405.

¹⁵⁸ *Cartas*, vol. II, carta 30, p. 160.

Roma, em meio aos documentos utilizados por Polanco na composição do *Chronicon*. Mutilada, ela foi assim publicada em algumas biografias de Anchieta.

e) Edição na América

Entre as cartas escritas da América, encontramos também exemplos de edição ocorrida ainda antes de chegarem aos destinatários que normalmente se encarregavam desse trabalho. António Blázquez era o encarregado de escrever as cartas em espanhol para Roma, assim como era José de Anchieta quem as escrevia em latim. Blázquez, em sua carta de 30 de abril de 1558 (original autógrafo, a tomar pelas notas de Serafim Leite), insere trechos da carta que Francisco Pires escrevera para Nóbrega em maio de 1557. Blázquez traduz trechos para o espanhol e os insere, sem distinguir a “autoria” das partes. Na cópia em espanhol, que se supõe ter sido consultada por Serafim Leite, não há nada em português, constando apenas o título: “*Trelado de algunos capítulos que de cartas del Pe Francisco Pirez que hão venido del Spíritu Sancto, algunos se dexan d’escribir po[r] seren yá imbiados a S. Vicente donde se hão d’embiar a V.P. según la horden qu’está dada*”¹⁵⁹.

Serafim Leite informa ainda que o Arquivo Romano da Companhia de Jesus conta com uma versão em italiano, resumida, desta mesma carta de Blázquez, e ainda com as emendas de Polanco. Ou seja: Francisco Pires, no Espírito Santo, escreve para Nóbrega, na Bahia; Blázquez traduz sua carta para o espanhol, resumindo-a; um ano depois, em abril de 1558, Blázquez utiliza trechos desta mesma carta interpolados em uma carta sua para Roma. Além deste processo de emenda, tradução e edição ocorrido na Bahia, vê-se posteriormente um intenso trabalho de reescritura por parte de Polanco, em Roma.

Polanco corta, por exemplo, todo um parágrafo em que, queixando-se dos poucos frutos na capitania do Espírito Santo, Francisco Pires chega a dizer que o diabo venceu a batalha. Também elimina o trecho em que este mesmo padre discute os bens que um determinado índio, recém-batizado, havia deixado para a Companhia, fazendo saber que o próprio padre havia feito o testamento do morto. Na carta final de 1558, corta

¹⁵⁹ *Cartas*, vol. II, carta 57, p. 371.

todo o trecho em que Blázquez anuncia que vai contar as desconsoações da terra e alonga-se em explicar as batalhas dos padres contra os maus modos de índios e cristãos. Outro grande corte é o trecho em que o irmão reclama das outras Ordens, contando inclusive sobre as dissidências ocorridas na Companhia de Jesus. Elimina ainda o discurso derrotista em relação ao sustento dos padres da Bahia e as referências às confissões por meio de intérprete.

Em outro exemplo de edição iniciada na América, vê-se que a carta ao Provincial português composta na Bahia em 2 de setembro de 1557¹⁶⁰ teria tido duas penas, segundo as notas de manipulação do original deixadas por Serafim Leite. Apesar de assinada por Nóbrega, a carta foi escrita, por sua comissão, pelo irmão António Blázquez até o parágrafo 16 (conforme a distribuição editorial de Serafim Leite) e daí até o fim pelo próprio Nóbrega (num total de 27 parágrafos). O trecho final do sexto parágrafo também estaria com a letra de Nóbrega e este teria feito algumas correções ortográficas, principalmente, no texto de Blázquez. Em Portugal, o padre Inácio de Azevedo, Vice-Provincial, encarregado de receber a correspondência devido à ausência de Miguel de Torres, acrescenta um resumo, em português, sobre os meios de sustento dos órfãos da América. Enviada para Roma, a carta foi datada por Polanco, que a anotou com a letra S (sendo este um provável código de catalogação do Secretário), deixando ainda várias marcas de sua edição ao longo do texto. Tudo isso a crer-se nas informações asseveradas por Serafim Leite que, no entanto, não transpôs as emendas de Polanco conforme nos faz acreditar existirem.

Há ainda os casos em que as cartas dos diversos irmãos e padres espalhados pelas capitâneas americanas são interpoladas às cartas de notícias gerais para o Provincial em Lisboa ou para o Geral em Roma. Um desses casos aparece na carta de 10 de setembro de 1559, escrita por António Blázquez, por comissão de Nóbrega, da Bahia, para Diego Laynes, em Roma. Dentro desta carta acham-se traduzidas do português para o castelhano e interpoladas as quatro cartas que António Rodrigues escrevera da aldeia do Espírito Santo, próxima à cidade da Bahia, ao padre Nóbrega¹⁶¹.

Num outro caso, vê-se que a carta que o irmão António Rodrigues escreveu apressadamente — “pola letra que faço, conhecerá a presa que tenho” — a Nóbrega, que estava na aldeia do Espírito Santo, para informá-lo da vitória dos portugueses na Guerra de Paraguaçu (atualmente nas proximidades de Sergipe, iniciada depois que os

¹⁶⁰ *Cartas*, vol. II, carta 61, pp. 404-19.

¹⁶¹ *Cartas*, vol. III, carta 21, pp. 128-40.

índios dessa região atacaram a aldeia de Itaparica), em 28 de setembro de 1559¹⁶², foi logo recebida pelo Provincial e por ele encaminhada à cidade da Bahia. Apenas quatro dias depois de escrita, esta carta já está inserida no relato que o padre Francisco Pires faz, a mando de Nóbrega, ao Provincial Miguel de Torres em Lisboa. Assim, em 28 de setembro sai da região de Paraguaçu; logo chega à aldeia do Espírito Santo e em 2 de outubro está na carta para Lisboa¹⁶³. Além da rapidez do correr das novas entre os padres da Companhia, vê-se a edição das cartas sendo feita na Bahia por meio da interseção de relatos de remetentes diferentes em uma mesma carta de informação para a Europa.

¹⁶² *Cartas*, vol. III, carta 26, pp. 153-6.

¹⁶³ *Cartas*, vol. III, carta 27, pp. 156-8.

III. A EDIÇÃO DE LIVROS NO SÉCULO XVI

Quando os jesuítas chegaram à Bahia, em 1549, a imprensa já tinha um século de existência na Europa. Era a técnica de reprodução dos textos originária da ourivesaria e da qual Johann Gensfleisch Gutenberg (1397-1468) passou à tradição histórica como “inventor”. Para alguns autores, como Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, tratava-se já de sua primeira crise ou, no mínimo, de um momento de significativa mudança. Dos impressores humanistas, comprometidos com a filologia e tirando de seus prelos belas edições das autoridades gregas, passava-se aos livreiros negociantes, ligados à Igreja Católica e à Protestante e por elas rigidamente controlados, imprimindo somente livros autorizados, com interesse na garantia de venda de seus títulos¹⁶⁴.

Pode-se afirmar que foi nesse momento que o livro consolidou a forma que tomara nos três ou quatro séculos anteriores e com a qual o conhecemos até hoje: códices com páginas numeradas, distribuídas em fólhos dobrados e redobrados, formando cadernos de vários formatos; com frontispícios e cólofons com informações de edição, impressão, autoria, data, local, além de licenças, marcas e emblemas; ilustrados com xilogravuras e ornatos impressos em tipos cada vez mais legíveis e regulares. É também nesse momento que os ofícios do livro ganham maior regulamentação e as relações entre livreiros, autores, editores e impressores se definem e, de certa forma, se profissionalizam. Além disso, é nesse século inicial, com o estabelecimento das primeiras oficinas impressoras, que se lançaram os germes dos problemas comerciais que ainda hoje preocupam as empresas do setor editorial: concorrência, margem de lucro, distribuição do livro, custos de matéria-prima

¹⁶⁴ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, p. 232.

(sobretudo papel), censura, fixação de salários, especialização do trabalho gráfico, direitos autorais.

Hoje, mais de quatro séculos depois do início do uso da imprensa, muitos problemas relacionados à produção e circulação de livros ainda se mantêm. Não devemos, portanto, nos espantar com a continuidade que havia também no século XVI de processos anteriores de fabricação e leitura do livro: manuscritos copiados em pergaminhos, em papéis de baixa qualidade ou reutilizados, por poucos clérigos alfabetizados, com tintas fluidas e penas de animais, usando gravações xilográficas nas encadernações, nas iniciais capitulares e nas gravuras, para serem lidos em voz alta e em espaços públicos. Assim, podemos pensar com Roger Chartier¹⁶⁵ que a primeira grande revolução na produção do livro independeu da tecnologia da imprensa; remontaria, talvez, aos séculos XII e XIII, período em que a leitura se fez silenciosa e em que a palavra escrita passou a ser também instrumento de trabalho intelectual dentro das universidades nascentes, perdendo a função quase exclusiva de preservação da memória que exercia nos mosteiros. Sendo assim, uma segunda revolução viria a ocorrer somente no século XVIII com o crescimento da produção livreira, a difusão dos livros de pequeno formato, o surgimento de jornais e de novos gêneros de leitura e a criação de instituições de empréstimo.

Portanto, apenas um século depois de implantada a imprensa, o livro impresso em papel já contava na sua produção com certas divisões comerciais que valiam internacionalmente, mas estava ainda longe de circular massiva e livremente, apesar de já estar presente em praticamente todos os continentes, inclusive nos recém-descobertos.

1. A introdução da imprensa na Europa

A historiografia da imprensa tende a concordar que foram duas novidades chinesas, introduzidas na Europa entre os séculos XII e XV, a terem enorme importância na indústria do livro: o papel e a xilogravura¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Chartier, *A ordem dos livros*, pp. 23-5.

¹⁶⁶ Sobre o papel, a xilogravura e os caracteres móveis foram consultados: Araújo, E., p. 371; Dahl, pp. 89-168; Febvre & Martin, p. 44; Lafaye, pp. 23-4; McMurtrie, p. 83 e p. 91, nota.

O papel feito de entrecasca de árvores era usado na China já no século II a.C., permanecendo a técnica de sua fabricação nas mãos dos chineses até o século VIII, quando se incorporou às ciências árabes. Estes passam a usar trapos de linho como matéria-prima e fazem a técnica de sua produção chegar à Europa, inclusive à Península Ibérica, por volta do século XII. Há indícios do uso de papel em Portugal tão cedo quanto 1231 e, já em 1305, D. Dinis determinava que os tabeliães tomassem suas notas em papel e não em pergaminho como de hábito¹⁶⁷. No século XIV começam a aparecer os primeiros livros manuscritos em papel.

Até o século XIX, o papel era feito à mão, folha por folha, em moinhos cuja roda acionava pilões que reduziam a matéria-prima, trapos de linho, a uma pasta, em seguida espalhada em fôrmas retangulares de madeira com uma grade metálica; essa grade dava escoamento ao excesso de água, além de marcar o papel com linhas d'água e filigranas. Essa técnica de trituração foi aperfeiçoada em Fabriano (Itália), no final do século XIV, tornando possível a substituição do papel feito de linho (tão caro quanto o pergaminho) pelo de trapos velhos de algodão, reduzindo assim o custo da fabricação e viabilizando consideravelmente a impressão de um maior número de livros.

No entanto, o primeiro moinho de papel na Europa aparece mesmo em Xativa (nos arredores de Valência), sendo uma atividade tradicionalmente exercida pelos judeus. Por causa da sua origem, primeiro muçulmana e depois judaica, o papel não teve, a princípio, a simpatia da Igreja e sofreu também a ação de leis proibitivas da sua aplicação em documentos públicos e escrituras importantes. Em decorrência da perseguição e expulsão dos judeus da Península Ibérica (da Espanha em 1492 e, de Portugal, em 1497), a indústria papeleira minguou e, apesar da primazia na produção, as Coroas peninsulares passaram a importar papel de outros centros produtores europeus, principalmente de Lyon, que mantém a supremacia na produção e exportação de papel até adiantado o século XVII.

Quando Gutenberg imprime seu primeiro livro, em 1455, o preço do papel baixara à sexta parte do preço do pergaminho¹⁶⁸, sendo esta uma das condições do êxito do livro impresso sobre o códice caligrafado — outra condição foi a possibilidade permitida pela impressão mecânica de distribuir a despesa de produção de uma obra pelo total de sua tiragem. Assim, o papel entra para a história como o principal viabilizador da imprensa, já que poderia ser considerada inoperante se, para a feitura de

¹⁶⁷ McMurtrie, p. 92, nota.

¹⁶⁸ Lafaye, *Albores de la imprenta*, pp. 23-4.

códices, continuasse dependendo de peles lisas e macias, capazes de passar com facilidade pela prensa, e, portanto, raras e caras (levando-se em consideração que as melhores peles eram as de velino, ou seja, bezerro natimorto).

Sabe-se que a impressão xilográfica, gravação em relevo na madeira, era usada na China desde o século II a.C.¹⁶⁹ — e, especificamente para a impressão de livros, desde o século VIII. Na Europa, há exemplos dessas impressões tabulárias em folhas avulsas — cartas de baralho, imagens de santos e calendários — que datam do século XIV e, desde o XV, se fazia presente em pequenos livros de até cinqüenta páginas. Usando material muito simples, pedaços de madeira e uma faca, o processo xilográfico foi utilizado principalmente na multiplicação das imagens religiosas para um público não necessariamente leitor. Antes de reproduzir textos literários ou teológicos para clérigos letrados, foi desse modo que a imprensa fez necessário seu poder de reprodução na cultura religiosa. Assim:

Nesses tempos em que a religião era o centro de toda vida intelectual e espiritual, em que a Igreja ocupava um lugar tão grande, em que toda cultura era essencialmente oral, o emprego de um processo gráfico permitindo multiplicar as imagens religiosas revelava-se bem mais necessário que a imprensa¹⁷⁰.

No entanto, não parece ter sido a partir da técnica xilográfica que se originou o trabalho tipográfico. As tábuas orientais eram gravadas a partir de modelos caligráficos manuscritos, impressas pela fricção do papel sobre a madeira entintada e então conservadas para proceder à reimpressão da mesma obra quando desejado. Na impressão moderna, além do uso da prensa, temos as composições de caracteres móveis em letras romanas que, depois de utilizadas, eram desfeitas a fim de que os tipos fossem reutilizados para compor outras páginas. Sabe-se que os caracteres móveis que caracterizam a impressão foram produzidos também em madeira, mas utilizados somente para a impressão de capitulares, não sendo, assim, muita clara a continuidade entre esses dois processos técnicos.

Foi, então, muito provavelmente por meio dos especialistas do metal que se fundiram os tipos móveis da imprensa. Outra das funções tradicionalmente judias (ou de

¹⁶⁹ Sabe-se que tribos americanas já praticam técnicas de impressão desde a pré-história: na América Central, os maias decoravam seus vasilhames de barro imprimindo neles estênceis de cerâmica; os índios ticuna da Colômbia e do Brasil e os yuracaré da Bolívia faziam carimbos para tatuagem ritual cortando vários frutos ao meio e passando tinta na superfície do corte, para impressão em papel feito da castanheira-do-pará [Katzeinstein, pp. 266-9].

¹⁷⁰ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, p. 69.

conversos, na Península Ibérica) — numa época em que a profissão estava ligada à origem étnica e religiosa —, os ourives adaptaram também eles as técnicas de fundição já empregadas por gravadores de moedas e medalhas. Há quem considere Gutenberg apenas o primeiro capitalista da indústria tipográfica, e atribua os louros de verdadeiro “inventor” da imprensa a um encadernador judeu de nome Mair Jaffe, escondido da posteridade por sua religião¹⁷¹.

O que se sabe, no entanto, é que os caracteres móveis já eram conhecidos na China do século XI — fabricados primeiramente em argila, depois em cobre e chumbo — e que parecem ter chegado à Europa por meio de modelos coreanos (primeiro povo a cunhar tipos para as letras do alfabeto) do século XV. Em princípios desse mesmo século, já eram utilizados para estampar encadernações, além de painéis, moedas e medalhas. A grande novidade que possibilitou o aparecimento da técnica de impressão foi a substituição da madeira por metal, criando tipos mais resistentes, que não se gastavam facilmente nem deixavam manchas. Esses tipos foram utilizados até a invenção da impressão *offset* (por meio do decalque da tinta), no início do século XX.

A imprensa não foi, portanto, uma revolução. Ela foi, tão somente, o instrumento prático que agrupou os caracteres de metal em fôrmas e que tornou o processo de relevo utilizável por meio da adaptação da prensa, do papel e da tinta¹⁷². O que se pode aceitar, com maior precisão, é que, a partir de Gutenberg, se estabeleceram as profissões ligadas à produção do livro. E, assim, mais do que simples tipógrafos, os pioneiros do livro impresso devem ser tomados como os “inventores do livro moderno”, na medida em que tiveram de buscar elementos para acomodar os códigos editoriais dos manuscritos ao novo suporte, sancionando, assim, muitas das “soluções gráfico-estéticas” que vemos utilizadas até hoje¹⁷³.

Assim, ao contrário do papel e da técnica xilográfica, alguns elementos do livro moderno já estavam presentes nos manuscritos. Dentre eles está o formato do códice. Este servia de suporte para textos desde pelo menos o século III a.C. — a princípio empilhando-se as tábuas enceradas, agrupando-se pedaços de papiro e depois peles (os

¹⁷¹ Katzenstein, *A origem do livro*, pp. 356-414.

¹⁷² Sabe-se que a prensa de rosca era utilizada para esmagar azeitonas e uvas, para a impressão de desenhos em tecidos, para a gravação em encadernações e para a secagem das folhas de papel [McMurtrie, p. 153, Rizzini, p. 78]. A tinta dos primeiros livros era um cozinho de linhaça (óleo de semente de linho) e terebintina (resina vegetal usada para diluição), com adição de corante de origem orgânico ou vegetal, proveniente dos aperfeiçoamentos dos irmãos Van Eyck [Lafaye, p. 26, Rizzini, p. 77].

¹⁷³ Araújo, *A construção do livro*, pp. 45-6.

pergaminhos). Os rolos e os códices coexistem até que, no século IV, os livros na forma que atualmente o conhecemos substituem definitivamente os rolos, que, no entanto, seguem sendo utilizados até hoje em certos documentos caligrafados, como os diplomas. Sabemos que a leitura do rolo na Antiguidade era contínua, que mobilizava o corpo inteiro e que não permitia ao leitor escrever enquanto lia. O códice, impresso ou manuscrito, rompe essa relação com o escrito, pois permite gestos novos como folhear o livro, localizar trechos, indexar ou escrever enquanto se lê. Permite assim uma leitura fragmentada, mas que não deixa de perceber a totalidade da obra, identificada por sua materialidade¹⁷⁴.

Por esse mesmo motivo, vemos que o aspecto estrutural básico do códice manuscrito manteve-se nos primeiros exemplares impressos que apareceram na Europa. Tanto um como outro são compostos de folhas dobradas reunidas em cadernos, o que determina seu formato, os quais são costurados em uma das laterais para se agruparem sob a proteção de uma encadernação. Também não há modificações na maneira de dispor as manchas de texto nas páginas ou nos instrumentos de remissão interna como o uso da paginação e dos índices. O formato do códice, no entanto, sofreu algumas variações ao longo do tempo.

Nos quatro primeiros séculos de sua utilização, os livros eram pequenos, sempre em medidas-padrão que decorriam do empilhar de tábuas e peles. No entanto, os livros de luxo, como acontecia com os rolos (e também nos livros atuais), tinham margens mais largas, para maior conforto na manipulação; daí os formatos terem aumentado conforme os livros se enclausuravam nas bibliotecas dos mosteiros. Posteriormente, com a crescente circulação, diminuíram de tamanho, passando dos formatos in-folio aos in-quarto, e depois aos in-oitavo de Manuzio, em Veneza. Já no século XVII, devido à dificuldade de comercialização do papel, chegaram aos formatos in-duodécimo dos Elzevir, em Flandres¹⁷⁵.

Pode-se dizer que essas variações físicas vinham acompanhadas, desde os últimos séculos dos manuscritos, de uma hierarquia do formato dos códices. Deste modo, por exemplo, o grande in-folio que se põe sobre a mesa era o formato adotado para os livros de estudo; os formatos médios eram usados nas edições dos clássicos antigos copiados

¹⁷⁴ Chartier, *Os desafios da escrita*, p. 30.

¹⁷⁵ Os formatos médios dos volumes de livros eram: in-folio, c. 20 × 28 cm; in-quarto, c. 14 × 20 cm; in-oitavo, c. 10 × 14 cm; in-duodécimo, c. 10 × 9,5 cm. Os formatos dos livros variavam conforme os tamanhos das folhas de papel, que eram, nos séculos XV e XVI, basicamente quatro: Imperial, c. 49 × 74 cm; Real, c. 43 × 62 cm; Mediano, c. 35 × 51 cm; Chancelaria, c. 32 × 45 cm.

desde o início do humanismo, antes mesmo de Gutenberg; o livro pequeno, que caberia no bolso, destinava-se aos livros de preces. Assim, a cultura impressa — e, antes dela, a cultura manuscrita — produziu associações entre formatos, gêneros e leituras, podendo se falar, com Roger Chartier, de “uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra”¹⁷⁶.

2. A difusão de livros na Europa: manuscrito e impresso

Contemporânea do florescimento da Reforma, a imprensa tornou-se uma forte aliada na disseminação rápida e em grande quantidade de livros e folhetos fazendo a propaganda dos pensamentos reformado e do contra-reformado. Por volta de 1530, o livro impresso em papel já era dos mais importantes suportes para o registro da memória, da filosofia, da religião e das belas-letas ocidentais. Nesse princípio, pode-se dizer que o recurso à tipografia servia à circulação de conteúdos tradicionais, para difundir e reforçar as orientações dos Estados e da Igreja, prolongando assim pelo século XVI condições e tendências anteriores, e só muito marginalmente sendo utilizada para a divulgação das obras humanistas.

A Igreja Católica impedia a difusão de obras heréticas já desde o século XIII, sendo numerosos os textos condenados, cuja leitura, cópia ou venda haviam sido proibidos. Com a Reforma, as autoridades eclesiásticas julgaram ainda mais necessário o impedimento da multiplicação dos maus livros. Assim, já em fins do século XV, privilégios autorizavam universidades e dioceses a censurar impressores, editores, autores e leitores de livros perniciosos; padres eram encarregados de examinar livros; e proibía-se, sob pena de excomunhão, que livros fossem publicados se não tivessem a aprovação eclesiástica. Tais intervenções da Igreja em matéria de censura não cessam de se multiplicar no século XVI¹⁷⁷.

Desse modo, conforme afirmam Febvre e Martin, os contemporâneos de Gutenberg viram na reprodução mecânica dos textos apenas uma inovação técnica cômoda, útil sobretudo para a multiplicação dos textos correntes. Assim,

¹⁷⁶ Chartier, *A aventura do livro*, p. 9.

¹⁷⁷ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, p. 79.

Não é de espantar, pois, se o aparecimento da imprensa tem como efeito imediato difundir ainda mais os textos que já haviam tido grande sucesso enquanto manuscritos, mergulhando freqüentemente os outros no esquecimento. [...] A imprensa realizou assim uma obra de amplificação ao mesmo tempo que de seleção¹⁷⁸.

No entanto, é preciso lembrar, antes de tudo, que não vigia então a “liberdade” de imprensa, conquista ilustrada do século XVIII. Se privilégios, licenças, confiscos, índices de livros proibidos, multas, prisões, fogueiras e demais meios de controle e repressão utilizados pelas Igrejas e pelas monarquias não foram suficientes para sufocar a circulação de impressos subversivos, também não facilitaram de maneira imediata, como costumeiramente se afirma, o acesso massivo ao livro. Além de fatores como o analfabetismo e o alto custo do livro, há que se considerar o importante costume oral da época e as bibliotecas cheias de códices manuscritos que coexistiam com os novos veículos impressos: “Tanto o analfabetismo (a alfabetização massiva foi conquistada do século XIX) como o custo do livro (apesar de bem inferior ao do códice manuscrito) foram obstáculos insuperáveis até bem entrado o século XX nas sociedades hispânicas”¹⁷⁹.

Ao pensar a circulação de livros no primeiro século da imprensa, é preciso abandonar a idéia tradicional que associa o impresso a uma vasta difusão, e as suas cópias a produtos destinados a um público livre-pensante, negociados em um mercado, e que por isso toma o manuscrito por sinônimo de uma vontade não-difusionista¹⁸⁰.

Herdeira de um longo costume artístico e erudito, os livros de escrita manuscrita eram objeto de comercialização desde a Antiguidade, como se vê, por exemplo, nesse comentário sobre as funções dos copistas em um documento do século II:

Em geral, aqueles que desejavam ler ou possuir um livro, pediam-no emprestado ao autor ou aos amigos dele, e mandavam seus escravos [escribas] copiarem-no. Quando tinham mais escravos do que necessitavam para seu próprio uso, faziam-nos trabalhar para o público, e vendiam os exemplares de que não precisavam¹⁸¹.

Assim, a cópia manuscrita de livros vinha se estabelecendo de maneira organizada desde a implantação das universidades na Europa do século XIII¹⁸². É nesse momento do surgimento de um novo leitor, portanto, que a manuscritura vence os muros monásticos e passa a integrar uma também nova forma de circulação.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 357.

¹⁷⁹ Lafaye, *Albores de la imprenta*, p. 16 (tradução minha).

¹⁸⁰ Bouza-Álvarez, *Corre manuscrito*, p. 18.

¹⁸¹ Arns, *A Técnica do Livro Segundo São Jerônimo*, p. 70, cf. G. Boissier, *Cicéron et ses amis*.

¹⁸² Sobre o comércio de livros desse período, cf. Febvre & Martin, pp. 21-41; Thompson, pp. 630-46.

Ainda que apoiados no costume do ensino oral e na preponderância do uso da memória, professores e estudantes (sempre clérigos) dos novos centros universitários europeus careciam então de um número mínimo de obras de referência e comentários para o preparo das aulas. As universidades nem sempre conseguiam organizar uma biblioteca que oferecesse livros para consulta em número suficiente e não era fácil ou barato comprar textos copiados. Quando não dispunham de tempo para copiarem eles mesmos os livros, esses letrados recorriam aos copistas profissionais que pouco a pouco se instalaram ao redor das universidades. As oficinas em que esses artesãos copiavam as obras indispensáveis para o trabalho letrado, a baixos preços e no menor tempo possível, rapidamente foram cooptadas pelas autoridades universitárias e, logo, a elas se subordinaram como funcionários, gozando assim de alguns privilégios (como isenção de alguns impostos), mas também submetidos a um rigoroso controle.

Nesse ambiente, organizou-se um eficiente sistema de empréstimos de manuscritos-modelo, verificados e autorizados, a partir dos quais podiam ser feitas cópias em troca de determinada remuneração. Esse método ficou conhecido como sistema de *pecia*, já que, para garantir a agilidade, os livros eram separados em cadernos, copiados cada um por um copista diferente, e depois reunidos formando o exemplar completo da obra. Por meio dele, as universidades mantinham o controle intelectual e econômico sobre a circulação de livros, freando a multiplicação de textos imprecisos ou errados, além da eventual usura dos copistas. Esse sistema de difusão dos textos sobrevive nas universidades européias até ser substituído pela implantação da imprensa em muitas delas.

Combinando o costume oral com a herança arquivística e letrada dos mosteiros, a cultura da cópia manuscrita chega ao século XV de forma bastante forte e arraigada, longe de ser um meio de difusão frágil. Não tomemos, no entanto, as passagens, primeiro do livro monástico para o universitário, nem, mais tarde, deste ao impresso, como imediatas: são esquematizações que ajudam a reconstruir o fluxo das transformações pelas quais os meios de produção e circulação livrescas passaram. Assim, sintetizando esse longo período, pode-se dizer que,

ainda que não os difundisse com a facilidade e na quantidade a que o livro moderno nos acostumou, o livro medieval conservou os conhecimentos, *guardou-os para a Renascença*, hibernou-os nos conventos, e *preparou*, em conseqüência, sem o saber e, em certo sentido, sem o querer, o movimento intelectual que substituiria a tábua medieval de valores. A Renascença não

teria sido possível, no que concerne às obras escritas, se a Idade Média não tivesse possuído esses enormes silos que foram as suas bibliotecas monásticas, universitárias e particulares¹⁸³.

No século XV, a tipografia, *ars scribendi artificialiter* (a “arte de escrever artificialmente”), trouxe, portanto, uma novidade mecânica preparada para reproduzir uma maior quantidade de livros, mais uniformes e mais baratos. E as cifras demonstram que, efetivamente, tratava-se de uma época de florescimento: imprimiam-se, então, tiragens médias de mil a 1500 exemplares, podendo alcançar até 2500 para os livros escolares e litúrgicos, gramáticas, códigos de leis e bíblias¹⁸⁴.

Se tomarmos como fato que a impressão substituiu gradualmente o manuscrito como meio de reproduzir e disseminar textos após a metade do século XV, ainda assim há que se registrar que a cópia manual continuou a ocupar um lugar importante na circulação de vários gêneros de textos. Sabe-se que já entrado o século XVI ainda existiam oficinas onde se copiavam os manuscritos mais procurados, os livros de horas (ou de piedade) e as obras pedagógicas. Além disso, é sabido que a manuscritura predominava em outras categorias de texto, tais como os livros de Corte escritos sob os auspícios de mecenas; os textos de conteúdo político ou religioso suspeito; os pasquins injuriosos; os exercícios de pedagogia; as orações e salmos carregados junto ao corpo com intuito de proteção. Também se tem notícia dos vários tipos de escritores de encomenda, que iam dos escrevedores de cartas, passando pelos copistas de livros universitários, até os escrevões que assistiam aos sermões de famosos pregadores e recolhiam suas palavras para serem levadas à imprensa.

Fernando Bouza-Álvares conta-nos três casos ilustrativos de textos “furtados” pela manuscritura no Século de Ouro espanhol. O primeiro trata de como Melchor de Teves conseguiu, em 1599, furtar um soneto de alguém que não o queria copiado: “Assegura Teves que *‘léisele [el soneto] un par de veces porque no me le quiso dar y por las consonantes le he escrito yo en casa’*”. Outro recorda a figura de Luis Remírez de Haro, “*mancebo grandemente memorioso*” que “*toma de memoria una comedia entera de tres vezes que la oye, sin discrepar um punto em traça y versos*”. O método de Remírez de Haro seria o seguinte: “*Aplica el primer día a la disposición; el segundo a la variedad de la composición; y el tercero a la puntualidad de las coplas*”. Por último, cita historiadores da retórica sagrada, que demonstraram a presença de escrevões

¹⁸³ Martins, *A palavra escrita*, p. 96.

¹⁸⁴ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, pp. 316-7. Vale lembrar que as tiragens médias atuais, no Brasil, ficam em torno dos 3 mil exemplares.

no auditório de famosos pregadores e que, com ou sem autorização, lhes recolhiam as palavras para que fossem impressas. Caso mesmo de Antonio Vieira, o qual informou a Inquisição espanhola, em 1665, que

se têm impressos dois livros de sermões em Castela, por várias cópias mal escritas e tomadas de memória, que andavam em seu nome, com infinitos erros e muitas cousas diminuídas e outras acrescentadas, e todas indigestas, confusas e fora de seu lugar e por palavras não suas, com que tem padecido muito a sua opinião¹⁸⁵.

A presença da manuscritura entre as formas correntes de comunicação fica clara, também, ao se constatar que nem todos os incluídos nas listas de cânones de escritores portugueses ou nos índices de livros proibidos tinham as suas obras publicadas em letra de imprensa. Assim, a circulação manuscrita das obras não era na época um obstáculo à sua valorização, a saber o caso da exclusão de Gil Vicente de algumas dessas listas em que “poderá mesmo dizer-se que a circulação impressa das obras — a qual, no caso de alguns autos vicentinos, alcançara autêntica popularidade através do formato dito de cordel — prejudicava a consagração de um dramaturgo”¹⁸⁶.

Assim, no mundo ocidental do século XVI, o manuscrito circulava de forma relativamente abundante e não se restringia a usos privados ou bibliófilos; a escritura *ad vivum* não era um complemento, mas um concorrente mesmo do impresso, oferecendo inclusive um ágil sistema de cópias profissionalizado. Longe de entrar em imediato retrocesso, o manuscrito sofreu, inclusive, um considerável desenvolvimento¹⁸⁷. Assim é que, em um levantamento sobre as diferentes abordagens possíveis dentro da história do livro, e tratando especificamente da manutenção da escrita manuscrita após a introdução da imprensa na Europa, Roger Chartier conclui que

O traço comum entre essas diferentes modalidades da “comunidade do manuscrito” na época da impressão reside na vontade de subtrair ao acesso público, portanto aos riscos de corrupção ou de profanação, um saber precioso, uma literatura escolhida ou [...] obras perigosas¹⁸⁸.

¹⁸⁵ Bouza-Álvarez, “Cultura escrita e história do livro”, pp. 74-5. Sobre Vieira, cita Frits Smulders in *Vieira Escritor*, M. V. Mendes, M. L. Pires, J. C. Miranda (orgs.), Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

¹⁸⁶ Curto, “A história do livro em Portugal. Uma agenda em aberto”, pp. 16-7.

¹⁸⁷ Bouza-Álvarez, *Corre manuscrito*, pp. 16-7 e 21-2.

¹⁸⁸ Chartier, *Os desafios da escrita*, p. 87.

Muitas vezes, esse meio de difusão dos textos era preferido ao impresso por se ver nesse último um introdutor da apropriação e da reprodução indevidas. Banalizador dos significados dos textos, por afastar os textos letrados da audiência cortesã que sabia como interpretá-los, o livro impresso era considerado, assim, parte de um meio permissivo à circulação descontrolada dos trabalhos. Meio este que era, além disso, considerado um corruptor da integridade dos textos os quais podiam ser distorcidos pelas mãos rústicas dos profissionais envolvidos na sua produção. Por fim, manuscritos eram preferidos aos impressos devido ao temor do envolvimento das belas-lettras nas práticas do comércio, ferindo ainda mais os códigos de etiqueta cortês¹⁸⁹.

Devido a nossa moderna visão de progresso, tendemos a valorizar excessivamente o descobrimento da imprensa e esquecer que existiam bibliotecas inteiras cheias de códices manuscritos que coexistiram com a cultura do impresso. Para ter uma imagem completa do que foi a circulação dos textos no primeiro século da introdução das técnicas de imprensa na Europa é necessário superar o esquematismo que, de um lado, reduz o tipográfico exclusivamente à difusão, assim como as suas cópias a produtos de mercado, e que, do outro, imagina que o manuscrito é sinônimo de uma vontade não-difusionista. Assim, temos algumas das funções dos manuscritos:

O manuscrito em circulação permitia a rápida transmissão de notícias recém-ocorridas; a possibilidade de tirar todo o partido da sua própria raridade frente aos impressos oferecendo-o como presente; a sua capacidade para reescrever-se continuamente adaptando-se, por exemplo, às últimas novidades da corte; o controle do número de cópias e dos presumíveis leitores destas, tão necessário para praticar com cautela a heterodoxia religiosa ou a crítica política¹⁹⁰.

Podia-se, portanto, da circulação manuscrita passar à imprensa obtendo-se então uma difusão mais ampla dos textos que a princípio se queriam fechados sobre si mesmos; e da imprensa seria possível passar à manuscritura quando se buscasse atualizar uma lição de Corte ou de devoção¹⁹¹. Assim, segundo Chartier, “é necessário lembrar quão numerosos são os gêneros e trabalhos antigos que de maneira alguma almejavam um objeto impresso como veículo e um leitor solitário e silencioso como alvo”¹⁹². Nos primeiros tempos da imprensa, “ler em voz alta é, para um autor, colocar um trabalho em circulação, ‘publicá-lo’”¹⁹³. Assim, “no mundo

¹⁸⁹ *Idem*, pp. 21-2.

¹⁹⁰ Bouza-Álvarez, “Cultura escrita e história do livro”, pp. 66-7.

¹⁹¹ Bouza-Álvarez, *Corre manuscrito*, p. 82.

¹⁹² Chartier, *Os desafios da escrita*, pp. 21-2.

¹⁹³ *Idem*, *ibidem*.

Ocidental, antes ou depois da invenção de Gutenberg, publicar um texto não implica necessariamente imprimi-lo”¹⁹⁴.

3. O negócio do livro europeu

A tipografia floresceu, no princípio do século XVI, em Veneza. Refúgio dos sábios gregos depois da queda de Bizâncio, morada de ricos pretendentes a mecenas e provida de eficientes canais de comunicação com o restante da Europa, a cidade logo se tornou centro ideal para a instalação de numerosas casas impressoras e lojas livreiras. Ao contrário de seus antecessores, estes impressores do novo século já não tinham a preocupação de produzir obras que se assemelhassem aos manuscritos anteriores à imprensa. Interessados em reproduzir os títulos clássicos e a produção letrada local, trabalham de maneira cada vez mais autônoma, abrindo caminho para a revitalização de muitas das características físicas dos livros (fontes, formatos, ilustrações) e para a definição das diversas profissões ligadas à produção editorial (impressor, encadernador, livreiro, mercador, editor, revisor, autor).

O equipamento necessário às primitivas oficinas tipográficas não era exageradamente custoso e podia mesmo ser transportado com relativa facilidade: além da prensa, era necessário ter, basicamente, uma caixa com fontes e algumas fôrmas. Assim, desde muito cedo surgiram tipografias ambulantes que seus proprietários levavam para onde um mecenas reclamasse seu trabalho, regressando depois para o local de partida ou seguindo para outro lugar qualquer da Europa. Além disso, os ditos companheiros, artesãos hierarquicamente situados entre o aprendiz e o mestre, quando atingiam certo grau hierárquico dentro das oficinas sem verem oportunidades de ascender à função de mestre, lançavam-se pelas estradas com suas caixas de tipos a tiracolo procurando outras casas tipográficas às quais pudessem se associar e muitas vezes estabeleciam suas próprias bancas.

Todavia, é às oficinas de médio e grande porte que devemos o maior desenvolvimento da arte tipográfica. Nesses casos, estabelecer uma oficina exigia um investimento inicial elevado, não compatível com a função de artesão. Os gastos envolviam:

¹⁹⁴ *Idem, ibidem.*

- a fabricação ou a compra das punções e matrizes;
- a manutenção das prensas e do estoque de papel;
- a locação (arrendamento ou compra) do espaço para instalação da oficina, o qual incluía a residência do mestre-impressor e de sua família (além de alguns dos compositores);
- o pagamento dos salários dos diversos artesãos (do mestre aos aprendizes) e dos revisores especializados para as obras mais dispendiosas (como as em latim).

Além disso, havia os riscos envolvendo:

- o transporte dos livros (por terra, em lombo de mulas, ou por mar, em barcos sem seguro contra naufrágios ou inundações);
- a insegurança da armazenagem (em locais muitas vezes sujeitos a roubos, incêndios ou enchentes);
- os gastos com intermediários comerciais (encarregados da liberação alfandegária ou do fluxo de transporte);
- as negociações com os livreiros (grandes especuladores do câmbio entre moedas);
- os litígios entre sócios ou entre concorrentes;
- além das multas, confiscos, prisões e fogueiras a que estava sujeito o impressor que tinha seu nome estampado no frontispício de obras proibidas.

Para manter seus negócios, os impressores passaram a diversificar suas atividades. Os primeiros tipógrafos eram eruditos preocupados com a vulgarização de obras clássicas e com o desenvolvimento da qualidade material de suas edições, que participavam conjuntamente na elaboração de edições compostas a várias mãos, colaborações entre editores, impressores, financiadores e intelectuais contratados como revisores. Eles foram gradativamente substituídos por empresários interessados na venda lucrativa de sua produção, que atuavam também como vendedores de produtos têxteis (especialmente trapos para o fabrico de papel) ou associavam-se a comerciantes e banqueiros. Com a mudança na natureza dos negócios livreiros, os editores eruditos migraram de volta às Cortes e procuraram os favores de mecenas — muitas vezes ligados ao clero e às diversas ordens religiosas — para imprimir suas obras.

Veja-se o exemplo, posterior no tempo, mas bastante ilustrativo, do mercador de livros português Manuel Dias. Antes mesmo de ser aceito pelas autoridades universitárias de Coimbra, este teve de dar conta de grande investimento para se tornar

livreiro da universidade. No termo de fiança assinado ao tesoureiro do Mosteiro Novo de Santa Clara de Coimbra, que está datado de novembro de 1674, ele hipotecou, além de propriedades urbanas e terras de menor valia, sua “quinta de terra com todas as suas pertenças”, “duas moradas de casas em que mora na rua das Frangas”, “suas impresora com seos caracteres, aualiados e estimados em seis centos mil réis”, “sua loja de liuros encadernados que estima em quatro mil cruzados” e “uma casa de liuros em papel [...] avaliados em tres mil cruzados”¹⁹⁵. Podemos aferir por tais cifras que o negócio tipográfico devia ser mesmo de grande potencial lucrativo, pois que valia tamanho comprometimento inicial.

Portanto, antes da existência do “autor”, a figura plena de direitos sobre sua criação que conhecemos, o século XVI conheceria o “editor” que ganha definição por meio do comércio. A atividade editorial passa a se organizar em torno das livrarias e as funções ligadas à produção dos livros ganham delimitação. Veja-se, por exemplo, os verbos espanhóis usados por Cervantes para designar alguma das diferentes operações na produção livreira: “*tirar* para o impressor, ‘*corregir*’ para os revisores de provas, ‘*componer*’ e ‘*enmendar*’ para os tipógrafos”¹⁹⁶. Pode-se definir ainda *impressor* ou *tipógrafo* como aquele que compunha, imprimia e corrigia os livros na tipografia; *livreiro* como aquele que encadernava as folhas soltas (dobrando-os em cadernos costurados a uma capa, usualmente de couro) e depois fazia as vendas no varejo; *mercador*, aquele que comprava e vendia no atacado, pagava pela tiragem encomendada e ainda negociava a importação e a exportação. Apesar da relativa divisão dos trabalhos, ainda é bastante comum a acumulação de funções editoriais de onde temos, em vários casos, o livreiro-impressor e o livreiro-mercador.

É nesse momento que as Igrejas passam a ser as principais clientes das casas impressoras. Impressores e livreiros passam a fixar-se nas cercanias dos colégios, principalmente dos padres jesuítas, os quais lhes favoreciam os trabalhos imprimindo material para as aulas, manuais para os alunos, além de obras necessárias às missões¹⁹⁷. A partir de 1570, as edições católicas ganham novo fôlego após a decisão do Concílio de Trento de unificar os textos litúrgicos conforme as novas versões revistas. O mapa dos centros editoriais passa a coincidir então com aquele dos grandes centros de poder

¹⁹⁵ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, documentos da Câmara Municipal de Coimbra, p. 46, nota.

¹⁹⁶ Chartier, *Os desafios da escrita*, p. 35, conforme Miguel de Cervantes, *Don Quijote de la Mancha* (São Paulo, Real Academia Española, 2004), cap. LXII, 2ª parte, p. 1031.

¹⁹⁷ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, pp. 264-5.

católico: Roma, Veneza, Antuérpia, Lyon. Nesta última, em 1520, contavam-se oitenta impressores ativos, além de livreiros, fundidores de caracteres, negociantes de papel, fabricantes de tinta e encadernadores trabalhando para fornecer livros para os mais diversos centros, de Frankfurt a Pisa, de Genebra à Espanha e Portugal¹⁹⁸: “É a época em que os grandes livreiros são os da Contra-Reforma — grandes negociantes e humildes servidores da política dos jesuítas”¹⁹⁹.

Nos primeiros tempos da imprensa, qualquer editor podia publicar uma obra, e qualquer outro editor podia fazer nova edição da mesma sem para isso pedir autorização ou oferecer qualquer tipo de participação nas vendas. Esta era uma situação bastante comum — pois que se imprimiam principalmente textos antigos, já conhecidos em manuscritos e que não ofereciam interesse para a concorrência entre impressores —, no entanto logo modificada conforme a demanda por um maior número de exemplares passa a criar seus inconvenientes.

Interessados nas vendas que pagariam pelos investimentos de tempo, conhecimento e material, os editores passam a solicitar privilégios públicos quando empreendem impressões de obras que lhes pareçam comercialmente importantes. Assim, “grande era a tentação para os editores bem-conceituados na Corte, de se servirem de sua boa reputação para obter verdadeiros monopólios e, para o poder público, de favorecer os mais dóceis”²⁰⁰. Em casos como o de Portugal, o controle do monopólio sobre as edições era exercido pela monarquia que concedia os privilégios de venda exclusiva do editor que variavam, em geral, entre 5 e 15 anos, conforme o tempo estimado para a liquidação da tiragem. Este sistema de privilégios normalmente não valia entre os diversos reinos, o que criava a ilusão de garantia, abrindo espaço para as impressões ditas clandestinas²⁰¹.

¹⁹⁸ Guedes, *O livro como tema*, p. 49.

¹⁹⁹ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, p. 232. A Reforma protestante muitas vezes é dada como a grande catapulta da imprensa, com seu furor em vulgarizar a leitura solitária da Bíblia. No entanto, sabe-se que Calvino, como os letrados de seu tempo, sempre manifestou resistência diante da transcrição e posterior publicação impressa de seus sermões. Além disso, os luteranos foram responsáveis também pela destruição de muitas bibliotecas de mosteiros católicos na ânsia de atacar as letras papistas. Só em Turíngia, em 1525, setenta mosteiros foram pilhados e tiveram suas bibliotecas destruídas. Logo voltam atrás, no entanto, e em 1577, por exemplo, um édito dinamarquês proibiu a destruição ou reutilização de livros católicos em papel ou pergaminho. Ver Dahl, pp.143-4, e Chartier, 1998, p. 26.

²⁰⁰ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, pp. 346-8.

²⁰¹ Lafaye, *Albores de la imprenta*, pp. 28-32, Chartier, 1998, pp. 56-7.

Por meio dos documentos da chancelaria real portuguesa tratando dos primeiros impressores do Reino, reunidos por Venâncio Deslandes²⁰², sabe-se, por exemplo, do caso do impressor German Gaillard (conhecido também por Galharde)²⁰³, que obteve o título de oficial impressor da casa real em 14 de fevereiro de 1530, ano em que foi encarregado também de organizar a imprensa do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em carta datada deste dia, o rei D. João III dota o impressor de “todos os privilegios e liberdades de que gozam os meus officyaes mecanicos”²⁰⁴.

Já em 1539, conforme carta de D. João III datada de 17 de março, Gaillard recebeu dez anos de privilégio para a impressão do primeiro livro impresso de que se tem notícia na cidade de Coimbra, o *Repertorio para se acharem as materias no livro Spelho da consciencia. Ho qual pera que se entenda he feyto segundo hordenanças do livro. s. per Tratados. Capítulos: e Parrafos.*, do espanhol André de Li, vertido “em lingoagem portuguez” e com “adições” do também impressor Valentim Fernandes. Mesmo privilégio recebeu para a *Cartilha por onde se ensinavam os meninos*, de D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu, “e outro algum não”. Afixou-se pena de “XX cruzados, e mais perdera a obra a metade para quem ho acusar e a outra para os catiuos”²⁰⁵.

São evidenciados, assim, dois tipos de práticas comerciais do século XVI português. Por meio da associação comercial entre os impressores (Gaillard e Valentim Fernandes), evidencia-se a existência de intercâmbios entre os diversos tipógrafos, os quais obtinham para suas oficinas os privilégios de impressão de obras traduzidas, editadas e impressas também por outros impressores do Reino. E, pelo tipo de pena submetida aos eventuais contrafactores (multa e recolha da tiragem), constata-se que não se impedia o seu regresso ao ofício, mas apenas se estipulava a perda do lucro que teria com a venda da tiragem. Assim, vê-se que não há proteção às obras e aos seus conteúdos e, sim, aos homens de negócio que imprimiam e comercializam os livros.

Vigiados por jurisdições distintas, muitas vezes contraditórias entre si, os editores do século XVI dificilmente escapavam dos rigores da censura²⁰⁶. A esse tempo, a Igreja

²⁰² Venâncio Deslandes (1829-1909), administrador-geral da Imprensa Nacional portuguesa desde 1878, descendente ele mesmo de uma família de impressores franceses que se estabeleceu em Lisboa no século XVII. Conforme Anselmo, “Justificação”, in Deslandes, pp. 9-11.

²⁰³ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pp. 38-41.

²⁰⁴ Categoria de ofícios técnicos que incluía alfaiates, sapateiros, barbeiros, pedreiros, ferreiros, torneiros, carpinteiros, os quais por vezes podem se confundir com expressões hoje ditas artísticas, como no caso de entalhadores, escultores, tecelões, pintores, livreiros e encadernadores. Conforme Serafim Leite, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*, p. 19.

²⁰⁵ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, p. 40.

²⁰⁶ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, p. 234.

Católica já era responsável pela condenação de numerosos textos, cuja leitura, cópia ou venda haviam sido proibidas. Foi já em 1475 que a Universidade de Colônia recebeu do Papa um privilégio que a autorizava a censurar impressores, editores, autores e leitores de livros não-ortodoxos; em Mogúncia, em 1486, dois padres e dois doutores são encarregados de examinar os livros; em 1496, proibia-se, sob pena de excomunhão, que um livro fosse publicado se não tivesse a aprovação eclesiástica. Já em 1501, o Papa Alexandre VI recomendava aos príncipes cristãos que instituíssem sistemas de autorização para as obras tipográficas, de modo que, ao longo do século XVI, estava em vigor em quase todos os reinos cristãos algum tipo de controle das publicações.

Assim, as restrições da Igreja não cessam de se multiplicar: primeiro, proíbe-se a impressão de livros que dissessem respeito a problemas da fé ou que tratassem da autoridade da Igreja sem a autorização da própria; depois, estabelece-se a censura preventiva, proibindo que qualquer livro fosse impresso sem a aprovação eclesiástica. O número de livros proibidos aumenta a tal ritmo que logo se torna necessário compilar índices para recensar os principais deles. Para identificar e depois condenar os responsáveis pelos textos censurados e perseguidos é preciso antes designar-lhes os autores. Assim, “antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas”²⁰⁷.

Os portugueses foram dos mais lentos a agir, apesar de encontrarem-se documentos persecutórios tão cedo como 1451²⁰⁸. No entanto, é só quando D. Henrique ocupa o cargo de inquisidor-geral, em 1539, que a censura passa a ser organizada e que começam a ser publicados os róis dos livros proibidos, sendo o primeiro deles o *Rol dos livros defesos*, de 1551. Quando chamado a ocupar o trono, em 1578, D. Henrique já mandara publicar seis versões do *Index* português (além do *Index Librorum Prohibitorum*, em 1564, promulgado pelo Papa Pio IV depois do Concílio de Trento). A proibição completa das obras impressas sem licença foi decretada por D. Sebastião, em 1576, mediante a criação de uma censura civil sistemática. A partir de então, toda publicação portuguesa passou a necessitar de uma tríplice licença: do Ordinário (pelo bispo local), do Santo Ofício da Inquisição e do Desembargo do Paço (representando a Coroa). A coexistência dessas instâncias de censura mantém-se até o século XVIII

²⁰⁷ Jean Lebrun in Chartier, *A aventura do livro*, p. 23.

²⁰⁸ Alvará em que D. Afonso V ordenou que fossem queimados todos os exemplares das obras de João Huss e de João Velif Gaudio, bem como a prisão e o confisco dos bens daqueles que as possuíssem e não as quisessem entregar. Conforme Guedes, *O livro como tema*, p. 33.

quando é criada a Real Mesa Censória pombalina²⁰⁹. Assim, vale o comentário de Jean Lebrun:

As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo do castigo público inverte a cena da dedicatória. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual²¹⁰.

No outro extremo da produção tipográfica, lembre-se a importância das funções de caráter artesanal ligadas à produção de livros, as quais deviam empregar mais artesãos do que os livreiros e impressores que se registraram para a posteridade na historiografia. A preparação para a impressão de um livro no século XVI tomava, provavelmente, mais tempo que a impressão em si, a começar do tempo investido na fabricação dos próprios instrumentos utilizados nos diversos ofícios tipográficos²¹¹.

Algumas dessas etapas envolvidas no processo de pré e pós-impressão eram fabricar os instrumentos para gravar as punções; gravar a punção de metal; gravar a matriz (batendo a punção contra um bloco de metal); colocar a matriz no molde, preenchê-lo com chumbo e criar os tipos; dar o acabamento aos tipos e colocá-los nas caixas; retirar cada um dos tipos das caixas e arranjá-los no componedor; colocar os espaços para justificar as linhas; transferir as linhas para a galé (bandeja aberta de um dos lados); preencher a galé com as linhas até completar uma página; emoldurar a página na rama (moldura de metal); fixar a rama no cofre da prensa; passar a tinta; colocar o papel úmido na prensa; imprimir usando a pressão; limpar os tipos e recolocá-los nas caixas²¹².

Há que se levar em conta, também, que a maior parte dessas funções dentro do trabalho tipográfico era exercida por artesãos muito pouco instruídos. Se é sabido que, em uma cópia manuscrita produzida nos mosteiros, a mão do escriba podia falhar e acumular erros, nos livros impressos o grande número de tipógrafos analfabetos expunha os textos a riscos ainda maiores de deturpação. Foi assim que, no primeiro século e meio da impressão, os revisores ganharam papel destacado na estruturação

²⁰⁹ Sobre censura, ver: Febvre & Martin, pp. 350-2; Hallewell, pp. 77-8; Guedes, pp. 33-4; Anselmo, 2002, p. 88.

²¹⁰ Jean Lebrun in Chartier, *A aventura do livro*, p. 23.

²¹¹ Katzenstein, *A origem do livro*, pp. 292-4.

²¹² Christophe Plantin, *La premiere et la seconde partie des dialogues françois pour les jeunes enfans*, diálogo IX, 1567, reproduzido por Venâncio Deslandes como apêndice a sua coletânea de documentos portugueses, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pp. 289-97.

final de um texto. Segundo Febvre e Martin, foi mesmo como revisores associados às primeiras tipografias venezianas que os letrados marcaram sua entrada na era dos impressos. Associados aos grandes livreiros-impressores, eles se encarregavam especialmente da tradução dos textos gregos e latinos que inauguraram a produção editorial da época²¹³.

Segundo Chartier, além deste revisor letrado, conhecedor de gramática, teologia, leis, mas que não era tipógrafo e desconhecia as técnicas de impressão, havia também revisores entre os mestres e tipógrafos mais hábeis, quando estes conheciam latim ou, ao menos, liam e escreviam a língua vulgar, e, ainda, um outro tipo de revisor, aquele “ignorante”, que só sabia ler²¹⁴. Em comum, todos tinham os mesmos deveres de profissão. Primeiramente, o revisor devia encontrar os erros tipográficos, conferindo a prova com a leitura em voz alta do original. Também era de sua responsabilidade acrescentar as formas gráficas, as convenções ortográficas e a pontuação (parênteses, letras em itálicos, maiúsculas etc.) e, muita vez, a própria organização do texto (parágrafos, títulos, rubricas etc.), corrigindo ao mesmo tempo os eventuais descuidos do original e os deslizos de composição. Finalmente, devia emendar o texto, censurando-o de acordo com as interdições vigentes e, inclusive, recusar sua publicação caso encontrasse algum conteúdo proibido, tarefa que exigia do revisor o pleno entendimento do conteúdo da obra.

No entanto, esse processo de revisão não era universal e válido para todas as tipografias européias. Nessas antigas oficinas, por exemplo, cada revisor tinha uma maneira de utilizar os padrões ortográficos, o que talvez criasse uma constância dentro de uma mesma tipografia, mas não um padrão para um mesmo autor. Além disso, os revisores intervinham com suas correções em momentos diversos do processo editorial: eles podiam preparar o manuscrito que serviria de original para a composição; podiam conferir as provas das folhas impressas; e ainda revisar e emendar os exemplares já impressos para a preparação de uma errata ou da segunda edição da obra.

Uma comparação com as técnicas editoriais que foram se estabelecendo ao longo dos séculos, e que hoje são as vigentes no mercado editorial, leva a supor que cada um desses momentos deve estar ligado ao trabalho de um dos tipos de revisor elencados por Roger Chartier. Assim, o letrado prepararia o manuscrito, os mestres-tipógrafos

²¹³ Febvre & Martin, *O aparecimento do livro*, pp. 218-9.

²¹⁴ Chartier, *Os desafios da escrita*, pp. 36-7.

procederem à conferência das provas e os revisores que só sabiam ler podiam estar encarregados das últimas leituras buscando apenas erros de composição. Assim, há que se destacar o papel do revisor, fosse pouco ou muito letrado, mestre-tipógrafo ou dono da livraria, daquele do editor-impressor, funções estas que foram sendo mais bem definidas ao longo do primeiro século da impressão.

Sabe-se que os tipógrafos, especialmente os compositores, eram os responsáveis pelo ajuste do texto para que determinadas porções coubessem em cada página impressa. Assim, ele acelerava a composição das páginas montando-as não segundo a ordem numérica, mas pelo lado da folha a ser impresso (é a chamada “imposição”). Operação de alto risco, mas de fundamental importância no processo de impressão, é ainda bastante significativa na apresentação gráfica do texto. Já os editores-impressores exerciam papel essencial na invenção de fórmulas gráficas associando o repertório textual à capacidade produtiva das tipografias. Por fim, copistas, corretores e demais compositores se preocupam em fazer as escolhas em razão dos leitores a que se destinavam as obras e tomam as decisões quanto ao formato, ao papel, aos caracteres, à presença ou não de ilustrações, às subdivisões dos textos etc.²¹⁵

Portanto, há que se levar em conta as várias mãos que intervinham nesses primeiros manuscritos de imprensa: além do copista que o preparou inicialmente, a de um eventual censor, a do revisor, a do compositor e, finalmente, a do editor²¹⁶. Trata-se de encontrar, então, as várias intervenções que dão aos textos impressos suas diferentes formas materiais participando elas também da construção de seus significados. Assim, ainda conforme Chartier:

[...] a produção do texto supõe diferentes etapas, diferentes técnicas, diferentes operações humanas. Entre o gênio do autor e a aptidão do leitor [...], uma multiplicidade de operações define o processo de publicação como um processo colaborativo, no qual a materialidade do texto e a textualidade do objeto não podem ser separadas²¹⁷.

²¹⁵ Chartier, *Os desafios da escrita*, pp. 68 e 75.

²¹⁶ Chartier, *A aventura do livro*, p. 97, e *Os desafios da escrita*, p. 66.

²¹⁷ Chartier, *A aventura do livro*, pp. 34-7, conforme J. Masten, *Language Machines*, Nova York/Londres, Routledge, 1997.

Para Roger Chartier, citando Roger E. Stoddard, “Seja o que quer que façam, os autores não escrevem livros. Os livros não são absolutamente escritos. Eles são fabricados por copistas e outros artífices, por operários e outros técnicos, por prensas e outras máquinas”²¹⁸. Relativizando, afirma que se deve levar sempre em conta o suporte que contém os textos e que não há compreensão de um texto que não passe pelas formas através das quais ele atinge o leitor: “Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras”²¹⁹. Essa multiplicação da produção impressa, no entanto, é logo vista como perigosa. E é também aos editores que caberá desempenhar uma parcela do papel de domesticação da abundância.

4. Os primeiros impressores portugueses

Afirma-se tradicionalmente que a maioria dos primeiros tipógrafos ibéricos era formada de judeus e que estes produziam obras para o mercado hebraico na Península e no exterior. Sobrepondo os mapas das cidades ibéricas do século XVI com (a) sinagoga, (b) colégio ou seminário, (c) bispado ou convento e (d) imprensa, vemos que eles se tocam em vários pontos e, às vezes, são quase coincidentes²²⁰.

Assunto controverso, por muito tempo se afirmou ser Leiria a primeira cidade da Península Ibérica a possuir tipografia, entre 1470 e 1474: esta hipótese afirma que tipógrafos de Nuremberg foram trazidos já em 1465 para implantar a imprensa na Universidade de Coimbra. Atualmente, essa hipótese é praticamente descartada por acreditar-se serem estas primeiras impressões feitas com a técnica da xilogravura²²¹. No entanto, conforme as pesquisas sobre os incunábulo portugueses avançam, não param de aparecer fragmentos ou, ao menos, evidências discursivas da existência de numerosos livros impressos ao longo das duas últimas décadas do Quatrocentos e tão cedo como 1483²²². Vale lembrar que os livros litúrgicos anteriores ao Concílio de Trento entraram em desuso, sendo abandonados, ou mesmo destruídos, razão para não

²¹⁸ *Idem*, p. 17, conforme Roger Stoddard.

²¹⁹ *Idem*, p. 17.

²²⁰ Lafaye, *Albores de la imprenta*, pp. 14-5 e 120-4.

²²¹ Hallewell, *O livro no Brasil*, pp. 75-6.

²²² Anselmo, *Livros e mentalidades*, pp. 29-37, conforme Maria Luisa López-Vidrieiro, Pina Martins e Antonio Odriozola.

nos chegarem mais que seus vestígios²²³. Além disso, a maioria dos documentos da monarquia e dos bispados eram impressos fora de Portugal, em Sevilha e Salamanca, e grande parte dos livros de teologia em latim era importada de Veneza e de Lyon²²⁴.

Buscando uma data para a estréia da tipografia em Portugal²²⁵, toma-se o ano de 1487, quando Samuel Gacon (ou Gáscón, judeu de Languedoc) editou, em Faro, o *Pentateuco*, em caracteres hebraicos. Dois anos depois, Elieser ben Jacob de Toledo (o rabino Elieser Toledano) leva o invento para Lisboa e estampa um comentário do *Pentateuco*. Em 1492, da casa de Abraham d'Ortas, em Leiria, saem três outras obras em caracteres hebraicos. Ainda sob mãos judias, imprime-se em 1494, em Braga, a primeira obra em latim, o *Breviarium Bracarense*, por Johann Gherlinc (ou João Gherline). Em 1495, por ordem da rainha D. Leonor, surgia em Lisboa o primeiro livro em português: a *Vita Christi*, suntuosa edição em quatro volumes, traduzida do latim e dada ao prelo pela associação de Nicolau de Saxônia e Valetim de Morávia (ou Valentim Fernandes).

Todavia, o pesquisador português José V. de Pina Martins divulgou em 1965 a descoberta do incunábulo *Tratado de Confissom*, executado por tipógrafo desconhecido, com cólofon datado de 1489, levando assim a primazia da impressão em língua portuguesa para a cidade de Chaves e antecipando em meia década a impressão do primeiro livro em vernáculo²²⁶. Um impressor de nome Rodrigo Álvares imprimiu também, no Porto, algumas obras em português, dentre elas as *Constituições* do bispado local, a partir de 1497. Atuando já na metade do século XVI, pode-se dizer que a primeira oficina tipográfica portuguesa com longa duração no tempo foi a de Peter van Craesbeeck (ou Pedro Craesbeeck), iniciador de uma dinastia de impressores que se manteria por três gerações e quase um século, responsáveis, dentre outros títulos, por uma edição d'*Os Lusíadas* (privilégio de cinco anos a partir de 1632)²²⁷.

Todos esses nomes confundiam-se conforme os tipógrafos migravam de uma oficina a outra, de uma cidade a outra, de um Reino a outro, ou ainda de uma religião para outra. O estabelecimento das línguas vernáculas em curso na época registrou também qualificativos profissionais vários para esses primeiros impressores. Tome-se os exemplos com o nome de Johann Gherlinc, um dos maiores andarilhos dentre os

²²³ Anselmo, *Livros e mentalidades*, p. 33.

²²⁴ Lafaye, *Albores de la imprenta*, p. 35 (tradução minha).

²²⁵ Sobre tipografia ver: Anselmo, 1997, p. 36; Guedes, p. 30; Hallewell, pp. 75-6; Lafaye, p. 35; McMurtrie, pp. 469-72, nota; Rizzini, p. 87.

²²⁶ Anselmo, *Livros e mentalidades*, p. 30.

²²⁷ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, p. 217.

tipógrafos ibéricos, citado por Artur Anselmo conforme aparecem, ora em latim, ora em catalão, em documentos notariais espanhóis:

- 1486: Iohannes Gherlinc, empremtator librorum, de Alamania;
- 1487: Iohannes Gherlinc, empremtator librotum, habitator Barchinone;
- 1488: Iohannes Garlinch, magister de stampa, civis, habitator Barchinone;
- 1489: Mestre Johan Garlinch, mestre de stampa, alamanay;
- 1489: Mestre Joan Garlinch, mestre de letra de stampa, de alemany;
- 1490: Iohannes Gherlinc, empremtator librorum²²⁸.

“Andarilhos impenitentes, farejando negócios por toda a Península Ibérica”²²⁹, ou apenas migrantes perseguidos por suas crenças, esses impressores agregavam aos seus nomes apelidos derivados das cidades de origem, das outras regiões da Europa por onde tinham passado, das cidades de onde acabavam de chegar, de associações comerciais anteriores ou, ainda, novos sobrenomes adotados por força da conversão. O vazio criado nas oficinas de imprensa pela perseguição contra marranos e conversos favoreceu a imigração de impressores e livreiros de outras regiões da Europa, também eles, em sua maioria, judeus, mas sem capital.

Segundo o estudioso português Tito de Noronha, dos prelos portugueses do século XVI saíram 900 edições. Destas, 831 saíram de Lisboa, Coimbra e Évora, respectivamente os maiores centros impressores de Portugal. De Lisboa saíram 503 títulos, seguido de Coimbra com 282 títulos e de Évora com 46. Das 900 edições, 406 eram de obras de teologia e 101 de história e viagens, conforme dados sugeridos pelo autor, numa divisão que não deve ser tomada à risca já que os livros ditos “de viagem”, por exemplo, poderiam ser tão-somente compilações de relatos de padres missionários, o que se poderia tomar também como textos produzidos dentro do ambiente religioso. Ainda, 540 do total de edições foram escritos em português, 270 em latim e 90 em castelhano. Aparecem nessas obras caracteres gregos e “notas musicais móveis”, mostrando a atualidade da técnica tipográfica portuguesa em relação à europeia em geral.

Muitas dessas obras tiveram várias edições: o *Manual de Confessores*, dado como anônimo, mas com ampliação sob a autorização do dr. Martín de Azpilcueta Navarro, teve dez edições em português e castelhano; as *Cartas do Japão* tiveram onze edições também em português e castelhano; dentre as obras que não tratavam de temas

²²⁸ Anselmo, 1997, p. 41, conforme Madurell & Rubió, *Documentos para la historia de la imprenta y librería en Barcelona, 1474-1553*, 1955.

²²⁹ Anselmo, *Livros e mentalidades*, p. 37.

teológicos, apenas os *Lusíadas* e as *Ordenações do Reino* forma reimpressas²³⁰. No entanto, na maior parte dos casos, as obras impressas eram feitas por encomenda de “pessoas alheias ao commercio dos livros”, isto é, reis, rainhas, autoridades eclesiásticas — além das *Regras* das Ordens e das *Ordenações do Reino* —, títulos estes que provavelmente não eram postos à venda²³¹.

Segundo Artur Anselmo, assim como a produção dos livros judaicos se passava “no interior de suas comunidades mais numerosas e prósperas (Faro, Lisboa e Leiria), com recursos financeiros próprios”, também acontecia de as edições católicas, na maior parte dos casos, serem custeadas ora pelas “autoridades eclesiásticas, ora pela Coroa, pelo processo corrente das encomendas a prazo”. Assim, Guerlinc imprimia para o arcebispado de Braga; Rodrigo Álvares, para o bispo do Porto; Nicolau da Saxônia, para a Coroa e para os arcebispos de Compostela e de Braga; V. Fernandes imprimia para a Casa Real e para o bispo de Lisboa; Abraão d’Ortas, para a Coroa²³².

Era sob a forma de mecenato que se promovia a maior parte das edições de livros portugueses e, portanto, eram as fortunas particulares, ainda sem ligação com meios de produção, que serviam de apoio aos impressores. Segundo Sousa Viterbo, isso explica, no caso português, o relevo assumido pela imprensa hebraica nos primeiros anos da atividade tipográfica, “facto ainda mais saliente se tivermos presente que o uso da língua hebraica era contrariado por disposições legais explícitas, nomeadamente no campo judicial”²³³.

Sem um comércio livreiro interno estável, Portugal mantinha inclusive leis permissivas à importação de livros. Vide, por exemplo, os “livros de forma” impressos fora do Reino serem isentos de impostos, conforme constante do alvará do rei D. Manuel, de 10 de janeiro de 1511: “Privylegio pera que se nom pague dizima nem sisa de todollos liuros de forma que vierem de fora etc.”²³⁴. Cabe, portanto, a constatação de Jacques Lafaye quanto à “debilidade da constituição da imprensa” na Península Ibérica “que desde o início e durante todo o século XVI e depois, esteve em mãos de fatores estrangeiros”²³⁵.

²³⁰ Noronha, *A imprensa portuguesa durante o século XVI*, pp. 11-5.

²³¹ *Idem*, pp. 36-7.

²³² Anselmo, *Origens da imprensa em Portugal*, p. 335.

²³³ *Idem*, p. 334, conforme Sousa Viterbo, “Ocorrências da vida judaica”, *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, v. 2, 1904, pp. 182-5.

²³⁴ Noronha, *A imprensa portuguesa durante o século XVI*, pp. 37-8.

²³⁵ Lafaye, *Albores de la imprenta*, pp. 33-4 (tradução minha).

5. A impressão das cartas jesuíticas no século XVI

Pode-se aferir o modo como funcionava a imprensa da Universidade de Coimbra, muitas vezes o primeiro centro de destino das cartas dos jesuítas na América, a partir do estudo dos documentos da chancelaria real portuguesa coligidos por Venâncio Deslandes. Em 1539, por exemplo, D. João III, por meio de carta datada de 5 de julho, concedeu aos livreiros desta universidade os mesmos privilégios de que gozavam seus estudantes e oficiais, desde que mantivessem suficiente número de livros de ciências em suas bancas. Estabeleceu neste mesmo documento a maneira pela qual a Universidade faria o controle do comércio de livros nas suas dependências:

E pera se saber se tem copia dos ditos liuros serem exsaminados pelo Reytor e conselho da dita Universitydade, e achando que hos tem hos mandarão asentar na matricula e lhe sera dada certydão, feyta pelo bedell e asynada pelo Reytor e conselho, de como hos recebem por liureyros da dita Universitydade [...]. E o dito Reytor e conselho terão lembrança, de dous em dous annos ou em hos tempos que lhe bem parecer, de mandarem prouer as tendas dos ditos liureyros se tem liuros em abastança pera deverem gozar dos ditos priuilegios [...]²³⁶.

Esse sistema de fiscalização contínua do trabalho dos livreiros assemelhava-se ainda com o modelo das universidades medievais. Todavia, antes mesmo de serem aceitos pelas autoridades universitárias, os comerciantes de livros portugueses tinham de dar conta de grande investimento para se tornarem livreiros universitários, como viu-se anteriormente no caso do mercador de livros Manuel Dias.

Em uma nota de Deslandes a esses documentos ficamos sabendo da existência de um folheto impresso em Coimbra em 1541 — “Vimos e tivemos em nossa mão um opúsculo” — intitulado *Descripõem e debuxo do moesteyro de Sancta Cruz de Coimbra*, contendo “as mais curiosas noticias historico-descriptivas do real cenobio, e, entre ellas, a das *cazas de stãpar*”, do qual reproduz este dentre outros trechos:

Sobre a outra quadra desta claustra da manga côtra o meyo dia estam as casas de stãpar, onde os religiosos por sua recreaçã e exercicio imprimẽ algũas boas & santas obras, pa o que lhe fez merce o dito senhor Rey dom Joã nosso senhor de caracteres & matrizes do grego & latim, de seis ou sete sortes. s. do aldo, do griphe & dos outros mais esmerados que ao presente ha em o mundo, todo muy perfeyto com suas luminaturas, maiusculas, & abreuaturas, moldes & cõ todo o mais que cõpre aa perfeytã deste subtilissimo ãgenho. Em estas casas sem nhã pessoa secular ajudar aos religiosos ahũs uereis como se exercitã em o officio de cõpoedores, distribuidores, outros em o de

²³⁶ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, p. 47.

correytores, outros em batidores, outros em tiradores, & todos ã silencio obseruantissimos guardadores²³⁷.

Assim, sabe-se que não só os cõnegos de Coimbra podiam eles mesmos operar o prelo, sem a ajuda de impressores ou qualquer outro ajudante laico, como realizavam todas as funções de impressão e montagem dos livros. Vê-se também que dispunham de fontes as mais modernas (as de Aldo Manuzio desenhadas por Francesco Griffo, inspiradas na caligrafia de Petrarca) já na década de 1540, apesar de manterem ainda as disposições dos livros manuscritos como capitulares e iluminuras.

Segundo estudos do português Sousa Viterbo, German Galharde foi o impressor responsável pela instalação da prensa do mosteiro de Santa Cruz, em 1530, e aí teria imprimido diversas obras, quase sempre em caracteres góticos. No entanto, em 1532 já se achava de volta em Lisboa, onde parece ter se instalado definitivamente²³⁸. Segundo relatos feitos no século XIX, também a partir de documentos da chancelaria portuguesa, desta vez pelo estudioso português Tito Noronha, em 1534 os cõnegos de Sancta Cruz constavam entre os listados como impressos do Reino. Segundo este estudioso, eles foram responsáveis por dar à prensa pelo menos quinze títulos²³⁹.

Apesar da autonomia técnica, a imprensa instalada no mosteiro contava desde o princípio com impressores com privilégio real que atuavam como tipógrafos de outras obras, adquirindo inclusive privilégios para alguns títulos. Sabe-se que a tipografia da Universidade de Coimbra foi licenciada por meio de privilégio real aos impressores João Barreira e João Álvares, em carta de D. João III datada de março de 1548, na qual também estipulava os doze mil réis de ordenado anual.

O português João Álvares, pai de um deputado do Santo Ofício da Inquisição, fora encarregado pelas autoridades universitárias de Coimbra, já em 1542, de receber, inventariar e avaliar o material tipográfico cedido pelo rei à universidade. Já João Barreiras, um dos mais célebres tipógrafos do século XVI português, detinha privilégios para impressão de vários “livros compostos e outros emendados de erros e cousas desonestas” saídos das penas dos padres do Colégio das Artes e da Universidade de Coimbra, além dos volumes *Sobre S. Mateus contra as erezias*, do próprio bispo, e de obras “de logica como de filosofia e outras de verso ou proza e algũas orações e grosas

²³⁷ *Idem*, p. 40.

²³⁸ Viterbo, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*, pp. 8 e 116.

²³⁹ Noronha, *A imprensa portuguesa durante o século XVI*, pp. 18-20.

e comedias acomodadas com o espaço necessario pera os ouvintes poderem grosar”²⁴⁰. Segundo anotações de Serafim Leite, vê-se que a obra *Copia de unas cartas...*, contendo quatro cartas dos padres da América, foi já impressa por João Álvares, em 13 de dezembro de 1555²⁴¹.

O termo de fiança para os dois tipógrafos, João Álvares e João Barreiras, só foi expedido em 1560 e dele constavam, além dos fiadores, o material tipográfico e as responsabilidades que caberiam a cada um dos impressores. Assim, tinham arrendadas da fazenda da Universidade duas prensas, doze caixas de letras, 714 letras de estanho para títulos e catorze quintais de estanho para a fundição de tipos. Destes itens, cabia a João Álvares uma prensa, oito caixas de letras e as 714 letras de estanho para títulos, além de dez quintais de estanho. João Barreira ficava com a outra prensa, quatro caixas de letras e cinco arrobas de estanho. Fiéis depositários da Universidade, eles se comprometiam a entregar esses itens — além dos “dous quintaes e tres arrobas destanho que falta para comprimento das catorze arrobas (quintaes) que lhes foram entregues” — a qualquer momento que fossem requeridos²⁴². Estes foram certamente os impressores das obras jesuíticas impressas em Portugal até 1586 — e depois até 1599, por António de Mariz, genro de João Álvares, circunstância que mostra um dos fatos mais freqüentes na tipografia europeia: a transmissão do ofício e das respectivas regalias profissionais entre membros da mesma família²⁴³.

Segundo Sousa Viterbo, João de Barreira foi impressor da Companhia de Jesus em Portugal independentemente de seu sócio, embora não ostentasse este título, nem fosse o único preferido dos padres. Já na segunda metade do século XVI, o alvará de 4 (ou 14) de setembro de 1567 de D. Sebastião (na verdade, o cardeal Infante D. Henrique, regente até 1568) lhe dá a exclusividade para impressão e importação dos livros que se acordara imprimir aos jesuítas, como se vê:

Eu El Rey faço saber aos que este Aluara virem: que Ioão da Barreira Imprimidor na Vniuersidade da cidade de Coimbra, me enuiuou dizer per sua pitição, que os Padres do collegio das Artes & humanidades da dita cidade, tem algũs liuros compostos, & outros emẽdados de erros & cousas

²⁴⁰ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, p. 58.

²⁴¹ *Cartas*, vol. II, Introdução Geral, p. 80*.

²⁴² *Idem*, pp. 53-4.

²⁴³ *Idem*, pp. 52 ss.

deshonestas. Os quaes deixaram ate hora de ler, por não auer quem os quisesse imprimir & fazer despesa pera isso necessaria. E que por elle concertado com os ditos Padres, pera auer de imprimir todas as obras necessárias assi de Logica, como de Philosophia, & outras de verso, ou prosa & algũas orações, & grosas & Comedias acomodadas com o espaço necessario pera os ouuintes poderem grosar. A qual impressã era cousa de muyto custo, e em que elle receberia muyta perda se outrem se entremettesse a imprimir algũa das ditas obras. Me pedia por merce, que ouuesse por bẽ, que todas as obras que os ditos Padres lhe mandassem imprimir, com licẽça, as não podesse pessoa algũa imprimir, nem trazer de fora do Reyno imprimidas, polo tempo & com as penas que me bem parecessem.

E visto seu requerimento: & por lhe fazer merce, ey por bem que pessoa algũa de qualquer qualidade que seja, não possa imprimir em meus reynos & senhorios as obras que os ditos padres lhe mandarem imprimir, com licença: na maneira que acima he dito, nem mandalas impremir fora delles. Nem as possa trazer de fora do reyno a vender nelles: & isto por tempo de oyto annos, que começaram da feytura deste, sob pena de trinta cruzados, a metade pera os catiuos, & a outra metade pera quem os accusar & de perder pera o dito Ioam da Barreyra todas as ditas obras ou vender em meus Reynos & senhorios.²⁴⁴

Sabe-se que a Universidade de Coimbra mantinha também, desde 1549, o officio de “correitor da impressão”. Foi provido no cargo, pela primeira vez, em 1554, o licenciado Fernão d’Oliveira, clérigo de missa, “pera que vise e emendase e prove-se toda a escretura que se ouuese de imprimir” na tipografia da Universidade, com o ordenado anual de vinte mil réis (ganhara doze mil desde 1549). Como o revisor tivesse sido preso pela Inquisição, passou o officio, em 1555, para Cristóvão Nunes, lente do Colégio das Artes, com ordenado de doze mil réis ao ano, e deste, em 1557, para Sebastião Stochamer, recebendo vinte mil réis anuais²⁴⁵.

Já a supervisão do material de imprensa ficava sob os cuidados de Fernão Lopes de Castanheda, bedel do Colégio das Artes, bibliotecário da Universidade de Coimbra e, desde 1548, guarda e depositário do material da imprensa “que vallem sette centos e

²⁴⁴ Viterbo, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*, pp. 156-7.

²⁴⁵ Anselmo, *Livros e mentalidades*, p. 79, conforme Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pp. 83-6.

sesenta e tantos mil rrs”. Pelo exercício dessas funções recebia 10 mil réis de ordenado anual. Assim, para cuidar da livraria, ele tinha de:

abrir a porta della cada dia duas uezes e de cada hũa dellas ade estar aberta duas horas, e pera se na liuraria não fazer o que se faz em outras, que he arancarensse folhas dos liuros, riscarênos, he necesareo estar elle prezente de cada vez, ou ter hum homem que olhe por isso, o hasi o de ter os liuros limpos para que não emuelheção e desempoados pera que se não comão do bicho²⁴⁶.

No cuidado com a imprensa recebera sob sua responsabilidade todo o controle do trânsito dos materiais entre seu local de depósito e a casa onde estava instalada a imprensa. Uma de suas funções era a supervisão da tarefa de limpeza dos tipos: “e mais ade de mandar lauar com decoada muytas uezes as muytas figuras de metal que há na impressão, por que se asi não fizer criarão tanto azinhaure que se danarão em breue tempo”²⁴⁷.

Como se vê, os padres jesuítas eram muito ciosos dos livros que davam ao prelo. A publicação de livros com coletâneas de cartas dos padres era controlada desde a constituição da Companhia de Jesus, como se vê no texto das suas *Constituições*:

Não se admitam diferenças de doutrina, nem de viva-voz, nas pregações ou lições públicas, nem nos livros, que aliás não se poderão publicar sem a aprovação e licença do Superior Geral. Este fã-los-á examinar ao menos por três pessoas de doutrina segura e juízo claro sobre a matéria em questão.²⁴⁸

Dentre as edições listadas por Serafim Leite, separou-se as que imprimiram cartas dos jesuítas da América portuguesa até o ano de 1563, limite deste estudo. Aceita-se a pesquisa e a descrição dos exemplares feitas pelo organizador das cartas e toma-se como fiel sua consulta aos acervos. Assim, de suas listagens de edições das cartas se reproduzem o título (geralmente parcial) da obra, o nome do tipógrafo e a data de impressão, quando as deu Serafim Leite, os privilégios e licenças, a quantidade de cartas americanas e o exemplar consultado pelo pesquisador. Tem-se, desse modo, os seguintes dez títulos²⁴⁹:

²⁴⁶ Deslandes, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, pp. 61-2.

²⁴⁷ *Idem*, p. 62.

²⁴⁸ *Constituições*, 3ª parte, parágrafo 273.

²⁴⁹ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, pp. 69-73; vol. II, Introdução Geral, pp. 79*-81*.

- *Copia de unas cartas... Tresladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de M.D.LI.* Impresso provavelmente no primeiro semestre de 1552. Serafim Leite informa que este título foi impresso junto com a coletânea de cartas da Ásia cujo cólofon atribui a impressão à tipografia de João Barreira e João Álvares, em Coimbra. Contém a tradução castelhana de seis cartas. Serafim Leite consultou o exemplar único da Biblioteca Nacional de Lisboa.
- *Avisi particolari delle Indie di Portogallo*, Roma, impresso por Valerio Dorico & Luigi/ Fratelli Bressani, às expensas do genovês de Rossi M. Batista, em 1552. Contém a tradução italiana das seis cartas do título anterior. Há exemplares na Biblioteca Vaticana e em Bruxelas, de onde veio a cópia do Arquivo da Companhia de Jesus em Portugal consultada por Serafim Leite.
- *Novi Avisi di piu lochi de l'India et massime de Brasil*, Roma, por Antonio Blado Stampatore/ Apostolico, às expensas do genovês de Rossi M. Batista, 1553. Traz a tradução italiana de oito cartas americanas. Serafim Leite consultou o exemplar do Instituto Espanhol de Roma.
- *Copia de unas cartas...*, por João Álvares, 13 de dezembro de 1555. Contém quatro cartas. Exemplares nas Bibliotecas de Évora e de Lisboa, nesta o consultado por Serafim Leite.
- *Copia de diversas cartas...*, com privilégio, vendidas em Casa de Claudio Bornat, livreiro em Barcelona, 1556. Contém as mesmas quatro cartas da edição anterior. Serafim Leite não informa o exemplar consultado.
- *Avisi particolari dell'Indie di Portogallo*, Roma, Companhia de Jesus, 1557. Contém quatro cartas.
- *Diversi avisi particolari dall'Indie di Portogallo*, Veneza, por Michele Tramezzino, com privilégio do Papa Júlio III e do Senado Vêneto. Há duas edições em Bruxelas, uma datada de 1559 e, outra, de 1565. Contém a tradução do castelhano para o italiano de 22 cartas. Serafim Leite consultou exemplar da Cúria Romana.
- *Copia de diversas cartas*, reedição da *Copia* de 1556, incluída como parte final da *Historia de las Cosas de Ethiopia*, de Francisco Álvares, capelão

de D. Manuel. Impresso em Saragoça, em 12 de dezembro de 1561. Contém as mesmas quatro cópias da edição original de 1556.

- *Nuovi Avisi dell'Indie di Portogallo*, Veneza, por Michele Tramezzino, com privilégio do Papa Júlio III e do Senado Vêneto, 1562. Contém dez cartas. Exemplar consultado na Cúria Romana.
- *Nuovi Avisi delle Indie di Portogallo*, Veneza, por Michele Tramezzino, com privilégio do Papa Paulo IV e do Senado Vêneto, 1565. Contém seis cartas.

Nesse sentido, sempre confiando nas anotações de Serafim Leite, segue-se o inventário dos indícios dessas edições colhidos na leitura das cartas. Vê-se que a carta de Nóbrega de 10 de agosto de 1549, escrita aproximadamente seis meses depois de sua chegada à Bahia, foi publicada pela primeira vez em 1552, vertida para o italiano, em *Avisi Particolari delle Indie di Portogallo*.

Em 1º de dezembro de 1551, seguiu carta de Portugal para Roma com a cópia de algumas cartas vertidas para o espanhol, as quais esperavam imprimir. Sendo 3 de julho de 1552 a data do prefácio da edição italiana (exemplar na Biblioteca Vaticana), pode-se concluir que a edição da obra *Copia de unas cartas... Tresladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de M.D.LI* (o original, sem data ou local de publicação nem impressor, da Biblioteca Nacional de Lisboa, data todas as cartas de 8 de agosto de 1551, provável data de recebimento em Portugal), contendo a tradução castelhana de seis cartas — duas de Nóbrega, uma de António Pires, uma de Afonso Brás, uma de Juan de Azpilcueta e uma de Leonardo Nunes — ocorreu em algum momento do segundo semestre de 1551, portanto, pouco mais de dois anos depois de enviadas. A edição italiana, além dessas seis cartas, traz ainda a carta de Nóbrega de 10 de agosto de 1549.

António Blázquez, escrevendo de Porto Seguro, menciona as cartas impressas: “*Las nuevas desta tierra no las scrivo porque son las mesmas que stán en las cartas emprimidas que de acá mandaron*”²⁵⁰. Tratava-se provavelmente da edição de *Copia de unas cartas...*, saída da oficina de João Barreira e João Álvares, em 1551, que o padre pode ter folheado antes de embarcar para a América, em maio de 1553. Segundo informações de Serafim Leite, essas coletâneas de cartas, assim como as gramáticas,

²⁵⁰ *Cartas*, vol. II, carta 15, p. 59.

vocabulários e catecismos que se imprimiam no Reino serviam para os missionários “poderem estudar enquanto esperassem embarcação em Lisboa e durante a longa viagem”²⁵¹.

O padre Nóbrega, em sua carta de 9 de agosto de 1549, apenas seis meses depois de chegar à Bahia, pedia novas das outras Colônias: “Folgariamos de ver novas de Congo; mande-no-las V. R.”²⁵². Em carta de 13 de setembro de 1551, escrita de Pernambuco²⁵³, ele agradece as cartas recebidas e logo passa a referir-se à Índia, o que leva a crer que eram de lá as novas que chegaram — além de nos ampararmos em nota de Serafim Leite, que afirma que algumas cartas recebidas em 1550 da Índia foram impressas nesse mesmo ano em Coimbra. Resta saber se chegaram a Pernambuco já editadas em livro ou ainda em cópias manuscritas.

Já a primeira carta Quadrimestre escrita da América que chegou até nós, versando sobre o período de maio a setembro de 1554, pela pena do então irmão José de Anchieta, foi tomada em sua versão latina nesta edição de Serafim Leite. Mesmo tendo sido escrita muito provavelmente em espanhol e de ter, quase certamente, partido da América com versões para o português e o latim, o original escolhido por Serafim Leite foi o mesmo tomado pelo padre Juan Alfonso de Polanco em seu *Chronicon* da Companhia de Jesus. Esta versão, se aceitas as descrições de Serafim Leite, encontra-se redigida por duas mãos, com sublinhados e sinais marginais de Polanco. Além disso, Serafim Leite reconhece nela algumas interpolações das edições impressas da carta, já que ela foi publicada, em versões resumidas e traduzidas, em Lisboa em 1555, em Barcelona no ano seguinte e em Saragoça em 1561 (no Rio de Janeiro viria a ser publicada mais de trezentos anos depois, em 1876), todas elas ditas como cotejadas por Serafim Leite. Assim, observa na edição espanhola de 1555, por exemplo, o acréscimo do nome do padre Juan de Azpilcueta como responsável por uma dita viagem ao interior da província que, no entanto, foi realizada pelo irmão Pero Correia²⁵⁴.

A Quadrimestre de setembro a dezembro de 1554, acrescida da Trimestral que a seguiu (de janeiro a março de 1555), enviadas de São Vicente porque escritas por Anchieta, foi logo impressa na Europa, como aconteceu com grande parte das demais cartas desse tipo. Editadas e traduzidas, e assim resumidas, foram publicadas em Lisboa no ano de 1555, em Barcelona em 1556, em Roma em 1557 e em Veneza em 1559.

²⁵¹ *Cartas*, vol. II, Introdução Geral, p. 52*.

²⁵² *Cartas*, vol. I, carta 7, p. 130.

²⁵³ *Cartas*, vol. I, carta 36, p. 288.

²⁵⁴ *Cartas*, vol. II, carta 22, p. 117.

Conforme vê-se nas notas de Serafim Leite, o cotejo com essas edições mostrou que a carta original sofreu cortes que recaíram especialmente sobre a prolixidade na adjetivação da narrativa da morte dos irmãos Pero Correia e João de Sousa e das citações bíblicas mais longas. Também corrige muitas vezes o latim e troca os pronomes “nós” por “vós”²⁵⁵.

A carta em latim escrita por José de Anchieta em 31 de maio de 1560 para o Geral Diego Laynes, em Roma, foi logo impressa no livro *Nuovi Avisi dell’Indie di Portogallo*, traduzida para o italiano, em Veneza, em 1562. O início desta carta — que é uma longa descrição da terra americana, principalmente da fauna — já traz a marca da escrita para satisfazer a curiosidade geral, ou seja, textos que eram divulgados fora da Companhia de Jesus: “(para atender à devoção e desejos de muitos) queria que se escrevesse sobre as coisas de cá, dignas de admiração ou desconhecidas nessa parte do mundo”²⁵⁶. Outra indicação da circulação dessas cartas é a que demonstra que esses relatos corriam pela própria América. Por exemplo, ao tratar dos diversos tipos de veados encontrados pelos sertões americanos, Anchieta deixa de contar sobre as lhamas pois “delas tratam as crônicas do Peru, que correm em espanhol”²⁵⁷.

Em anotações de Serafim Leite à outra carta de Anchieta, de São Vicente em 30 de julho de 1561 ao Geral Laynes, em Roma, vê-se algumas indicações para a impressão em livros das cartas dos padres missionários. O organizador transcreve do original da carta que consultou no Arquivo Romano da Companhia de Jesus as diversas anotações arquivísticas manuscritas deixadas no documento, sem identificar os responsáveis por elas, e, entre elas, uma que interessa particularmente por tratar de indicações para a impressão:

*Esta devía seguir y porse [sic] sucessive, después de la que se escribe de la Baya; y etiam advertirse que en la impresión o estampa, las letras del Brasil devían porse [sic] sobre sy y separadas de las letras de las Indias, por ser tierra mui distante y diversa della, y outra impresa mui diferente*²⁵⁸.

De fato, a carta foi impressa em *Nuovi Avisi delle Indie di Portogallo*, em Veneza, em 1565. Segundo descrição de Serafim Leite, esta edição separava as cartas das

²⁵⁵ *Cartas*, vol. II, carta 32, pp. 173-209.

²⁵⁶ *Cartas*, vol. III, carta 34, 31/5/1560, pp. 202-36, tradução para o português de Serafim Leite no Apêndice I, pp. i-xvii.

²⁵⁷ *Idem*, Apêndice I, p. xii.

²⁵⁸ *Cartas*, vol. III, carta 53, p. 367.

colônias portuguesas em partes distintas: (1) Oriente (até f. 161r): Japão, Índia e Molucas, e (2) Brasil (a partir do f. 161v até o fim do livro no f. 189v)²⁵⁹.

Nesta mesma obra foi publicada a carta de notícias gerais ao Geral que António Blázquez escreveu na Bahia em 1º de setembro de 1561. No entanto, a edição impressa não levou em conta que a esta carta o próprio Blázquez interpusera outras duas cartas que António Rodrigues escrevera de Bom Jesus, uma das aldeias próximas à Bahia, em agosto de 1561. Blázquez as traduziu para o espanhol e as inseriu em meio a sua narração no trecho em que dá notícias dessa aldeia²⁶⁰. Ainda sobre esta carta geral de Blázquez, Serafim Leite informa que o texto consultado no Arquivo Romano da Companhia de Jesus estava escrita com “ortografia extremamente irregular e muitas palavras portuguesas e portuguesismos”²⁶¹. A irregularidade da ortografia e a pouca acurácia da linguagem talvez sejam decorrência da doença que acometeu o irmão Blázquez por volta do dia 22 de setembro. Por esse motivo talvez não tenha podido dar à redação da carta a atenção corriqueira, ou não tenha tido tempo para rever sua escritura antes de a carta ser enviada ou, por fim, pode-se supor que estas eram suas anotações, feitas ao longo dos últimos meses, e que não tenha podido lhes dar uma redação final. O que se sabe, no entanto, é que por causa do estado de saúde precário não pôde terminar de redigir a carta — como vem nela anotado: “*Esta carta de acima hé do P.^e Antonio Blasquez e non a pude acabar por adoecer y acabou por elle o P.^e Leonardo, que hé a que se segue nesta folha*”²⁶². Assim, ao final da carta de Blázquez ainda foi anexada a carta de Leonardo do Vale de 23 de setembro de 1561²⁶³. Segundo anotações de Serafim Leite, a impressão que se fez em 1565, no entanto, não distinguiu esses três remetentes, desconsiderando as anotações deixadas no próprio texto das cartas e a assinatura autógrafa do padre Leonardo do Vale.

6. A imprensa na América

²⁵⁹ *Cartas*, vol. III, Introdução Geral, p. 108*.

²⁶⁰ *Cartas*, vol. III, cartas 55 e 56, pp. 385-90.

²⁶¹ *Cartas*, vol. III, carta 58, p. 395.

²⁶² *Cartas*, vol. III, carta 58, p. 427.

²⁶³ *Cartas*, vol. III, carta 61, pp. 435-51.

Inovação tecnológica de meados do século XV, dez anos depois da *Bíblia de 42 linhas* impressa por Gutenberg, mais de noventa cidades européias já contavam com oficinas tipográficas instaladas e funcionando. Ao fim do século XVI, a imprensa já se difundira não só nos quatro cantos da Europa como pelos demais continentes — só as possessões ibéricas de então abrangiam territórios onde hoje estão regiões da Itália, dos Países Baixos e da Bélgica, além da maior parte do continente americano, das ilhas do Caribe, parte da Oceania, Japão, China e Índia. Em todas essas regiões do mundo “apareceram muito cedo, primeiro, o livro como produto importado, e, logo, a nova invenção: a imprensa”²⁶⁴.

Um dos fatos mais interessantes na história da imprensa é que, menos de um século após a sua estréia européia, já se praticava em um continente cuja existência era praticamente desconhecida havia cinquenta anos. Pelo menos nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa e espanhola a tipografia foi a auxiliar da Igreja, implantada quase sempre por iniciativa desta e destinada a suprir as necessidades do clero e das missões. Assim, foram instaladas oficinas tipográficas em Goa (1556), Lima (1584), Macau (1588) e Japão (1590). Na América, a imprensa se fez presente primeiramente em 1539, no México, com a instalação da oficina tipográfica do lombardo Juan Pablos, a serviço do impressor de Sevilha, Juan Cromberger.

Já as primeiras notícias que se têm da tipografia em território português na América são datadas do século XVII. O tipógrafo holandês de nome Brée teria uma oficina entre 1634 e 1640, no Recife, e também é sabido que Maurício de Nassau tentou, em 1642, remeter uma tipografia para imprimir papéis vários que ali ajudassem a divulgar mais rapidamente as leis holandesas²⁶⁵. Carlos Rizzini, baseando-se em estudiosos jesuítas, como os padres João Pedro Gay e Guilherme Furlong Cardiff, além do estudioso Valle Cabral, dá notícia do funcionamento nas missões do Paraná, por volta de 1700, de “uma tipografia com prelo e caracteres de madeira e de metal aparelhados pelos próprios índios”. Teriam imprimido versões guaranis do *Martiriológico Romano* em 1700, do *Flos Sanctorum* em 1703 e, em 1705, do livro de doutrina *De la diferencia entre lo temporal y eterno*, do padre Eusébio Nieremberg, vertido para o guarani pelo padre José Serrano, “ilustrado com 43 estampas e muitas vinhetas abertas em cobre e em madeira pelo índio Joan Yapari”²⁶⁶.

²⁶⁴ Lafaye, *Albores de la imprenta*, p. 15 (tradução minha).

²⁶⁵ Moraes, pp. 61-2; Rizzini, pp. 309-10.

²⁶⁶ Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*, p. 95.

Outro indício da implantação da imprensa na América portuguesa aparece em 1807, quando o padre José Joaquim Viegas de Meneses, teria aprendido a impressão xilográfica com chapas de cobre com Conceição Veloso, e assim publicado em Vila Rica um livreto de 18 páginas, das quais 15 impressas. Segundo Rizzini, por volta de 1820 ele já havia improvisado uma tipografia inteira, “aparelhando o tórculo e moldando e fundindo as letras”²⁶⁷.

A primeira tipografia particular de que se tem notícia, instalou-se em 1811, em Salvador, sob a posse de Manuel Antônio da Silva Serva, comerciante que incorporou este novo ramo à sua casa de negócios que vendia lustres, móveis, quadros, vidros, dentre outros. Segundo Rubens Borba de Moraes, a tipografia continuava imprimindo depois de sua morte, pelas mãos de sua viúva²⁶⁸. Ainda na Bahia, conforme afirma Francisco Rodrigues, S. J., funcionou no século XVIII uma tipografia de cujas prensas saíram, dentre outros, o terceiro livro (de uma série de quatro) do poema didático do padre José Rodrigues de Mello, *De Rusticis Brasiliae rebus*, obra na qual discorre sobre a criação de bois. Vertido para o português por João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, teria sido impresso na Bahia em 1817 com o título *Da Criação dos bois no Brasil*. Também desse prelo seria sido uma reimpressão da segunda *Grammatica da lingua Tupi*, de Luis Figueira, em 1851²⁶⁹.

Efetivamente, no entanto, a primeira impressão deu-se em 1747, por mãos do tipógrafo lisboeta Antônio Isidoro da Fonseca, que imprimiu no Rio de Janeiro a *Relação da entrada que fez... D. F. António do Desterro Malneyro bispo do Rio de Janeiro*, um folheto de 20 páginas em formato in quarto. Além desta, saíram também dos prelos de Antônio Isidoro da Fonseca, dentre outras, três obras de Antônio José da Silva, o Judeu, o que fez alguns historiadores (como Rubens Borba de Moraes) suporem ser o impressor cristão-novo e que este fato o tenha feito, intentando afastar-se da Inquisição, liquidar seus negócios “de alto vulto e celebridade” em Lisboa e transferir-se para o Rio de Janeiro²⁷⁰. Além da entrada do bispo, saíram de seus prelos alguns poemas impressos em folhas avulsas e uma tese do padre jesuíta Francisco de Faria, particularmente interessante por ter sido impressa, ainda segundo Rubens Borba de Moraes, com grande apuro gráfico — usando boa variedade de tipos: itálicos,

²⁶⁷ Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*, p. 315.

²⁶⁸ Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 132.

²⁶⁹ Rodrigues, *A Formação Intellectual do Jesuíta*, pp. 201, 381.

²⁷⁰ Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, pp. 62-3.

enfeites, corpos — e sobre seda — havendo talvez exemplares impressos também em papel²⁷¹.

A Ordem Régia de 10 de maio do mesmo ano, no entanto, seqüestrou-lhe todas as letras de imprensa, tornando-se a Imprensa Régia, instalada pelo decreto de 13 de maio de 1808, a primeira tipografia da Colônia²⁷². A provisão que apreendeu a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca alegava um problema jurídico²⁷³, já que, se houvesse livros na Colônia, estes teriam de, primeiramente, ter seus originais remetidos para Portugal para serem aprovados. Depois, quando prontos, novamente enviados para além-mar para que recebessem as licenças de circulação. Assim, justificava-se ser mais fácil, menos trabalhoso e dispendioso, a manutenção da importação dos livros da metrópole, evitando-se também os extravios e a demora — sem contar os prejuízos da indústria tipográfica da Metrópole.

Foi Antônio de Araújo, o futuro conde da Barca, então ministro da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, quem, “na precipitação da fuga, lembrou-se de trazer o material gráfico consigo no porão da ‘Medusa’ e, chegando ao Rio, mandou instalá-lo nos baixos de sua residência, na Rua dos Barbons”²⁷⁴. Em 1809 construía-se o primeiro prelo de madeira e em 1811 anexavam-se ao estabelecimento uma fundição de tipos e a Real Fábrica de Cartas de Jogar. Segundo Carlos Rizzini, a xilogravura (usando chapas vindas prontas do Reino) era empregada na Colônia pelos stampadores de baralhos, cuja fabricação e venda foram monopólio da Coroa até 1821 e que tinham na sua falsificação “crime tão rentoso quanto cunhar dinheiro”²⁷⁵. Desde 1770 um alvará régio concedia “privilégios, faculdades e isenções às pessoas ocupadas na fábrica das cartas de jogar da Baía”²⁷⁶. Já a fundição deve ter sido instalada antes, conforme conjectura Rizzini, por acreditar terem saído dela as seis caixas de tipos remetidos por Carlota Joaquina ao cabido de Montevideu, juntamente com um prelo de madeira, “o qual chegou a Montevideu em fins de setembro de 1810”²⁷⁷.

Pode-se dizer, no entanto, que a realidade da imprensa que se organizara na Europa não chega à América portuguesa nem mesmo após decorridos alguns anos da

²⁷¹ Remetendo à tradição dos emblemas escritos em papel, seda, feltro, veludo etc. que eram queimados nos ritos fúnebres da Península Ibérica, até o século XVIII.

²⁷² Jorge Peixoto em McMurtrie. *O livro*, p. 472, nota portuguesa.

²⁷³ Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 64.

²⁷⁴ Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*, p. 317.

²⁷⁵ *Idem, ibidem*.

²⁷⁶ *Idem*, p. 319.

²⁷⁷ *Idem*, p. 317.

instalação da Imprensa Régia, em 1808, no Rio de Janeiro. É o que demonstra, por exemplo, Nelson Schapochnik ao estudar o *Manual da Tipographia Brasiliense*, do livreiro-impressor francês René Ogier (publicado no Rio de Janeiro em 1832), o qual esmiúça os diversos elementos envolvidos no funcionamento de uma empresa tipográfica: desde a administração e a organização dos negócios, passando pela hierarquia e a qualificação dos empregados nas diversas funções, até a distribuição dos materiais e utensílios tipográficos na gráfica. Na conclusão do *Manual*, o livreiro observa, no entanto, que “todas as funções aqui indicadas, até o presente ainda não foram executadas por nenhum Diretor de tipografia, visto o pouco material que elas têm”²⁷⁸. Segundo Schapochnik, a constatação desse descompasso existente entre aquilo que era prescrito como sendo a meta de “tipografia brasiliense” e a realidade letrada precária da sociedade carioca demonstra que,

enquanto o contexto europeu fora marcado nos últimos duzentos anos pela “revolução do impresso”, [...] aqui no Brasil as dificuldades e espertezas dos livreiros-impressores radicados no Rio de Janeiro foram respostas que estavam diretamente associadas à intensificação do processo de implantação das “artes tipográficas” num período muitíssimo breve, de cerca de 20 anos²⁷⁹.

Assim, tratando de uma Colônia que recebe sua primeira tipografia somente com a transferência do poder régio para seu território, já distando mais de duzentos anos de sua anexação aos negócios metropolitanos, Nelson Werneck Sodré sugere que a tipografia foi introduzida apenas nas colônias de além-mar onde havia uma cultura autóctone altamente desenvolvida que o poder colonial desejava suplantar²⁸⁰. Nas demais Colônias, empreendimentos puramente comerciais, a impressão seria apenas uma ameaça desnecessária à estabilidade política e religiosa e só teria razão de implantação quando houvesse maiores exigências administrativas.

Foi o que ocorreu, por exemplo, no Iucatã: a tomar-se o relato do padre franciscano Diego de Landa (que viveu nessa região entre 1549 e 1563 e chegou a ser provincial e bispo), vê-se que sua Ordem recebeu um conjunto de prédios pertencente ao povo mexíca para, com a destruição e reutilização das suas bases e pedras, erguer um mosteiro e uma igreja. Nesse processo de desmantelamento, foram destruídos, entre outros objetos, os livros dos índios para, com eles, apagarem o passado indígena.

²⁷⁸ René Ogier, *Manual da Tipographia Brasiliense*. Rio de Janeiro, Typ. e Ed. R. Ogier, 1832, pp. 258-9, conforme Schapochnik, “Malditos tipógrafos”, p. 8.

²⁷⁹ Schapochnik, “Malditos tipógrafos”, pp. 8-9.

²⁸⁰ Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil*, p. 12.

Assim, conforme relato do franciscano, segundo reprodução feita por Fernando Torres-Londoño, têm-se a atitude dos conquistadores:

*Usaba también esta gente ciertos caracteres o letras con las cuales escribían en sus libros sus cosas antiguas u sus ciências y con estas figuras y algunas seãles de las mismas, entendían sus cosas y las daban a entender y enseñaban. Hallámosles gran número de libros de estas sus letras, y porque no tenían cosa en que no hubiese superstición y falsedades del demonio, se los quemamos todos, lo cual sintieron de maravilla y les dio mucha pena*²⁸¹.

Ao mesmo tempo, este mesmo relato traz referências detalhadas ao calendário maia, que o padre copiou dos textos que mandou queimar, atitude reveladora da duplicidade nos atos dos conquistadores europeus no século XVI²⁸². Os franciscanos, como os jesuítas, também valorizavam o aprendizado das línguas indígenas e vertiam os textos usados na catequese: doutrinas, orações, sermões e autos. Em maior número do que na América portuguesa, eles imprimiam os textos e, segundo números colhidos por Torres-Londoño, dos 109 títulos publicados entre 1524 e 1572, 66 deles eram em náhuatl, a língua dos astecas. Estes livros eram usados na formação de um clero indígena, o que originou gerações de letrados trilingües: escrevendo e falando nahuatl, espanhol e latim²⁸³.

Portanto, desde que a presença da imprensa não pode ser constatada efetivamente antes da instalação da Imprensa Régia, há que se imaginar como circulavam as informações na Colônia antes dela. Márcia Abreu dá mostras disso, no Rio de Janeiro do fim do século XVIII, ao analisar os *Catálogos* que registravam o controle da movimentação livresca entre Portugal e a Colônia e constatar que havia uma intensa movimentação de livros, superior inclusive do que o movimento que ia de Portugal para suas outras colônias. Entre 1769 e 1826 (pois o controle permanece mesmo depois do reconhecimento da independência por Portugal),

por mais de 2600 vezes, pessoas manifestam interesse em remeter livros para o Brasil — número que se considera mais impressionante quando se considera que cada um dos pedidos requer autorização para o envio de dezenas e, às vezes, centenas de obras. No total, mencionam-se 18.903 obras nos pedidos de licença, contendo sobretudo textos religiosos e profissionais²⁸⁴.

²⁸¹ Torres-Londoño, “Conquista e cultura material na Nova Espanha no século XVI”, p. 281, conforme Landa, *Relación de las Cosas de Yucatan*, México, Porrúa, 1982, p. 105.

²⁸² Torres-Londoño, p. 282.

²⁸³ Torres-Londoño, p. 283.

²⁸⁴ Abreu, *Os caminhos dos livros*, p. 27.

Evidências também trazidas por Marcello Moreira, tratando de período análogo, ao estudar nos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* a ação dos ditos “homens que vivem de escrever” os quais registravam de forma manuscrita os escritos políticos sediciosos, sobre pequenos pedaços de papel, colados com “papas” ou “gommas” sobre paredes e portas. Assim, esses propagandistas sediciosos da Bahia podem ser tomados pelo equivalente colonial do copista, o qual reproduzia textos a partir de uma matriz fornecida por uma autoridade. Além disso, deve-se levar em conta que “o próprio sistema jurídico baseava-se na multiplicação manuscrita dos documentos processuais, e as cópias hoje existentes dos papéis sediciosos nada mais são do que cópias oriundas do procedimento adotado para a instrumentalização de processos”²⁸⁵.

Além destes casos, podemos contar novamente com Serafim Leite ao expor o desenvolvimento dos ofícios mecânicos na Colônia, categoria sob a qual encontram-se encadernadores, livreiros, bibliotecários e calígrafos imiscuídos entre as demais práticas manuais. Muitos desses ofícios eram ensinados aos índios e negros nas escolas missionárias sob a tutela jesuítica com o intuito de prover a demanda por mão-de-obra para as obras de igrejas, colégios e missões. Na armada que trouxe Tomé de Sousa e Nóbrega em 1549, além dos jesuítas e dos funcionários da administração civil e militar, vieram também um médico, um arquiteto, um mestre-de-obras, além de numerosos pedreiros, carpinteiros, serradores, tanoeiros etc. e *um encadernador*.

Na listagem que Serafim Leite chama de “Outros ofícios”, aparecem enumerados os “Bibliotecários, encadernadores, tipógrafos e impressores” e as “Artes e ofícios singulares”. Sob este último título consta um calígrafo, o padre Manuel Fagundes (1555-1622), que “sabe muito bem escrever”. Serafim Leite esclarece, no entanto, que se trata da profissão exercida antes da entrada na Companhia²⁸⁶. As bibliotecas da Companhia no Brasil ficavam a princípio sob a superintendência de um padre e, conforme cresciam, agregaram-se irmãos encarregados de limpar, restaurar e encadernar os livros. Assim, “os cargos de bibliotecário e encadernador (às vezes aparece ‘livreiro’) devem-se entender também no sentido de dirigentes, como para

²⁸⁵ Moreira, “*Critica Textualis In Caelum Revogata?*”, pp. 263-4.

²⁸⁶ Serafim Leite, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*, p. 108.

outros ofícios”²⁸⁷. O primeiro bibliotecário da Bahia teria sido António Gonçalves (1550-1616)²⁸⁸.

Ademais, o que encontramos entre os contemporâneos estudos do livro no período colonial são as lamúrias habituais. Jorge de Souza Araujo, por exemplo, toma a citação de Rubens Borba de Moraes que diz ser “o Brasil Quinhentista como a Idade Média brasileira” por uma afirmação de sua obscuridade letrada²⁸⁹. Destacam-se, dentre outros entraves, a ausência de imprensa, proibida pela Coroa; as censuras episcopal, régia e inquisitorial, que afetavam a produção literária portuguesa; a inexistência de um público leitor, considerado o analfabetismo da maioria da população e a multiplicidade das culturas e línguas envolvidas na aventura colonial; e a falta de bibliotecas, salvo raras exceções, como as dos religiosos e de alguns particulares. Assim, insiste-se que o período de mais de dois séculos anterior à instalação da Imprensa Régia caracterizou-se pela ocorrência de “manifestações literárias esparsas”, caso “da literatura jesuítica, de certa literatura apologética, da plêiade de tratados, do sermonário dos religiosos, da sátira atribuída a Gregório de Matos”²⁹⁰.

Ainda assim, admite-se, contraditoriamente, que “os filhos dos colonos e os nativos cooptados [pelos jesuítas] foram escalando a trilha livresca de cartilhas, livros de devoção, práticas dos sermonários e catecismos teológicos, muitas vezes utilizando volumes copiados de um original batido, caso dos clássicos, de leitura obrigatória para fins docentes do ensino do Latim em sua acepção retórica”²⁹¹. Sobre estes manuscritos, com disposição mais favorável, Rubens Borba de Moraes, citando Serafim Leite, nos conta que

Um *Cartapacios de Syllaba e figuras conforme a ordem dos mais Cartapacios de Grammatica*, ao padre Inacio Leão de Sá, SJ, serviu, em cópia manuscrita aos alunos dos jesuítas, durante anos, até que Matias Rodrigues Portela, “estudante na Cidade da Paraíba do Norte no Brasil” o mandou imprimir em Lisboa, em 1783²⁹².

Assim, mesmo sendo manuscritos copiados e passados de mão em mão e eventualmente mandados imprimir no Reino, o fato é que a cultura livresca marcava já sua presença na Colônia americana desde o século XVI.

²⁸⁷ *Idem*, p. 103.

²⁸⁸ *Idem*, pp.102-3.

²⁸⁹ Araujo, J.S., *Perfil do leitor colonial*, p. 31.

²⁹⁰ Vainfas, *Dicionário do Brasil Colonial*, p. 345.

²⁹¹ Araujo, J. S., *Perfil do leitor colonial*, p. 35.

²⁹² Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, p. 61, nota, conforme *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 7, pp. 210 ss.

IV. OS LIVROS NAS CARTAS DOS JESUÍTAS

Na leitura das cartas dos jesuítas, recolhem-se alguns indícios da cultura impressa e manuscrita do século XVI inserida no contexto político-religioso das Cortes católicas europeias e da Companhia de Jesus. No que concerne à cultura material do livro, o próprio Serafim Leite, organizador em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* dos volumes de cartas aqui estudados, indica os itens passíveis de análise²⁹³:

- a ausência de navios, por conta das monções, que trouxessem até São Vicente e, por extensão, Piratininga, entre outras coisas, a correspondência;
- portadores apressados e desculpas por cartas escritas sob a pressão destes;
- os pedidos de envio de livros, muitos para o trabalho de catequese dos meninos índios, mas também de alguns títulos prestes a serem proibidos;
- a citação minuciosa tirada de livros de importância política bastante atuais na Europa da época, apesar da distância e das dificuldades de comunicação;
- a circulação das notícias e troca de informações impressionantemente ágeis e eficazes na Companhia de Jesus, seja na Europa, na América ou na Ásia;
- as impressões de coletâneas de textos produzidos pela Companhia de Jesus nas diversas missões feitas em Portugal, na Espanha e na Itália;
- breves, porém belíssimas demonstrações de arte, especialmente no uso das citações bíblicas que, além de serem convenientes com medida perfeita às matérias narradas, dão o tom teológico-político irretocável às composições.

Além disso, sempre é um prazer redescobrir nos queixumes previstos, e na voz dos próprios padres, por exemplo:

²⁹³ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. 2, l. V, cap. 1.

- os insistentes pedidos de reforços dos pagamentos dispensados pelo rei para a manutenção do clero e, por extensão, as disputas entre colonos e missionários;
- os pedidos de que se enviem mulheres “ainda que erradas” na tentativa de corrigir os maus hábitos dos colonos com as índias; e de homens degredados, mas de bem, para a colonização das terras;
- a muito bem-humorada (se não fosse de importância política tão vasta) pendenga entre Manuel da Nóbrega e o bispo Pero Fernandes Sardinha;
- os elogios ao governador Mem de Sá;
- a introdução da catequização e, mais tarde, das aulas de latim nas casas jesuíticas;
- os primeiros passos para a instalação dos colégios da Companhia de Jesus;
- o confronto das culturas e a estratégia de permitir temporariamente muitos dos costumes dos índios (nudéz, cantos, língua, confissões por meio de intérpretes) em prol de interesses maiores.

A dificuldade de encontrar subsídios que justifiquem a presença de livros e seu modo de produção já era prevista. Além daqueles trechos das cartas em que se colheram indícios do processo de edição de textos, os quais se distribuíram pelos capítulos anteriores, conforme sua pertinência para o assunto tratado neles, enumera-se aqui o levantamento de trechos em que há sinais da vida livreira do século XVI na América portuguesa. São as menções aos volumes de livros impressos que eventualmente estavam presentes nos colégios e nas bibliotecas em formação das casas jesuíticas. Também trechos sobre a circulação das cartas de notícias e o uso de portadores e de navios, os quais funcionavam como prazos da escrita dos padres. E sobre o processo de transformação das cartas em livro.

1. Os pedidos de livros e a formação de bibliotecas

A primeira citação relativa à cultura letrada de que temos notícia, bastante emblemática da presença dos jesuítas em terras americanas, é a afirmação de Nóbrega, em sua primeira carta escrita da Bahia, em 1549 (presumivelmente em 10 de abril, portanto menos de um mês depois de sua chegada):

*Cá nom sam necessarias letras mais que para entre os christãos nossos, porem virtude e zelo da honrra de Nosso Senhor hé cá muy necessario*²⁹⁴.

No entanto, já na carta de 9 de agosto pede para virem livros de rituais (aqueles em que se estabelecem para os sacerdotes as formas de execução das cerimônias, dos serviços religiosos e da administração dos sacramentos): “Temos muita necessidade de baptisteiros, porque [os que] cá vierão nom valião nada”. Logo depois, no encerramento da mesma carta, “ho Pe Navarro e eu [pedimos], os livros que já lá pedi, porque nos fazem muita mingoa para duvidas que cá há, que todas se perguntão a mym”²⁹⁵. Muito eficientemente, esses livros parecem ter chegado à Bahia em 6 de janeiro de 1550, cinco meses depois, conforme vemos em sua carta de Porto Seguro desta mesma data: “*Qua habbiamo ricevuto ogni cosa secondo ci havete scritto, cioè due casse com libri et ornamenti per le Chiese quali molto erano necessari*”²⁹⁶. Em nota, Serafim Leite diz acreditar que esta foi a “primeira contribuição da que foi mais tarde a famosa Biblioteca da Baía”²⁹⁷.

Conforme lembra o historiador Luiz Felipe Baêta Neves, há que se levar em conta que os padres sempre se preocupavam com os aspectos exteriores do culto porque os sacramentos e os cultos públicos eram a maneira pela qual a sociedade colonial exibia seu caráter cristão e tinha “uma possibilidade de exibição pública de seu pertencimento e de sua integração ao rebanho santo”²⁹⁸. É assim que vemos o bispo D. Pedro Leitão e os padres da Companhia paramentados com os objetos de culto enviados pela rainha D. Catarina em setembro de 1559²⁹⁹ na celebração em que realizaram dois dias inteiros de batismos e casamentos na aldeia de Santa Cruz de Itaparica:

e assim elle [o bispo] com os dous, scilicet, diacono e subdiacono [os padres da Companhia], revestidos de vestimenta e dalmaticas de veludo verde e sabastros de brocado muyto rico, que foy da capella d’El-Rey, afora outros 4, que estavam ao redor delle, vestidos com capas novas de damasco branco, com os capellos e sabastros ou barras de veludo carmezim. E com este aparato começou elle mesmo a casar os novos christãos³⁰⁰.

²⁹⁴ *Cartas*, vol. I, carta 5, pp. 113-4.

²⁹⁵ *Cartas*, vol. I, carta 7, pp. 130-1.

²⁹⁶ *Cartas*, vol. I, carta 10, p. 168.

²⁹⁷ *Cartas*, vol. I, carta 1, pp. 92-4.

²⁹⁸ Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, p. 77.

²⁹⁹ *Cartas*, vol. III, carta 25, “lista de objectos de culto e outros que se enviaram de Portugal para o Brasil”, 19/9/1559, pp. 151-3.

³⁰⁰ *Cartas*, vol. III, carta 61, do padre Leonardo Vieira, da Bahia, para o Geral Diego Laynes, em Roma, 23/9/1561, p. 447.

A presença material do livro também fazia parte dessa demonstração de poder e integrava o conjunto de relíquias da Igreja, valorizadas por serem consideradas a própria santidade aos olhos dos homens do século XVI³⁰¹.

Em outra carta, agora ao doutor Martín de Azpilcueta Navarro, seu mestre em Direito Canônico em Coimbra, Nóbrega compara os indígenas a papéis em branco, em que se pode imprimir o que bem se quiser, e afirma que não é necessário haver letrados para isso: “*Acá pocas letras bastan, porque es todo papel blanco*”³⁰². E depois, ainda, a D. João III: “*estão papel branco pera nelles escrever hà vontade*”³⁰³. A afirmação da não-necessidade de letras pressupõe que a língua dos indígenas não é dotada de termos adequados à teologia católica, como afirma Nóbrega em agosto de 1549: “*Tienen muy pocos vocablos para le poder bien declarar nuestra fe*”³⁰⁴. A esse respeito, Baêta Neves lembra que a tarefa do sacerdote cristão do século XVI era a de ler as marcas deixadas por Deus no mundo. Assim, esse papel em branco seria o vazio da alma indígena a ser preenchido pela obra missionária que leva os passos de Deus pelo mundo³⁰⁵. Esse tipo de afirmativa povoa as cartas dos jesuítas em missão na América ao longo do século XVI:

ver o gentio sujeito e metido no jugo da obediencia dos christãos, pera se neles poder ymprimir tudo quanto quisesemos, porque hé ele de qualidade que domado se escreverá em seus entendimentos e vontades muyto bem a fê de Christo³⁰⁶.

Ou ainda: “esta nova criação, que quá se começa, está tão aparelhada, para nela se ymprimir tudo o que quisermos [...] como huma cera branda para receber qualquer figura que lhe ymprimirem”³⁰⁷.

Juan de Azpilcueta reforça ainda essa idéia, em 28 de março de 1550, retomando também os cuidados que despertam os colonos: “*Plugo a nuestro Señor que viniessen los Padres [...], sin muchas letras, que poco son necessarias entre ellos [gentilidad] [...]. No obstante esto, son muy neccessarias las letras para entre christianos*”³⁰⁸. Assim, apesar do “discurso da humildade” que aparentemente dispensaria as letras, já

³⁰¹ Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, p. 77.

³⁰² *Cartas*, vol. I, carta 8, p. 142 (em 10/8/1549).

³⁰³ *Cartas*, vol. I, carta 14, p. 291 (em 14/9/1551).

³⁰⁴ *Cartas*, vol. I, carta 9, p. 153.

³⁰⁵ Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, pp. 86-7.

³⁰⁶ *Cartas*, vol. III, carta 13, do padre Nóbrega, da Bahia, para Tomé de Sousa, em Lisboa, 5/7/1559, p.

72.

³⁰⁷ *Cartas*, vol. III, carta 36, do padre Rui Pereira para os irmãos de Portugal, da Bahia, em 15/9/1560, p.

296.

³⁰⁸ *Cartas*, vol. I, carta 14, p. 185.

que é sabida a prerrogativa dos estudos na educação dos jesuítas, fica evidente que a cultura letrada europeia de alguma forma fazia parte do dia-a-dia colonial na segunda metade do século XVI.

A carta de Pero Correia, escrita a mando de Nóbrega, e originalmente destinada ao Provincial de Portugal (que ainda acreditavam ser Simão Rodrigues), foi enviada de São Vicente em 10 de março de 1553. Ela relata os “males do Brasil” — conforme o título dado à carta por Serafim Leite na primeira versão que fez dela para o português, para a *História da Companhia de Jesus no Brasil* —, em escrita simples e sem uso de citações. Traz ainda uma extensa lista de pedidos de livros. Assim justifica-se o irmão jesuíta: “*fáltanme libros en language para estudiar, porque non soi latino y no me puedo aiudar de los de latín. Mándame V.R. algunos*”³⁰⁹.

Pede, então, uma *Doctrina christiana*, além de *Confesión de un pecador*, para “exemplo”, *Exposición del primer salmo de David Beaturo Vir*, para sermões, *Suma de doctrina christiana*, em diálogos, e um *Catecismo christiano*, para “*instruir a los niños*”. O irmão refere no pedido as edições por ele vistas em Sevilha, anteriores, portanto, a 1534, data em que já estava em terras americanas: “*Si ubiere estos libros en Lisboa mándemelos V.R. todos 5º, y si no los ai mándemelos traer de Sevilla*”³¹⁰. Logo em seguida, acrescenta ao pedido um *Flos Sanctorum*, “*de los emendados*”, e um *Vites Patrum*. Os títulos grafados em espanhol, como o restante da carta, já que o original utilizado por Serafim Leite foi uma tradução para esta língua feita a partir da carta em português, pode ser ato do tradutor ou do próprio Pero Correia, ou ainda de Nóbrega que subscreveu a carta.

O pedido dos livros é ainda reforçado na despedida da carta, conforme previsto pelas partes da disposição adotadas na escrita de cartas na Companhia de Jesus. Assim, pode-se crer que existiam livros em latim na biblioteca dos padres de São Vicente e que, no entanto, faltavam livros em língua vernácula. Imaginando-se que esses livros tenham chegado mais tarde à América, pode-se aferir o processo de criação dos acervos jesuítas, mesmo que não mencionados com muita insistência na correspondência aqui reunida.

Outro indício da formação das bibliotecas dos jesuítas na América está na carta de abril deste mesmo ano, de Cipriano Suárez, reitor do colégio de Braga, a Loyola (trechos dela foram incluídos por Serafim Leite entre as cartas americanas). Nela o

³⁰⁹ *Cartas*, vol. I, carta 60, p. 440.

³¹⁰ *Idem*, p. 442.

remetente conta ao Geral em Roma sobre a “liberalidade” de D. João III com o dinheiro para envio de bibliotecas aos padres instalados além-mar.

Ele não só provê os Nossos de viático, mas dá também dinheiro muito liberalmente para que aos Nossos se enviem bibliotecas e outras coisas que faltam naquelas regiões até agora pouco povoadas³¹¹.

Antes, certa generosidade livreira de D. Manuel parece ter atingido todas as colônias portuguesas de além-mar, como mostra o estudioso português Artur Anselmo, ao fazer o levantamento das obras dos primeiros impressores portugueses, dando a seguinte lista com o “inventário dos livros que D. Manuel enviou ao Négus, em 1515, na embaixada de Duarte Galvão à Etiópia”:

1000 *Cartinhas*, cobertas de pergaminho;
12 *Catecismos*;
20 *Flos Sanctorum*;
30 livros da *Vida dos Mártires*, de linguagem;
1 *Missal*;
1 *Baptistério*;
100 livros da *Vida e Paixão dos Mártires*, encadernados de tábuas, meio cobertos de couro;
100 livros da *Destruição de Jerusalém*, encadernados de pergaminho;
100 livros de *Horas de Nossa Senhora*, grandes, em linguagem, encadernados de tábuas e coberto de couro;
30 livros de *Catecismos*, encadernados de tábuas e meio cobertos de couro;
1000 *Cartinhas*, encadernadas de pergaminho;
100 *Confessionários de Resende*, encadernados de pergaminho³¹².

Imaginando que essa quantidade de livros possa ter chegado também à Bahia, ainda assim se vê as reclamações em contrário, como na carta de 27 de dezembro de 1554, escrita para o padre Mirón em Lisboa, na qual Luís da Grã reclama da falta de livros em latim na Bahia e solicita: “*Si V.R. pudiere aver alguna limosna para libros de latín, que sirvan para el principio con otros para los más aproveitados poderseá hazer algún fructo*”³¹³. Brás Lourenço, escrevendo do Espírito Santo, em 26 de março de 1554 também reclama da falta de livros: “*Y dexóme el Padre [Nóbrega] por predicador, y no tenía otro libro sino Vita Christi*”³¹⁴. No entanto, no ano seguinte, 1555, em situação peculiar, o irmão António Blázquez, em carta da Bahia de 8 de julho de 1555, aos padres e irmãos de Coimbra, conta da fuga que empreenderam ele e o padre Luís da Grã

³¹¹ *Cartas*, vol. I, carta 63, p. 467.

³¹² Anselmo, *Origens da imprensa em Portugal*, p. 82.

³¹³ *Cartas*, vol. II, carta 26, p. 147.

³¹⁴ *Cartas*, vol. II, carta 15, p. 45.

do arraial da Ajuda para Porto Seguro, tendo tempo de apenas fazer “*nuestros azevillos de libros*”³¹⁵.

2. Os livros e o ensino dos meninos índios

Falando primeiramente dos órfãos enviados dos colégios jesuítas portugueses para as terras americanas, pode-se inferir algumas das necessidades letradas prescritas a esses meninos e as relações que se estabeleciam com as crianças índias por meio dos livros. Assim, Pero Doménech, fundador do Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos de Lisboa, escrevendo a Inácio de Loyola em 17 de fevereiro de 1551, conta que o rei D. João III provia os órfãos enviados à Bahia: “*Agora el Rey les manda vestidos, y camisas, y libros, y todo lo que piden*”³¹⁶. Segundo outra nota de Serafim Leite, tais livros seriam de uso escolar (para o próprio aprendizado dos meninos órfãos portugueses) e de doutrina (pois que os utilizavam para ensinar os meninos índios).

Já a carta dos meninos órfãos, escrita na Bahia em 5 de agosto de 1552, provavelmente por Francisco Pires a Pero Doménech, em Lisboa³¹⁷, inicia-se com um longo parágrafo em que é citado constantemente “Jesus Crucificado”, o que leva Serafim Leite a inferir que se trata de referência ao “livrinho” tratando do assunto que fora escrito pelo destinatário da carta e impresso em 1550 (provavelmente em Lisboa), portanto, apenas dois anos antes. Dado este que, ainda assim, não indica necessariamente que houvesse o volume na Bahia, mas somente mostra a relativa atualidade que se mantinha nas informações na Colônia, inclusive sobre a produção livresca dos padres da Companhia.

Nesta mesma carta dos meninos órfãos, em meio à narração da peregrinação feita pelos meninos índios na primeira semana de abril de 1552 às “pegadas de são Tomé”, a aproximadamente 45 km da Bahia, conta-se que eles passaram pela “aldeia do Grilo”, “*que es un negro muy nombrado e temido entre ellos*”. Dizem que este cacique, “*amigo de los christianos*”, tinha, além de duas redes armadas para seus hóspedes, alguns truques para entretê-los: “*Tiene en su cassa libro para quien quisiere leer muy bueno e cartas de jugar para quando allá va alguno para le hazer plazer*”³¹⁸.

³¹⁵ *Cartas*, vol. II, carta 40, 8/7/1555, p. 260.

³¹⁶ *Cartas*, vol. I, carta 21, p. 215.

³¹⁷ *Cartas*, vol. I, carta 52, p. 375.

³¹⁸ *Idem*, p. 382.

Pode-se dizer que esta evidência da presença de objetos culturais europeus entre os hábitos dos indígenas é uma das marcas discursivas do jesuíta que quer conquistar o “poder do saber” dos chefes e pajés, “que, paradoxalmente, na aparência, não é um ‘saber’, já que existe um único saber, de que são portadores os membros da Ordem de Santo Inácio”³¹⁹. Vale lembrar, com Baêta Neves, que o saber católico depositava-se nos diversos espaços da vida social, “determinando silenciosamente comportamentos, inibições, retaliações”: “o tempo do século XVI é um tempo basicamente determinado por uma divisão estritamente *católica* do calendário”; a geográfica dos espaços sociais e dos espaços sagrados é católica; as normas do uso do corpo; o estabelecimento de hábitos alimentares; a apreensão de saberes setoriais como a medicina e as práticas judiciais também o eram³²⁰.

Os meninos índios que freqüentavam as escolas que os padres jesuítas montavam nas aldeias aprendiam a doutrina católica em tupi com a ajuda de meninos “línguas” que lhes serviam de intérpretes e davam início à doutrinação dos catecúmenos. Quando Luís da Grã chega à Bahia em setembro de 1560, para assumir o cargo de Provincial, traz consigo de São Vicente sete irmãos e noviços “línguas”. Além deles, traz também a *Gramática* em tupi composta por Anchieta e logo põe todos os padres e irmãos para tomarem aulas dela:

Logo que o Padre aquy chegou, ordenou que em casa se lesse a arte da lingua brasilica, que compôs o Irmão Joseph, e o mesmo Padre hé o mestre e estaa tam exercitado e instruido nella que leva avantajem nas cousas da arte aos mesmos lingoas³²¹.

A esse tempo, parece que os padres já contavam com alguns textos doutrinários vertidos para o tupi e que lhes serviam como ferramenta de ensino. Assim vê-se, pouco antes, o irmão António de Sá escrever do Espírito Santo aos padres e irmãos da Bahia pedindo o método de ensino da doutrina em tupi, que parecia passar então por uma revisão:

*Yo enseño agora acá la doctrina christiana y las oraciones en nuestro romance [português], como siempre hizimos después que nos mandaron dizir que era necessario concertasse algunos vocablos que estavan en la doctrina. Si allá tuvieren alguna manera de enseñar en lengua brasilica mándanosla, porque de outra manera difficulosamente se les meterá en la cabeça*³²².

³¹⁹ Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, p. 48.

³²⁰ *Idem*, p. 103.

³²¹ *Cartas*, vol. III, carta 39, do padre João de Melo para o padre Gonçalo Vaz de Melo, da Bahia para Lisboa, 13/9/1560, p. 283.

³²² *Cartas*, vol. III, carta 12, 13/6/1559, p. 48.

Em 1560, António Pires escreve da Bahia para reafirmar aos irmãos de Portugal que à América não é preciso que venham padres letrados “porque não há [quá questões que disputar nem duvidas sobre] a Fee”³²³ e continua dando a informação de que os letrados que aqui estavam já tinham preparado as letras necessárias:

O comer estaa já [feito, hoc est: a doutrina e o necessario, que se po]de pregar, passado huma [e muytas vezes pola lima dos letrados de quá], porque sobre ysto se des[velou assás o P^e Luis da Grãa, até que a pôs na melhor] maneyra, que pôde, [para se poder ensinar e aprender]³²⁴.

Esta doutrina, segundo Serafim Leite, seria “Cousas da Fé na língua [tupi] e em português”³²⁵. Dela se faz outra menção no ano de 1561, ano que foi marcado na Bahia pela eficiência na conversão dos índios agrupados nas aldeias ao redor da cidade. Falando do ensino ministrado aos meninos índios em uma dessas aldeias, a de São João, António Blázquez conta na carta geral de 1º de setembro de 1561:

*Vienen cada día una vez a la escuela, adonde se les enseña la doctrina y un diálogo do está recopilado la “Summa de la Fee”, que el P.^e Provincial [Luís da Grã] ordenó i compuso, para que preguntando e respondiendo con maior facilidad se le quedasse en la cabeza*³²⁶.

Nesta mesma carta, Blázquez escreve que na aldeia de Santa Cruz de Itaparica, “quase todo ell [sabiam o] diálogo, de coro, en que está contenido sumariamente la doctrina christiana”³²⁷. Serafim Leite descreve esta doutrina como sendo uma adaptação para o diálogo e para o tupi da *Doutrina* de D. João Soares, bispo de Coimbra, mandada seguir pelo comissário Jerônimo Nadal depois do ano de 1560 (trazia a forma de benzer-se com o sinal da cruz e o modo de rezar a ave-maria)³²⁸. Na sua *História* diz ainda que esse *Diálogo* “generalizou-se pelas Aldeias em cópias manuscritas e, em 1556, já uma delas tinha sido enviada a Portugal”³²⁹. Serafim Leite examina ainda os depoimentos dos censores que tomaram parte no processo de edição da *Gramática* e deste *Diálogo* e, cotejando com informações das cartas, lista os possíveis autores destas duas obras, nesta ordem: Pero Correia, Luís da Grã, Leonardo do Vale, José de Anchieta. Dessa forma, ao afirmar a autoria coletiva das obras, o

³²³ *Cartas*, vol. III, carta 41, 22/10/1560, p. 308.

³²⁴ *Idem*, 22/10/1560, p. 309.

³²⁵ *Idem*, p. 310, n. 6.

³²⁶ *Cartas*, vol. III, carta 58, para Laynes, em Roma, p. 401.

³²⁷ *Idem*, p. 407.

³²⁸ *Cartas*, vol. III, carta 41, p. 310, n. 6.

³²⁹ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. VIII, p. 557.

organizador também reforça a posição secundária de Anchieta, já que este seria apenas o padre que deu o último polimento aos textos escritos anteriormente. Serafim Leite dá ainda, como autor derradeiro do *Diálogo*, António Araújo, o organizador do exemplar que finalmente foi impresso em 1618, em Lisboa, na oficina de Pedro Craesbeeck, com o título derradeiro:

*Catecismo na lingua brasilica, no qual se contem a summa da Doctrina Christã, Com tudo o que pretence aos Mystérios de nossa sancta Fè & bõs costumes. Composto a modo de Dialogos por Padres Doctos & bõs linguas da Companhia de JESV. Agora Novamente concertado, ordenado, & acrescentado pello Padre Antonio d'Araujo; Theologo & lingua da mesma Companhia*³³⁰.

Além desta *Doutrina*, outro método parece circular entre os padres conforme indicado nos seus relatos. Na carta do padre António Blázquez, escrita da Bahia em 10 de setembro de 1559, ao Geral Diego Laynes em Roma, aparece a menção aos meninos índios da aldeia de São Paulo, próxima à Bahia, “*que saben muy bien de choro la doctrina, y un diálogo en su lengua donde está toda la substancia della*”³³¹. Segundo indicações de Serafim Leite, esse outro diálogo seria o “Auto da Pregação Universal”, feito por Anchieta a mando de Nóbrega, em português e tupi³³².

No ano seguinte, 1560, Anchieta pregava em tupi em São Vicente: “*También les predicamos la Passión en su lengua*”³³³. Havia, inclusive, os meninos que já em 1553 aprendiam latim:

*En esta casa tienen los niños sus exercícios bien ordenados, aprenden a leer y escrever y van muy avante, otros a cantar y tañer frautas, y otros mamalucos más diestros aprenden grammática; y enseña un mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado*³³⁴.

Desta primeira turma de gramática montada por Nóbrega e Anchieta em Piratininga pode ter saído o irmão Cipriano do Brasil, mestiço enviado por Nóbrega para estudar em Coimbra, recebido na Companhia de Jesus em Portugal em 1556 e que chegaria a ser assistente do Secretário da Província portuguesa, padre Francisco

³³⁰ *Idem*, p. 560.

³³¹ *Cartas*, vol. III, carta 21, p. 132.

³³² *Idem*, pp. 135-6, n. 14.

³³³ *Cartas*, vol. III, carta 36, de Anchieta, em São Vicente, para o Geral Laynes, em Roma, 1/6/1560, p. 255.

³³⁴ *Cartas*, vol. I, carta 69, de Nóbrega, em São Vicente, para Luís Gonçalvez da Câmara, em Lisboa, 15/6/1553, p. 497.

Henriques³³⁵. A classe continua em 1561: “*El studio de grammática se continua con dos Hermanos de casa, y quatro de que tenemos buena expectación que agora se recibieron para ello, y algunos de fuera*”³³⁶.

3. As citações dos livros europeus

Adentrando em questões referentes ao litígio político estabelecido entre o padre Nóbrega e o bispo Sardinha, há cartas que explicitam as desavenças usando citações bastante específicas dos trabalhos do doutor Martín Azpilcueta Navarro e do cardeal Caetano. A carta do bispo para Simão Rodrigues, escrita provavelmente na Bahia em julho de 1552³³⁷ — mas só enviada para Roma em 6 de outubro de 1553, mais de um ano depois de escrita, juntamente com a segunda carta que o bispo escreveu de terras americanas —, trata de contrariar as práticas empregadas por Nóbrega com os índios.

Interessa-nos especialmente o trecho em que o bispo comenta as citações feitas por Nóbrega de trabalhos do doutor Martín de Azpilcueta Navarro e do cardeal Caetano para justificar a prática da confissão (aqui especificamente de mulheres mestiças) por intermédio de intérpretes (os “línguas”): “*Yo lo dixé que no lo devia más, aunque trezientos Na[va]rros y seiscientos Caietanos digan que se puede hazer de consilio*”. Nóbrega faz estas citações na carta escrita também da Bahia no fim de julho de 1552³³⁸ e ainda na carta escrita da Bahia no fim de agosto de 1552³³⁹, ambas ao Provincial Simão Rodrigues. A primeira deve ter seguido logo para Portugal posto que, conforme constata Serafim Leite, foi para Roma (traduzida para o espanhol) já em 16 de novembro do mesmo ano. Ainda segundo Serafim Leite, uma cópia desta carta (ainda em português) está bastante anotada por Polanco (“sublinhou palavras e escreveu à margem vários números”, no entanto, o organizador não transcreve as anotações no aparato crítico) e que, ao enviá-la a Loyola, o padre Mirón (então Provincial de Portugal substituindo o padre Simão Rodrigues, fato ainda desconhecido em terras americanas) acrescenta uma explicação em que pede as observações de Loyola sobre os “*inconvenientes que en el Brasil [...] se ofrecen*”³⁴⁰. Nesta, a citação está assim:

³³⁵ *Cartas*, vol. III, carta 57, pp. 391-4, e Introdução Geral, p. 83*.

³³⁶ *Cartas*, vol. III, carta 53, de Anchieta em São Vicente para Laynes em Roma, 30/7/1561, p. 382.

³³⁷ *Cartas*, vol. I, carta 49, p. 357.

³³⁸ *Cartas*, vol. I, carta 51, p. 369.

³³⁹ *Cartas*, vol. I, carta 54, p. 407.

³⁴⁰ *Cartas*, vol. I, introdução à carta 51, p. 368.

*E nom o acostumey senão pelo achar scripto e ser mais comum opinião, como relatou Navarro in capite Fratres de Paenitentia, distinctione 5ª, n. 85, alegando Caietano e outros, verbo Confessio, cassu nº 11.*³⁴¹

Na segunda carta, a citação da obra do doutor Navarro é novamente bastante precisa e a citação do cardeal Caetano é mais detalhada, e não apenas em citação indireta como na anterior: “[...] posto que Caietano in summam, 11ª conditione, e os que alega Navarro, c. Fratres, nº 8º de penit. Dist. 5ª, digam que pode”³⁴². Assim, faz crescer a suspeita de que efetivamente tivesse ambas as edições na Bahia para sua consulta. Em nota, Serafim Leite nos dá as edições do doutor Navarro e do cardeal Caetano as quais, pela data, poderiam ser as que Nóbrega possuía na Bahia: *Martini ab Azpilcueta Navarri iuriscõsulti in tres de poenitentia distinctiones posteriores comentarii*, Coimbra, 1542³⁴³, e “*Confessionis Conditiones: Undecima: secreta*” cf. *Summula Caietana Reverendissimi Domini Thome de Vio Caietani Cardinalis*, Lugduni, 1550³⁴⁴.

Ainda outro dado: Nóbrega teria escrito nessa mesma época ao próprio doutor Navarro, conforme vemos na carta que escreveu a Luís Gonçalves da Câmara, reitor do Colégio de Coimbra, de São Vicente, em 15 de junho de 1553, em que relata a falta de resposta de Mirón e de Navarro: “*No escribo al P^e Mirón porque aún no vi su carta ni la respuesta de lo que escribí el año pasado, ni la respuesta de lo que escribí al Doctor Navarro*”³⁴⁵. Sem resposta e, portanto, não sendo a correspondência do próprio Navarro a fonte das citações, reforça assim a eventual posse do livro.

O ano de 1560 foi marcado pelo sucesso da tomada da fortaleza do Rio de Janeiro aos franceses — feito que os padres atribuíam a um milagre. Em meio aos documentos desse ano, Serafim Leite entremeia ainda os depoimentos dos padres jesuítas no processo contra o francês João de Bolés, acusado pelo padre Luís da Grã de práticas calvinistas. Uma carta do irmão Anchieta ao Geral Diego de Laynes descreve o francês como “*enseñado en las artes liberales, griego y hebraico, y muy versado en la Sagrada Escripura*” e “*que sabe bien la lengua español*”³⁴⁶. Nesta mesma carta conta ainda que o padre Luís da Grã, em seus sermões públicos, “*amoestava al pueblo que se guardasse destes hombres y de los libros, que truxeron, que eran llenos de herejías*”³⁴⁷.

³⁴¹ *Cartas*, vol. I, carta 51, p. 369.

³⁴² *Cartas*, vol. I, carta 54, p. 407.

³⁴³ *Cartas*, vol. I, carta 51, p. 369, n. 4.

³⁴⁴ *Cartas*, vol. I, carta 54, p. 407, n. 17.

³⁴⁵ *Cartas*, vol. I, carta 69, pp. 501-2.

³⁴⁶ *Cartas*, vol. III, carta 36, de São Vicente, em 1/6/1560, p. 264.

³⁴⁷ *Idem*, p. 266.

Interessa-nos em particular nesses depoimentos a delação dos livros apreendidos com os franceses (“pelos livros que lhe acharão muytos”³⁴⁸ —, a tomar pelos relatos, em sua maioria livros defesos, mas também um missal, com as imagens devidamente rasuradas: “*grande muchedumbre de libros heréticos, entre los quales (si por ventura esto es señal de su recta fe) se hallo um missal con las imágenes raídas*”³⁴⁹). Também interessam os indícios de como funcionava a prática calvinista na América portuguesa e o grande uso que se fazia dos livros, o qual Manuel da Nóbrega chega a mencionar mais tarde como exemplo a ser seguido pela própria Companhia de Jesus ao reforçar seu antigo pedido para se enviar meninos índios para a Europa para

aprender letras y virtud, para que buelvan después hombres de confiança” argumentando: “*si unos herejes franceses que poblavan cierta tierra deste Brasil usavan desto, y embiavan muchos niños a Calvino y a otras partes para que enseñados en sus errores bolviessen a la tierra, quanto más razón será hazer nosotros lo mismo?*”³⁵⁰

Tomando primeiro o depoimento de Nóbrega, João de Bolés teria anotados consigo trechos de um livro de Lutero que argumentava não ser proibido em sua terra:

Bolés lera, em hum cartapasio, serto leytura, que tresladara de hum livro do Lutaro, dizendo-lhe que não achara nele outra cousa boa; dizendo-lhe ele testemunha [Nóbrega] que como lyo o tal livro, pois hera defeso sob pena de excomunhão? A que ele [Bolés] deu em reposta que na sua terra hera licito ler todos os livros³⁵¹.

Ainda discutindo com Nóbrega, agora sobre a forma de rezar o pai-nosso, Bolés afirmou que usava palavras do grego que não haviam sido traduzidas pelos católicos e que as encontrara em “huns livros da doutrina luterana, que agorra vierão do Rio de Janeiro com outros muitos tambem luteranos”³⁵². Os livros apreendidos no Rio de Janeiro circularam, portanto, na capitania de São Vicente, onde se realizava este processo. No entanto, não há indicações de qual foi o fim dado aos livros.

³⁴⁸ *Cartas*, vol. III, carta 35, de Nóbrega ao Cardeal Infante D. Henrique, de São Vicente, em 1/6/1560, p. 244.

³⁴⁹ *Cartas*, vol. III, carta 36, do irmão José de Anchieta para o Geral Diego Laynes, de São Vicente, em 1/6/1560, p. 268.

³⁵⁰ *Cartas*, vol. III, carta 52, de Nóbrega para o Geral Diego Laynes, de São Vicente, em 12/6/1561, p. 363.

³⁵¹ *Cartas*, vol. III, documento 32, “documentos dos padres no processo de João de Bolés”, Santos, 22/4/1560, p. 184.

³⁵² *Idem*, p. 186.

Em 1562, agora na Paraíba, os franceses ainda faziam troça com os livros piedosos dos padres: “tomavão por passatempo escarnecer e zombar dos livros de rezar, que levavão, e imagens, dizendo, deos de pao, deos de frandes”³⁵³.

4. As cartas e os navios

O isolamento dos padres dispersos em vários pontos da costa e o pequeno número de navios que atracavam nos portos das capitânicas, seja vindo do Reino, seja de outra capitania, criavam grande dificuldade de comunicação entre os jesuítas. Assim, em 2 de agosto de 1551, o desencontro dos navios na Bahia — um chegando de Portugal com cartas e o outro partindo para Pernambuco levando Nóbrega em sua visita à dita capitania — foi assim narrado por António Pires:

*Agora se esperava en la Baya por los navíos del Rey nuestro señor, que no eran aún llegados. Parécenos que traerán muchas cartas, y nuevas vuestras, por las quales no podemos aguardar por no perder la embarcación, y por esse no respondemos a ellas*³⁵⁴.

Já o irmão Diogo Jácome encerra sua carta aos irmãos de Coimbra, em junho de 1551, dizendo do ostracismo em que se encontrava São Vicente: “averá hum anno e meio ou mais que nem da Baya, donde está o Pe Nobregua, nem de vós, não temos nenhuma novas”³⁵⁵.

O ano de 1554, por exemplo, marcou-se nas cartas dos jesuítas pelas dificuldades relacionadas ao clima e, conseqüentemente, ao transporte. As monções que varriam a costa entre os meses de março e agosto dificultavam a locomoção das naus da Bahia para o sul e vice-versa. Calcula-se que Luís da Grã ficou um ano e meio, desde sua chegada à Bahia até outubro de 1554, sem ter notícias de Manuel da Nóbrega, que estava em São Vicente e depois em Piratininga. Assim vê-se também em Porto Seguro, conforme escreve o padre Ambrósio Pires, em 5 de maio de 1554, aos irmãos de Coimbra:

³⁵³ *Cartas*, vol. III, carta 66 (de Leonardo do Vale, da Bahia, em 26/6/1562, para os irmãos de São Roque, em Lisboa), p. 498.

³⁵⁴ *Cartas*, vol. I, carta 31, p. 264.

³⁵⁵ *Cartas*, vol. I, carta 29, pp. 246-7.

*Hasta agora no ternéis carta mía, ni yo tuve tiempo ni lugar, ni portador por quien vos las mandara, ni que os escribir, como ni agora tengo, porque de nuestra llegada [13 de julho de 1553 na Bahia] avrá siete días me mandaron los Padres para esta Capitanía*³⁵⁶.

No ano de 1560, o isolamento de São Vicente permanece. Em carta de 1º de junho de 1560, José de Anchieta justifica a demora nas notícias para Roma dizendo que estavam havia dois anos sem navio na capitania: “*El año de 1558, en la fin del mês de Maio escribí [...]. De entonces hasta agora nunca hallamos ocasión para poder escribir, porque ni aportó acá ni partió daqui navío alguno*”³⁵⁷. Aconteceu também de um dado navio mudar o itinerário sem que os padres tivessem como saber e com esse argumento justificarem os prazos perdidos da escrita das cartas: “*De Sam Vicente tarda tanto hum navio, que daqui partio, [que nos vay pondo desconfiança] sua vinda, he já pode ser, ser deitado [no Reyno por] algumas rezões que não hé necessario dizer*”³⁵⁸. Em 1562, os padres do Espírito Santo enfrentam o isolamento: “*há muito perto de dous annos que por aqui não passou algum dos nossos, nen veo recado seu por falta de embarcação*”³⁵⁹.

As notícias do Reino, surpreendentemente, chegavam mais depressa a São Vicente que as da Bahia, como se vê na carta do padre Manuel da Nóbrega para Luís Gonçalvez da Câmara, em Lisboa, enviada de São Vicente em agosto de 1553: “*más fácil est venir de Lisboa recado a esta Capitania [São Vicente] que no de la Baya*”³⁶⁰. Já na Bahia, em 1559, o problema que os padres enfrentavam era o da espera dos navios e dos respectivos portadores em quem nem sempre podiam fiar-se:

a desconsolação que caa temos de não podéremos ter resposta das muytas cartas que são escritas porque as que trazia este navio de João Gomez nam nos derão, porque o principal maço em que devião de vir se perdeo ou alguém as tomou, de maneira que não vierão a nossa mão; as que trazia o navio de Domingos Leitão tão pouco, porque o navio não aportou caa. Há armada d’El-Rey que esperamos, já tarda tanto que não se espera este anno³⁶¹.

Esta armada, segundo levantamento de Serafim Leite, só chegou à Bahia em 30 de novembro de 1559.

³⁵⁶ *Cartas*, vol. II, carta 14, p. 50.

³⁵⁷ *Cartas*, vol. III, carta 36, de Anchieta para o Geral Laynes, em Roma, p. 248.

³⁵⁸ *Cartas*, vol. III, carta 29, do padre Francisco Pires ao padre Miguel de Torres, da Bahia para Lisboa, em 2/10/1559, p. 162.

³⁵⁹ *Cartas*, vol. III, carta 65 (por comissão de Brás Lourenço, em 10/6/1562, para Miguel de Torres, em Lisboa), p. 462.

³⁶⁰ *Cartas*, vol. I, carta 75, p. 527.

³⁶¹ *Cartas*, vol. III, carta 12, de Nóbrega para o Provincial Miguel de Torres, em Lisboa, 5/7/1559, pp. 50-1.

Assim também as cartas partindo da Bahia eram em maior número, privilégio este também decorrente do eventual atraso na partida das naus. Logo na viagem da primeira expedição, na qual chegou Manuel de Nóbrega, e que durou oito semanas ou, mais especificamente, 56 dias (1/2 a 29/3/1549) — conforme conta em carta de 10 de agosto de 1549 —, o padre, na carta de 15 de abril de 1549, conta do não-zarpar da caravela que lhe possibilitou escrever outra carta:

Depois de ter scripto a V. R., posto que brevemente segundo meus desejos, soccedeo nom se partir a caravela e deu-me lugar para fazer esta e tornar-lhe a encomendar as necessidades da terra e ho aparelho que tem para se muytos converterem³⁶².

Em uma maneira de captar a benevolência dos padres portugueses, o padre Francisco Pires termina sua carta escrita da Bahia em fins de julho de 1559 com um longo parágrafo em que expõe a imensa felicidade de ver um navio chegando e imaginando trazer com ele padres portugueses para a missão americana e, ao se ver frustrado, “na terra nem tem gloria perfeita”, ainda assim dá alvíssaras às cartas recebidas que logo iniciam a ler:

Começando-as a ler [começamos a receber no]vas forças e pintar pollas mostras das muy eroicas obras, obradas pollo Espiritu Santo aos que não conheçiamos; e [aqui já] conversamos fallar e dizer: Ó quam bonum et quam iucundum habitare fratres in unum, sicut etc.³⁶³.

Os padres também se queixavam de estar sempre premidos em seu tempo de escrita pelo ato de coligir as cartas para serem encaminhadas aos navios que zarpavam. Assim: “*Esta escreví muy depriessa por estar el navío para partir*”³⁶⁴ ou “Não me alargo mays por resão de tempo, porque estando notando esta, mandou o Padre que dessemos, as cartas para fazermos o maço”³⁶⁵ [e ainda “que esta acabo de escrever nesta povoação de Santiago, por nos mandarem dizer da cidade [da Bahia] que se quer partir o navyo”³⁶⁶].

Em setembro de 1561, a armada do Reino que levaria as cartas dos padres da Bahia chegou a levantar as velas e pegar os padres desprevenidos, como relata Leonardo

³⁶² *Cartas*, vol. I, carta 6, p. 116.

³⁶³ *Cartas*, vol. III, carta 15, 23/7/1559, pp. 111-2. “Vede: como é bom, como é agradável habitar todos juntos, como irmãos.” Salmos 133 (132), 1.

³⁶⁴ *Cartas*, vol. III, carta 11, irmão António de Sá para padres e irmãos da Bahia, do Espírito Santo, em 13/6/1559, p. 47.

³⁶⁵ *Cartas*, vol. III, carta 39, do padre João de Melo, na Bahia, ao padre Gonçalo Vaz de Melo, em Lisboa, 13/9/1560, p. 284.

³⁶⁶ *Cartas*, vol. III, carta 41, de António Pires para padres e irmãos portugueses, em 22/10/1560, p. 315.

do Vale, que terminava de redigir a carta geral: “se fez a não à vella, não tendo nós ainda o maço feito, do que ficamos muy sobresalteados”³⁶⁷.] Logo souberam, no entanto, que se tratava apenas de um teste que a embarcação fazia para ver se conseguiria navegar com a carga que levava. Nesta mesma carta, o padre ainda conta que o Provincial Luís da Grã escrevera sua carta ao Provincial Miguel de Torres, datada do dia anterior à sua, 22 de setembro de 1561, durante a madrugada: “E pollos muytos negoços, que tinha estes dias, tomava a noite pera escrever as cartas”³⁶⁸.

O irmão José de Anchieta, por exemplo, adiciona um pós-escrito à sua carta trimestral, correspondente ao período de janeiro a março de 1555, no qual promete uma segunda via desta carta, caso os fatos que narrou se alterem e “se o navio não partir antes”³⁶⁹. Coisa que efetivamente faz pois que depois de sua assinatura ainda segue mais um último parágrafo. As cartas de Piratininga ganhavam esses complementos também devido ao período entre a descida da serra até o porto de São Vicente e a partida do navio. Lá Anchieta podia ainda fazer acréscimos enquanto o navio estivesse ancorado, como conta nesta carta que escreve de São Vicente aos irmãos enfermos de Coimbra: “Agora estou aqui em S. Vicente, que hee no porto, para onde vim com o P. Nobrega para despachar estas cartas que lá vão”³⁷⁰.

Já na Bahia cheia de navios, António Blázquez escreve em 4 de agosto de 1556 aos portugueses da casa de São Roque dizendo que “*porque dará las doze y an de venir de madrugada por las cartas; con otro navio, que partirá de aquy a pocos días, escreveremos otras cosas que por estar tan de priesa no podemos*”³⁷¹. O eventual atraso na partida das naus permitia ainda acréscimos às cartas coligidas: “Estando a carta geral já no maço [e escrita, me mandou o nosso] Padre Preposito que proseguisse com algumas cousas adiante”³⁷².

Outro impedimento para a circulação das cartas era a segurança dos navios:

*En el año passado de 1552 vos screví, Charíssimos, nuevas destas partes, [...] como por otras suyas saberéis, más extensamente, puesto que las que yo mandé, el navío en que ivan los franceses tomaran y por lo consequinte papeles y cartas se perderon, según acá me dixerón*³⁷³.

³⁶⁷ *Cartas*, vol. III, carta 61, p. 449.

³⁶⁸ *Idem*, p. 449.

³⁶⁹ *Cartas*, vol. II, carta 32, p. 209.

³⁷⁰ *Cartas*, vol. II, carta 30, 20/3/1555, p. 160.

³⁷¹ *Cartas*, vol. II, carta 47, p. 301.

³⁷² *Cartas*, vol. III, carta 15, do padre Francisco Pires aos padres e irmãos de Lisboa, da Bahia em 30?/7/1559, p. 109.

³⁷³ *Cartas*, vol. II, carta 1, de Juan de Azpilcueta, em Porto Seguro, aos irmãos de Lisboa, 19/9/1553, p. 5.

Ou, ainda: “Convém meter aqui, a propósito, algumas coisas, que se escreveram há dois anos aproximadamente, e que pela falta de segurança da navegação cremos que não chegaram lá”³⁷⁴.

Para burlar essa dificuldade, os padres adotavam a estratégia de mandar várias vias — não só as segundas exigidas pela Companhia de Jesus. Na carta ao Provincial de Portugal, Miguel de Torres, Manuel da Nóbrega conta de suas estratégias para enviar a correspondência para a Europa. Não deixando de ser uma captação da benevolência aplicada ao destinatário, diz que usava vários navios, saindo de Pernambuco, Ilhéus e Porto Seguro (e vários portadores, portanto), para mandar cartas para Portugal, já que, nesse ano, ainda não saíra da Bahia navio para Lisboa.

Por via de Pernambuco escrevi duas cartas, huma a V.R. e outra ao Padre Dom Lião, a qual também servia de informação a V.R. Por outro navio, dos Ilheos, escrevemos por diversas vezes, scilicet, huma carta com as do Governador Dom Duarte e outras por via de hum Francisco d’Andrade, porque esteve nos Ilheos, e outras em que hião os quadrimestres com as da molher de Antonio Cardoso, que Deus aja. Agora o faço também por via de Porto Seguro, pera que não vá de quá navio sem carta nossa, e isso mesmo deviam lá de usar, de mandarem sempre por todos os navios alguma carta pera qualquer destas Capitánias que venha, porque em todas se achará quem as encaminhe a esta Bahia³⁷⁵.

Aquiescendo aos pedidos de várias vias, vê-se em outra carta de Nóbrega para o mesmo Miguel de Torres, esta de 2 de setembro de 1558, o padre acusando o recebimento das segundas vias das cartas que vinham de Portugal e que estavam com o governador Mem de Sá. Este só chegaria à Bahia em dezembro, mas a caravela com as cópias das cartas já chegara, dois meses antes, portanto: “Por esta caravela recebemos cartas da segunda via com tudo o que elas dezião que a caravela nos trazia”³⁷⁶. De volta a São Vicente, em abril de 1561, Manuel da Nóbrega fornece os meios para Miguel de Torres obter as informações que seguiram da América:

Este navio que leva a 2ª via arribou. O que depois avia que escrever a V.R. se escreve ao Padre Francisco Anriquez, o que toca aos negocios, porque do mais o Irmão Jozeph dará larga enformação³⁷⁷.

Para a confecção dessas várias vias das cartas, pode-se supor que os padres se utilizavam de vários amanuenses. Um indício disso está na carta que o irmão José de Anchieta escreveu de São Vicente em 1º junho de 1560 e enviada para o Geral Diego

³⁷⁴ *Cartas*, vol. III, carta 34, de José de Anchieta para Diego Laynes, 31/5/1560, Apêndice I, p. iv.

³⁷⁵ *Cartas*, vol. II, carta 60, p. 397.

³⁷⁶ *Cartas*, vol. II, carta 61, p. 406.

³⁷⁷ *Cartas*, vol. III, carta 46, 14/4/1561, p. 337.

Laynes, em Roma. Serafim Leite consultou a carta autógrafa em espanhol no arquivo romano da Companhia de Jesus. No entanto, em outro local do mesmo ARSI, ele diz ter encontrado a tradução latina da mesma carta, não com a letra de Anchieta, mas apenas com sua assinatura e o endereço autógrafos. Assume assim que ele mesmo teria feito a tradução do espanhol para o latim. O que faz questionar se o amanuense de quem o padre se utilizava copiava os rascunhos preparados por ele ou anotava de um ditado.³⁷⁸

O próprio José de Anchieta aparece na função de copista em uma carta de Manuel da Nóbrega escrita de São Vicente para o Geral Diego Laynes, em Roma, na qual faz duras críticas aos métodos administrativos do Provincial Luís da Grã³⁷⁹. A carta guarda o estilo característico da escrita de Nóbrega, no entanto, foi escrita em espanhol pela mão de Anchieta, apenas com a assinatura autógrafa de Nóbrega.

Esses copistas também deviam ser usados na reprodução das anotações que iam se fazendo ao longo dos meses para então serem coligidas e enviadas para a Europa na forma de cartas de notícias e prestações de contas. Conforme se vê nos critérios de escrita estabelecidos pelo secretário de Inácio de Loyola, Juan Alfonso de Polanco: “*que él [o Provincial] tome cargo de ynbiar las letras de todos, y les haga scrivir algunos meses antes, porque no se falte*”³⁸⁰. Assim, os reitores agrupavam as cartas dos padres e irmãos dos Colégios, os principais das Casas compilavam as informações levantadas pelos padres e irmãos daquela região, e o Provincial ficava responsável por montar o relato final. Portanto, com essa regra em mãos, pode-se supor que as cartas dos padres jesuítas na América eram escritas aos poucos.

Indício disso está na carta que Rui Pereira escreveu da Bahia para os irmãos de Portugal, datada de 15 de setembro de 1560³⁸¹, em que conta que esperavam o Provincial Luís da Grã chegar de São Vicente para darem início à construção de novas igrejas nas aldeias. O padre Grã chegara à Bahia em 29 de agosto, portanto, quinze dias antes da data da carta. Se contarmos com a datação estabelecida por Serafim Leite na carta consultada em cópia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que as informações iam sendo anotadas e depois apenas coligidas — sem revisão ou reescritura — nas cartas de informações gerais.

Dentre os oficiais que desembarcaram na Colônia para trabalhar na sua administração, sabe-se da existência de religiosos (não ordenados) que eram os

³⁷⁸ *Cartas*, vol. III, carta 36, p. 246.

³⁷⁹ *Cartas*, vol. III, carta 52, 12/6/1561, pp. 354-66.

³⁸⁰ *Cartas*, vol. I, carta 74, de Polanco, em Roma, para Nóbrega, em 13/8/1555, pp. 519-20.

³⁸¹ *Cartas*, vol. III, carta 40, p. 290.

responsáveis pela condução da frota de “navios menores” dos jesuítas a partir da segunda metade do século XVI. Nesta frota, a qual assegurava a comunicação e o transporte entre os colégios e as fazendas, estava a *Fragata da Província*, que também prestava serviços ao Reino, levando muita vez a correspondência oficial. Seu primeiro piloto foi Francisco Dias, que era, desde 1577, também o arquiteto e mestre-de-obras dos colégios e das igrejas dos jesuítas, de onde nasceu a necessidade de pilotar ele mesmo a embarcação que usava para as visitas. Foi piloto desse navio por 38 anos, de 1581 a 1618, “sem nunca padecer naufrágio”³⁸².

Já o correio marítimo entre a Metrópole e a Colônia só foi efetivamente estabelecido em 1657, e o correio interno, costeiro e terrestre, em 1666; em Portugal, o correio interno operava desde 1520, mas o marítimo só foi estabelecido em 1657. Na prática, ambos viriam a funcionar somente em fins do século XVIII. No entanto, a troca de correspondências por mar e por terra se fazia desde há muito, de mão em mão, por meio dos condutores de gado, dos vendedores de mercadorias e dos negros,

sem o desembolso de se pagarem os portes das cartas, que seriam de muito valor, atendendo às grandes distâncias deste vastíssimo continente, sendo necessário que as pessoas que tomassem este encargo sustentassem um grande número de cavalos e de homens, de que ao depois não tirariam o lucro correspondente³⁸³.

5. Os portadores das cartas

Assim, as notícias corriam rapidamente nos pés dos portadores das cartas, na retórica dos padres, sempre apressados. Nóbrega, na carta de 9 de agosto de 1549, inicia contando do portador da carta que espera seu término:

Polla 1ª via escrevi a V. R. e aos Irmãos largo, e agora tornarey a repetir algumas cousas, ao menos em soma, porque o portador desta, como testemunha de vista, me escusará de me alargar muito, e algumas cousas mais se poderam ver polla carta que escrevo ao Doutor Navarro.³⁸⁴

Já Leonardo Nunes, em carta para os irmãos de Coimbra, em 1550 (presumivelmente em novembro), em meio ao floreio narrativo da difícil viagem pela Serra do Mar, conta que, indo de São Vicente ao Campo de Piratininga (provavelmente

³⁸² Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 7, pp. 103-4, 158-60, 254 e 259.

³⁸³ Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*, pp. 176-7.

³⁸⁴ *Cartas*, vol. I, carta 7, p. 119.

o que seria logo depois Santo André da Borda do Campo), “quatorze o quinze leguas daqui”, com dois irmãos línguas (Pero Correia e provavelmente Manuel de Chaves) para visitar os cristãos que ali já habitavam, numa “jornada de quinze dias”, “alguns oytto ou nove dias por hum rio abaixo [Tietê]”, “e a fome apertava comnosco e comiamos alguns palmitos cozidos em agoa e tal e algumas frutas bem desengraçadas”, cruzou com um portador que lhe levava cartas, pois que os cristãos, já tendo notícia da sua presença em São Vicente, pediam para que fosse visitá-los. Assim: “*Y yendo, en la postrera jornada topamos un mancebo con unas cartas para mí, que me estavam esperando, porque ya tenían nuevas que yo desseava de les yr a ver*”³⁸⁵.

O mesmo Leonardo Nunes, em outra carta, desta vez endereçada a Nóbrega, com data de 29 de junho de 1552, conta sobre a conversa com os castelhanos vindos do Peru e do Paraguai e justifica a ligeireza de sua escrita com a pressa do portador: “*Todas estas cosas y otras que no escribo por el portador estar de prissa*”³⁸⁶. Vê-se assim que, ao contrário das rotas por mar, quão eficiente já poderíamos chamar o transporte de informações por terra na Colônia.

Apesar das queixas sobre a falta de portador, a carta de Pero Correia, enviada de São Vicente em 18 de julho de 1554, provavelmente ao padre Brás Lourenço, no Espírito Santo, além de extensa, trata de muitos dos assuntos versando sobre a capitania de São Vicente:

*Y a mí estando escribiendo esta carta me la pidieron muchas vezes porque quien la avía de llevar estava de camino, y quedo desconsolado por no le dar cuenta de todo y por mí de cómo desee ansi de las cosas en cima dichas como de otras muchas que por la dicha causa le no escribo*³⁸⁷.

Muitos desses tópicos viriam a ser tratados na Ânuia seguinte, conforme sugestão de Serafim Leite, e chegando inclusive a ser publicada em Lisboa, em 1555, na coletânea que reuniu cartas americanas. Já Ambrósio Pires, escrevendo de Porto Seguro para Portugal, começa sua carta datada dos primeiros meses de 1555 contando do portador que lhe entregara uma carta de Nóbrega: “Quem me estes dias passados deu a carta do Padre, em que me manda ir à Bahia, hé uma pessoa devota, & conversava com os Padres mysticamente”, apesar de “nam ser mui rhetorico”, e inclusive lhe reproduz o que seria uma fala³⁸⁸.

³⁸⁵ *Cartas*, vol. I, carta 18, p. 207.

³⁸⁶ *Cartas*, vol. I, carta 46, p. 340.

³⁸⁷ *Cartas*, vol. II, carta 17, p. 72.

³⁸⁸ *Cartas*, vol. II, carta 27, p. 150.

Já na carta em que o Provincial português Miguel de Torres advertia Nóbrega quanto ao segredo das informações transmitidas nas cartas e o aconselha a escolher melhor as palavras para não dar margem a interpretações — e, inclusive, para escrever em latim ou por meio de cifras, se necessário, para mascarar eventuais ofensas que não deviam chegar a ouvidos alheios à Companhia de Jesus —, o Provincial assinalou ainda a importância na escolha de portadores discretos para as cartas: “*adverta V. Ra. De escribir siempre or las personas más fiadas que hallare*”³⁸⁹. Tal a importância da transmissão das informações, e tamanho o trabalho que podiam dar caso caíssem em mãos não autorizadas, que o Provincial português usa-a como uma das justificativas (entre outras mais graves, obviamente, de cunho político e religioso) para o desagravo que fez ao padre Nóbrega tirando-lhe assim o cargo de Provincial.

6. A circulação das cartas

O Geral Inácio de Loyola reafirma os critérios de escrita das cartas escrevendo em 18 de julho de 1553 para Manuel da Nóbrega. Nela, manda que se escreva primeiro a Roma que a Portugal e que as cartas contenham as demais informações da terra, além das coisas de edificação, contando que estejam em separado destas. Assim:

*V.R. tenga forma de scrivir y hazer que los suyos scrivan a Roma (ultra de lo que querrán scrivir a Portugal), no solamente de cosas de edificación, pero lo demás también, que conviene que sepa el Prepósito General; y las letras de edificación no contengan otros negcios. Vengan de por si.*³⁹⁰

Obedecendo ao critério de escrever diretamente a Roma, os padres não tinham, no entanto, outro meio de enviar a correspondência até Loyola a não ser fazendo-as passar por Portugal. Seguindo anotações de Serafim Leite, vê-se que os negócios das missões eram tratados primeiro em Lisboa, e por isso “o Provincial de Portugal tinha a faculdade de abrir as cartas, menos as destinadas exclusivamente ao Geral (‘*soli*’); e antes de as mandar para Roma era preciso copiá-las”³⁹¹. Assim, aceitando-se a descrição de Serafim Leite, vê-se que a carta de Luís da Grã escrita da Bahia para Loyola, em 27 de

³⁸⁹ *Cartas*, vol. III, carta 7, 12/5/1559, p. 28.

³⁹⁰ *Cartas*, vol. I, carta 72, p. 513.

³⁹¹ *Cartas*, vol. I, Introdução Geral, de Roma para Portugal, em 29/8/1559, p. 57.

dezembro de 1554, chega fechada a Portugal nas mãos do Provincial Diego Mirón, que a repassa ao Geral em Roma sem abrir³⁹².

Devido a esse trajeto realizado pelas cartas vemos também o Secretário Juan Alfonso de Polanco insistir com o Provincial de Portugal para que atente para as datas das cartas das Províncias de além-mar. Assim, escrevendo em fevereiro de 1554 ao Provincial português Diego Mirón, o padre Polanco, sempre por comissão de Loyola, manda as informações sobre as permissões para os casamentos consangüíneos. Em seu texto, manda que o padre faça cópias e, lembrando as monções americanas e as prováveis datas de partida de naus (setembro), recomenda que já por essas se enviem as novas, pois que de especial interesse para as “Índias de Goa y del Brasil”³⁹³. Sobre o mesmo assunto dos casamentos, Diego Mirón escreve a Loyola em setembro de 1554, ao enviar cartas chegadas de Porto Seguro e ainda encomendando aconselhamento nesse quesito (pedido de Nóbrega fora em carta de agosto de 1553, mais de um ano antes, portanto)³⁹⁴.

Em outro exemplo, vê-se Polanco escrevendo ao Provincial de Portugal, Diego Mirón, em fevereiro de 1555, pedindo “letras” das Índias para que se possa escrever aos padres além-mar. Encarrega o Provincial de reunir as cartas comuns e Quadrimestres que haviam sido enviadas de Roma e assim “*provéales en la India y en el Brasil de nuevas, que acá no tenemos ningunas dellos a que se aya responder, y así no les scrivimos sino muy poco*”³⁹⁵. Estas cartas parecem ser a que acusa Ambrósio Pires ter recebido na Bahia, em carta datada de 6 de junho de 1555, portanto apenas três meses depois das instruções de Polanco: “Muito nos consolarão as cartas do bom curso das cousas da Companhia assi em Portugal como en Castella, Ytalia, França e Indias”³⁹⁶.

Manuel da Nóbrega, em carta de 8 de maio de 1558 para Miguel de Torres, em Portugal, dá mostras de como a circulação de cartas para edificação e informação continua também depois que chegavam à Colônia: “Depois que vim a esta Baía, achei cartas ao que sobre isto eu tinha, as quais depois de lidas aos Padres, que aqui estávamos, pedi a todos seu parecer, os quais mandei com as cartas ao P. Luís da Grã”³⁹⁷.

³⁹² *Cartas*, vol. II, carta 25, p. 128.

³⁹³ *Cartas*, vol. II, carta 8, p. 27.

³⁹⁴ *Cartas*, vol. II, carta 24, p. 126.

³⁹⁵ *Cartas*, vol. II, carta 28, p. 152.

³⁹⁶ *Cartas*, vol. II, carta 36, p. 233.

³⁹⁷ *Cartas*, vol. II, carta 66, p. 457.

Em outra carta de Nóbrega, o padre acusa o recebimento das *Constituições* em carta de maio de 1556, ainda em São Vicente, antes de partir para a Bahia³⁹⁸. Sua chegada, depois de tempestades no mar, com as *Constituições* intactas, é saudada por António Blázquez em carta para os irmãos de São Roque, em Lisboa, escrita na Bahia em 4 de agosto de 1556. Nesta mesma carta, conta da parada de quinze dias que Nóbrega fez no Espírito Santo onde, além de fazer a leitura do documento, fê-lo copiar, criando assim um outro volume das *Cosntiuições*. Assim:

tomava cada noche una ora e media para declararlas Constetucyones, e los dos Hermanos que con él vinieron, ultra la ocupación de oyr las confesiones de las yndias y hazer la plática muy cotidiana, también se ocuparon en terladar las Constetuciones para que, ya que no podían gozar de la vista del Padre, que se las declarasse por extenso, después de su yda con ellas supiesse [cada uno] cómo se avía de aver³⁹⁹.

Finalmente, vê-se muito discretamente como um livro era produzido por meio de cópias e feito circular dentro da Colônia.

³⁹⁸ *Cartas*, vol. II, carta 45, p. 283.

³⁹⁹ *Cartas*, vol. II, carta 47, pp. 299-300.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou localizar nas *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*, editadas por Serafim Leite em 1954, alguns indícios da produção de livros manuscritos e impressos pelos padres jesuítas na América do século XVI. Sem perder de vista as articulações ideológicas e institucionais da edição das cartas, o estudo procurou determinar, no passado da produção de documentos da Companhia de Jesus, os processos constitutivos das práticas editoriais e do estabelecimento delas na América.

Em 1549, quando a primeira Missão de padres jesuítas chega ao Brasil, os processos mecânicos de manufatura de livros por meio da imprensa já se haviam consolidado em Portugal. Impressores e livreiros associavam-se entre si e com financiadores vários e a divisão de funções dentro das oficinas se estabelecia. Os letrados europeus, no entanto, resistiam a ter seus textos divulgados nas práticas nascentes do comércio do livro, por considerarem que ele os afastaria da audiência letrada das Cortes capacitadas para avaliá-los e, assim, mantinham as práticas da circulação de livros manuscritos. Esse duplo processo de produção livresca, que passava do manuscrito ao impresso e deste ao manuscrito, apresentava-se como um meio eficaz de controle da circulação das obras ao manter reduzido o número de cópias e limitar sua difusão, além de evitar eventuais corrupções dos textos no processo de produção impressa.

Assim, em meio ao estabelecimento do novo processo mecânico de imprensa, mas ainda com a permanência intensa das formas manuscritas de publicação, encontravam-se os padres da Companhia de Jesus também imprimindo seus livros. Os jesuítas portugueses, ciosos dos documentos que

davam ao prelo, além de terem uma tipografia herdada dos cônegos de Santa Cruz de Coimbra, confiavam a impressão de suas obras a tipógrafos que obtinham privilégio junto ao Rei para servir à Universidade de Coimbra. Estes renovavam as licenças periodicamente, o que lhes garantia a exclusividade da impressão das obras, prevendo a punição de quem as copiasse e assegurando o controle sobre os textos emendados pela Companhia de Jesus. Os padres usavam os processos mecânicos de impressão a seu favor, imprimindo tanto os textos necessários ao estudo e ao ensino quanto as obras que divulgavam os feitos da Ordem — as quais circulavam também entre um público letrado do qual buscavam a simpatia.

Na América Portuguesa, no entanto, as oficinas tipográficas particulares foram sempre impedidas de funcionar e a Imprensa Régia chegaria apenas com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. Ao contrário do que ocorreu nas colônias espanholas, onde a imprensa foi cedo instalada, em especial para suprir os missionários com as obras necessárias à catequização, os livros de maior necessidade aos padres da Companhia de Jesus seguiam sendo enviados de Portugal e ganhavam espaço como tema recorrente de pedidos nas cartas americanas.

A tomar-se os indícios da presença da cultura do livro (colhidos na leitura das cartas) como parte do processo de produção do livro, pode-se dizer que o “original tipográfico” mais remoto de alguns dos textos da Companhia de Jesus publicados na Europa eram as cartas. Esses ditos originais eram confiados a portadores e eram submetidos à precariedade dos meios de transporte marítimo do século XVI. Quando alcançavam a Europa, o processo de edição se estabelecia na Secretaria do Provincial português sob a pena dos tradutores, que as preparavam antes de enviá-las para Roma. Depois da edição portuguesa, tomadas como novos “originais tipográficos”, as cartas seguiam para novas traduções, sendo organizadas segundo data e tema e, revisadas no processo de edição definitiva da Secretaria do Geral, em Roma, recebiam o aval para sua impressão.

A partir da segunda metade do século XVI, quando já estavam estabelecidas as regras para a escrita de documentos e tinha-se fixado nas *Constituições* da Companhia o método de controle para se obter licença para impressão de obras, desenvolve-se o processo de edição dentro da Companhia de Jesus. A Secretaria da Ordem em Roma repassa alguns dos encargos de edição de textos para os padres portugueses ao estabelecer, em 1561, o cargo de Secretário do Provincial

de Portugal, o qual passa a ser responsável pelos assuntos relacionados à edição das cartas dos jesuítas em missão americana. Assim, o controle sobre as matérias se multiplica junto com a impressão de livros.

Com o estabelecimento das regras de escrita das cartas nas *Constituições*, que chegaram ao Brasil em 1556, parte dessa edição textual passou a ocorrer ainda entre os padres da América, com a divisão dos trabalhos de escrita e a designação de amanuenses, em especial para as cartas Quadrimestres e Anuais, muitas das quais podem ser tomadas como verdadeiros tratados sobre o Novo Mundo escritos da perspectiva da Companhia de Jesus. Os preceitos retóricos de escrita das cartas dos padres jesuítas e as regras por eles utilizadas para o tratamento das diversas matérias evidenciam que os procedimentos da Companhia de Jesus para a confecção de cartas não eram naturais. Eram textos de exercício do poder religioso e político cujas finalidades eram estipuladas pelos superiores da Ordem. O mesmo processo de preestabelecimento dos discursos comunicáveis estendia-se à produção de documentos. Nestes documentos, editados pelos padres atuantes em Portugal e em Roma, o que se chama “edição” insere-se numa perspectiva das letras coloniais que não admite conceitos como os de “autoria individualizada”, “originalidade”, “autonomia política” ou “estética literária”. Os padres sistematizavam os saberes do Novo Mundo conscientes das funções dos textos dentro e fora da Companhia de Jesus.

Na América, diminuía os pedidos de livros, provavelmente porque os volumes chegavam com as novas Missões e com os funcionários da administração que se instalavam na Colônia. Os padres reforçam os pedidos de livros nas cartas escritas até o ano de 1555. A partir de 1560, afirmam que o saber letrado necessário à Colônia já havia sido preparado pelos padres missionários e que os textos doutrinários traduzidos para o tupi e adaptados à língua e aos usos dos índios eram suficientes para o ensino local. Nesse tempo, os padres da Companhia de Jesus produziam na América os manuscritos para serem impressos em Portugal, mas os livros de maior necessidade seguiam sendo copiados manuscritamente, produzindo-se desse modo volumes de livros para os usos locais. Foi o caso das *Constituições*, feitas copiar por Nóbrega, no Espírito Santo, em 1556, e da *Doutrina*, em tupi, adaptada em forma de diálogo, que circulava manuscrita nas aldeias depois de 1560.

Assim, as questões aqui tratadas podem levar a uma idéia de quais eram os mecanismos da produção e circulação livresca de manuscritos e impressos no primeiro século da colônia brasileira. A partir de uma base multidisciplinar, este estudo buscou examinar os indícios da produção livresca pela perspectiva da História do Livro, o que possibilitou ressaltar conhecimentos antes observados apenas secundariamente pela ótica literária e historiográfica das fontes em que se apóia a pesquisa. A observação da continuidade dos processos manuscritos e de seus produtos, tomados aqui como produtos editoriais, pode adiantar as discussões sobre as práticas livrescas na América Portuguesa em dois séculos e sugerir pesquisas mais aprofundadas, que busquem ainda mais longe na linha do tempo histórico os traços da cultura manuscrita européia e as continuidades e as rupturas da produção cultural livresca ibérica, que persistiram desde os primeiros séculos da era cristã e cruzaram o Atlântico no século XVI. Ainda há muito para conhecer sobre as origens do livro na América.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 2003.
- . (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999.
- ALDAMA, Antonio M. de, S. J. “La composición de las Constituciones de la Compañía de Jesús. *Archivum Historicum Societatis Iesu* [AHSI] 42. Roma, 1973, pp. 201-45.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- ANSELMO, Arthur. *Estudos de História do Livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997.
- . *Livros e mentalidades*. Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- . *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1981.
- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro. Princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro/ Brasília, Nova Fronteira/ Instituto Nacional do Livro, 1986.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador/Ilhéus, UFBA/UESC, 1999.
- AUDEN, Dauril. “Serafim Leite, S. J., Premier Historian of Colonial Brazil: An Overdue Appreciation” in GAGLIANO, Joseph A. & RONAN, Charles E., S. J. (orgs.). *Jesuit Encounters in the New World: Jesuit Chroniclers*,

- Geographers, Educators and Missionaries in the Americas, 1549-1767*. Roma, Institutum Historicum S. I., 1997.
- BAÊTA NEVES, Luiz Felipe. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. Colonialismo e Repressão Cultural*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Paulus, 2003.
- BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- BOSI, Alfredo. “A condição colonial”. In *História concisa da literatura brasileira*. 3ª ed. São Paulo, Cultrix, 1984.
- . *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito, Uma historia cultural del Siglo de Oro*. Madri, Marcial Pons, 2001.
- . “Cultura escrita e história do livro”. In *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, nºs 9-10, out. 2001-out 2002.
- CANDIDO, Antonio. “Prefácios das 1ª e 2ª edições”, in *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*, vol. 1 (1750-1836). 4ª ed. São Paulo, Martins, s/d (1ª ed. 1957).
- CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Les ouvriers d’une vigne stérile. Les jésuites et la conversion des indiens au Brésil. 1580-1620*. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, Unesp, 1998.
- . *Os desafios da escrita*. São Paulo, Unesp, 2002.
- . *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Brasília, Unb, 1998 (1ª ed. 1994).
- . “As revoluções da leitura no Ocidente”, in ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/ Fapesp, 1999.
- Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo, Loyola, 2004.

- CURTO, Diogo Ramada. “A história do livro em Portugal. Uma agenda em aberto”. In *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n^{os} 9-10, out. 2001-out 2002.
- DAHL, Svend. *Histoire du livre, de l'antiquité a nos jours*. 3^a ed. Paris, Éditions Lamarre-Poinat, 1960 (1^a ed. 1927).
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- . “Os impressores da mente” (sobre D. F. McKenzie). In “Mais!”, *Folha de S.Paulo*, 1/8/2004.
- DAVISON, Peter (org.). *The Book Encompassed: Studies in Twentieth-Century Bibliography*. New Castle, Oak Knoll Press/ St. Paul Bibliographies, 1998.
- DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Artur Anselmo (org.), fac-símile do exemplar de 1888. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1988.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa. Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo, Ática, 1998. (*The printing revolution in early Modern Europe*, 1983)
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, UNESP-Hucitec, 1992 (*L'apparition du livre*, 1958).
- FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das cartas Chilenas, 1845-1989*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- GIARD, Luce. “Relire les ‘Constitutions’”. In *Les jésuits à l'âge baroque (1540-1640)*. GIARD, Luce & VAUCELLES, Louis de, S. J. (orgs.). Grenoble, Jérôme Millon, 1996, pp. 37-59.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, SP, Papyrus, 1998.
- GUEDES, Fernando. *O livro como tema: história, cultura, indústria*. Lisboa, Verbo, 2001.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2^a ed. São Paulo, Edusp, 2005 (1^a ed. 1985).
- HANSEN, João Adolfo. “A civilização pela palavra”, in *500 anos de educação no Brasil*, Eliane Marta Teixeira Lopes (org.). 2^a ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

- (org.). “Introdução: Cartas de Antônio Vieira”. In *Cartas do Brasil* (padre Antônio Vieira). São Paulo, Hedra, 2003.
- , “O Nu e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil — Nóbrega, 1549-1558”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º. 38. São Paulo, IEB-USP, 1995, pp. 87-119.
- . *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo/ Campinas: Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2004.
- . “Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*”. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil, um banquete no trópico*. São Paulo, Senac, 2001, pp. 47-8.
- . “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro” in NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Minc/Funarte/ Companhia das Letras, 1998, pp. 347-73.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Panorama da literatura colonial”, in *Capítulos de literatura colonial*, Antonio Candido (org. e introd.). São Paulo, Brasiliense, 1991.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967.
- KATZENSTEIN, Úrsula Ephraim. *A origem do livro: da Idade da Pedra ao advento da impressão tipográfica no Ocidente*. São Paulo, Hucitec/ INL, 1986.
- LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas. 1. Os Conquistadores*. Porto Alegre, L&PM, 1994.
- LAFAYE, Jacques. *Albores de la imprenta, El libro en España y Portugal y sus posesiones de ultramar (siglos XV y XVI)*. México, Fondo de Cultura Económica, 2002.
- LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo, Annablume, 2004.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI”. In *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n.º 43. São Paulo, 2002.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita. Histórias do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1996.

- McKENZIE, D. F. *Bibliography and The Sociology of Texts*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- McMURTRIE, Douglas C. *O livro. Impressão e fabrico*. 3ª ed. Trad. Maria Luísa Saavedra Machado. Pref. e notas Jorge Peixoto. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. (*The book. The story of printing and bookmaking*, 1ª ed. 1937, 3ª ed. rev. 1942, 8ª ed. 1965.)
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Editora/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- MOREIRA, Marcello. “*Critica Textualis In Caelum Revogata?*”: *Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra*. São Paulo, tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- NORONHA, Tito. *A imprensa portuguesa durante o século XVI*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1874.
- O’MALLEY, John W., S. J. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo, RS/ Bauru, SP, Unisinos/ Edusc, 2004.
- PÉCORA, Alcir. “A Arte das Cartas Jesuíticas do Brasil”. In *Máquina de gêneros*. São Paulo, Edusp, 2001.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria etc.* Ed. fac-similar. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RODRIGUES, Francisco, S. J. *A Formação Intellectual do Jesuíta*. Porto, Livraria Magalhães & Moniz Editora, 1917.
- SANTOS, Antonio Ribeiro dos. *Memoria Para a Historia da Typographia Portugueza do Seculo XVI*. Lisboa, 1792-1814.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. “Malditos tipógrafos”. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2004.

- SERAFIM LEITE, S. J. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Edições Brotéria/ Livros de Portugal, 1953.
- (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954, 3 v.
- . *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/ Rio de Janeiro, Portugália/ Civilização Brasileira, 1938, 10 v.
- THOMPSON, James Westfall. *The Medieval Library*. Chicago, Chicago University Press, 1939.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- VALLE CABRAL, Alfredo do (org.). *Cartas do Brasil (1549-1560) — Manoel da Nóbrega*. (fac-símile da 1ª edição: Rio de Janeiro, ABL, 1931. Prefácio de 1886.) Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 1988.
- VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os Jesuítas e suas Histórias*. Porto Alegre, Ed. PUCRS, 2006.
- VIOTTI, Hélio Abranches, S. J. *Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)*. Separata da *Revista Verbum*, t. XXVII, fasc. 1-2, mar-jun. 1970. São Paulo, Loyola, 1999.
- VITERBO, Sousa. *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI — Apontamentos para a sua história (estudo elaborado entre 1891 e 1892)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

“fazer livros é um trabalho sem fim”

Eclesiastes 12, 12

Adriana Gabriel Cerello

acerello@uol.com.br

O LIVRO NOS TEXTOS JESUÍTICOS DO SÉCULO XVI

EDIÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS NAS CARTAS DOS JESUÍTAS

NA AMÉRICA PORTUGUESA

(1549-1563)

RESUMO

A partir da obra *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, organizada por Serafim Leite, este trabalho busca estudar alguns aspectos do processo de produção livresca do século XVI, em particular as condições de redação e de edição dos livros manuscritos e impressos, dentro e fora do ambiente da Igreja Católica, e a sua circulação na Metrópole e na Colônia. A partir da observação de um momento histórico em que a maneira de ler, escrever e difundir os textos sofreu mudanças profundas, pretende reconstruir parte da história da cultura material do livro no século XVI.

Palavras-chave Literatura brasileira, Jesuítas, História do livro

ABSTRACT

Using as reference the work “*Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*” organized by Serafim Leite, this study aims to analyse some of the aspects related to the book production process during the XVI century, particularly the ones that refer to the writing and editing of manuscripts and prints inside and outside the perimeter of the Catholic Church, and the circulation in both the Metropolis and the Colony. By analysing a particular historical moment in which the way texts were read, written and divulged went through deep changes, the study seeks to retrieve part of the history of the materiality of books in the XVI century.

Key words Brazilian Literature, Jesuits, History of the Book